

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**IMPrensa e Educação: Pierre Plancher e a Ação
Político- Educativa do *JORNAL DO COMMERCIO* NO FINAL
DO PRIMEIRO REINADO (1827-1832)**

MARLI DELMÔNICO DE ARAÚJO FUTATA

MARINGÁ
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**IMPrensa e Educação: Pierre Plancher e a Ação Político-
Educativa do *Jornal do Commercio* no Final do Primeiro
Reinado (1827-1832)**

Dissertação apresentada por MARLI DELMÔNICO DE ARAÚJO FUTATA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.: CELINA MIDORI MURASSE MIZUTA.

MARINGÁ
2008

MARLI DELMÔNICO DE ARAÚJO FUTATA

IMPrensa e Educação: Pierre Plancher e a Ação Político-Educativa do *Jornal do Commercio* no Final do Primeiro Reinado (1827-1832)

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Celina Midori Murasse Mizuta - UEM

Prof^a. Dr^a. Diana Gonçalves Vidal - USP

Prof^a. Dr^a. Marcília Rosa Periotto - UEM

Maringá, 24 de março de 2008

Dedico este trabalho

Aos meus pais, Jair (em memória) e Odete, com carinho e gratidão.

Aos irmãos, Adelino e Vera, grandes companheiros.

À Letícia, Lucas e Julia, filhos queridos.

Ao Marco, com amor.

A imprensa abre outros horizontes à vida colonial. Ela vai ajudar a educação do povo, vai ser instrumento de lutas e reivindicações. Vai derrubar governos e instalar novos regimes. Vai ajudar a libertar os escravos; a implantar a República. Vai servir e desservir.

Delso Renault

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. **IMPrensa E EDUCAÇÃO: PIERRE PLANCHER E A AÇÃO POLÍTICO- EDUCATIVA DO JORNAL DO COMMERCIO NO FINAL DO PRIMEIRO REINADO (1827-1832)**. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Celina Midori Murasse Mizuta. Maringá, 2008.

RESUMO

É um estudo sobre a vinculação entre imprensa e educação no século XIX a partir dos artigos veiculados pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. O mais antigo jornal de edição diária ininterrupta na América Latina circulou pela primeira vez em 1 de outubro de 1827. Fundado por Pierre Plancher, livreiro e tipógrafo francês que chegou ao Brasil em 1824, fugindo da perseguição borbônica, após a queda de Napoleão Bonaparte, o *Jornal do Commercio*, foi criado como um periódico comercial, para veicular informações acerca das questões econômicas, porém, devido à situação de instabilidade do País em seus primeiros anos de independência, logo passou a incluir editoriais de política. O periódico participou na propaganda e na preparação do movimento que culminou na abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831, revelando assim a sua influência e contribuição na construção social e política da nação brasileira. Assim, esta investigação se propõe a mostrar o aspecto educativo subjacente às informações que o periódico divulgava. A utilização de um jornal como fonte de pesquisa teve início na década de 1930, todavia, somente a partir do último decênio do século XX, houve um aumento gradativo do interesse pela sistematização de informações sobre periódicos educacionais por parte dos historiadores da educação em diferentes países. Esses pesquisadores empenhados em levantar instrumentos que pudessem fornecer novos subsídios para as suas pesquisas, voltaram a atenção para os periódicos especializados em educação e ensino. A investigação em pauta pretende somar esforços com esses estudos, embora o *Jornal do Commercio* não apresente particularmente esta característica. Trata-se de uma investigação de cunho documental e bibliográfico que utiliza como fonte primária a coleção dos artigos publicados no *Jornal do Comércio* de 1827 a 1832, data em que Plancher vendeu sua tipografia, e como fontes secundárias os escritos de autores dos séculos XIX e XX que versaram sobre a temática ou o período delimitado para o presente estudo. O *Jornal do Commercio*, mesmo sendo um periódico criado para divulgar notícias para a área econômica não se restringiu a isso e influenciou na formação da opinião pública, nas primeiras décadas do século XIX, inserindo em suas publicações questões políticas.

Palavras-chave: História da Educação. Imprensa Nacional. *Jornal do Commercio*. Primeiro Reinado, Pierre Plancher.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. **THE PRESS AND EDUCATION: PIERRE PLANCHER AND POLITICAL ACTION OF THE *JORNAL DO COMMERCIO* AT THE END OF THE FIRST KINGDOM IN BRAZIL (1827-1832)**. 141 f. Dissertation (Master's in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Celina Midori Murasse Mizuta. Maringá/PR- Brazil, 2008.

ABSTRACT

The link between the press and education in the 19th Century is provided from articles published in the Rio de Janeiro *Jornal do Commercio*. The oldest daily newspaper, published uninterruptedly in Latin America, was printed for the first time on the 1st October 1827. It was established by Pierre Plancher, a French publisher and printer, who fled the Bourbon persecution after Napoleon's fall from power and arrived in Brazil in 1824. Although *Jornal do Commercio* was a commerce newspaper focusing on economical issues, it included political editorials owing to the country's post-Independence unstable situation. Since the newspaper was full of propaganda in preparation for the movement in favor of Dom Pedro I's abdication, which occurred on the 7th April 1831, it manifested its influence and contribution towards the social and political construction of Brazil as a nation. Current investigation shows the education aspect underlying the information and news it published. The use of a newspaper as a research source began in the 1930s and as from the last decades of the 20th Century there was an increasing interest for the systematization of information on educational magazines by historians of Education in several countries. They were committed to seek tools that helped them in their researches and thus focused on specialized magazines on Education and learning. Current study is a contribution to the above effort even though the *Jornal do Commercio* did not have this precise aspect. Current documentary and bibliographical investigation makes use of a collection of articles published in the said newspaper and written between 1827 and 1831, as a primary source. As a secondary source the study relies on writers of the 19th and 20th centuries who dealt with the issue or on the period stated above. Although the *Jornal do Commercio* was established for the propagation of news in the economic field, it did not restrict itself to economy and actually affected the formation of public opinion in its political publications of the first decades of the 19th Century.

Key words: History of Education; National Publication; *Jornal do Commercio*; First Kingdom; Pierre Plancher.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A IMPRENSA NO BRASIL ANTES DE PIERRE PLANCHER E DO JORNAL DO COMMERCIO.....	15
2.1 A criação da Imprensa Nacional	15
2.2 A ação da imprensa no Primeiro Reinado.....	34
3 PIERRE PLANCHER E A IMPRENSA FRANCESA E BRASILEIRA	45
3.1 O editor Pierre Plancher na França	45
3.2 O editor Pierre Placher no Brasil	54
3.3 Pierre Plancher e o jornal <i>O Spectador Brasileiro</i>	61
4 PIERRE PLANCHER E O JORNAL DO COMMERCIO: A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA.....	66
4.1 Caracterização do jornal.....	66
4.2 <i>Jornal do Commercio</i>: de folha comercial à política.....	70
4.3 O <i>Jornal do Commercio</i> e a abdicação do Imperador D. Pedro I	80
4.4 O retorno de Plancher à França.....	95
5 CONCLUSÃO	98
6 REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	113
ANEXO A - Catálogo das obras editadas e publicadas por Pedro Plancher em Paris, antes da sua vinda para o Brasil.....	114
ANEXO B - Publicações de Pierre Plancher no Brasil.....	134
ANEXO C - Carta-artigo de D. Pedro I sobre publicação que levou O	137

***Spectador Brasileiro* ao encerramento.....**

**ANEXO D - ANEXO D – Carta escrita por D. Pedro I, antes de partir 139
para Europa.**

**ANEXO E – Documentos comprobatórios do retorno de Pierre 140
Plancher à França em 1834.....**

1 INTRODUÇÃO

Importantes acontecimentos marcaram a História do Brasil nas três primeiras décadas do século XIX dentre eles, a vinda da Família Real portuguesa, a Independência e a Abdicação do Imperador D. Pedro I. O primeiro deles foi determinante para a fundação da imprensa no Brasil, em 1808, a qual teve uma participação efetiva no processo de construção e consolidação do Estado brasileiro.

Este estudo se debruça sobre o *Jornal do Commercio*, o mais antigo jornal de edição diária ininterrupta na América Latina, fundado pelo francês Pierre Plancher, há mais de cento e oitenta anos. O número de estréia circulou em 1º de outubro de 1827.

O *Jornal do Commercio* contém registros da história do Brasil a partir de 1827 e, ao que tudo indica, ajudou a escrever algumas linhas dessa história. Seus artigos difundiam valores e opiniões que possivelmente, influenciaram no encaminhamento do recém-constituído Império do Brasil, especialmente na formação da opinião pública durante o movimento que culminou na renúncia do monarca D. Pedro I em favor do príncipe D. Pedro II em 7 de abril de 1831. Exerceu, assim, uma ação político-educativa.

Todo material publicado no periódico passava pelo crivo de Plancher, que foi seu editor-proprietário de 1827 a 1832, quando vendeu o jornal para Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot.

Trata-se de uma investigação de cunho documental e bibliográfico, que utiliza, como fonte primária, a coleção microfilmada dos artigos publicados no *Jornal do Comércio* de 1827 a 1831, e como fontes secundárias, os escritos de autores dos séculos XIX e XX que versaram sobre a temática ou o período delimitado para o presente estudo.

A utilização do jornal, como fonte documental, foi inaugurada, no Brasil, por Gilberto Freyre no início dos anos 30 do século XX. A primeira pesquisa assim produzida foi **O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império**, publicada na *Lanterna Verde* em 1931.

Em 1969 Américo Jacobina Lacombe, ao prefaciá-lo livro de Delso Renault **O Rio antigo nos anúncios de jornais**, mostra por que as pesquisas podem ser enriquecidas quando se utilizam os periódicos como fontes quando afirma que: “[...] é a vida cotidiana da cidade que desfila perante o leitor através do noticiário dos jornais ou das rápidas apreciações de viajantes” (LACOMBE *apud* RENAULT, 1969, p. xxi).

No final do século XIX um outro ramo da imprensa despertou a atenção dos pesquisadores: o pedagógico¹. Todavia, somente a partir da última década do século XX, houve um aumento gradativo do interesse pela sistematização de informações sobre periódicos educacionais por parte dos historiadores da educação em diferentes países. Esses estudiosos, empenhados em levantar instrumentos que pudessem fornecer novos subsídios para as suas pesquisas, voltaram a atenção para os periódicos especializados em educação e em ensino².

Entretanto, Caspard (1998) argumenta que é preciso ir além e incluir, no estudo de periódicos, os que não estão estritamente ligados aos assuntos pedagógicos ou escolares, visto que “[...] diferentemente do livro, a imprensa periódica é uma mídia interativa na orientação da qual, os leitores participam de um modo ou de outro, quer escrevendo para ela, quer assinando-a ou deixando de fazê-lo”. (CASPARD, 1988, *apud* VIDAL e HILSDORF, 2001, p. 90-91).

O espaço jornalístico é um meio de transmissão de informações e, essas informações, são, na maioria das vezes, filtradas pela subjetividade de quem as interpreta. Assim, esse espaço não é neutro nem imparcial, nem desconectado do contexto social e político. Constitui-se desse modo, num formador e regulador da opinião pública por veicular análises sobre as questões econômicas, sociais, políticas, educacionais, comerciais, morais e religiosas. Isso nos leva a supor que a imprensa atua, desde que foi criada, como (in) formadora da população e, sendo ela educacional, ou não, pode influenciar na elaboração do pensamento e

¹ Pode-se ver as primeiras manifestações (desse interesse), aliás, nas tentativas parciais de Beurier em 1889 e de d'Alméras em 1900, assim como no **Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire de Buisson**, que continha numerosos artigos relativos à imprensa pedagógica (CASPARD, *apud* VIDAL e HILSDORF, 2001).

² Exemplos desses estudos são as pesquisas apresentadas em: Catani e Souza (2001); Catani, Bastos (2002); Faria Filho, Chamon e Rosa (2006); Pallares-Burke (1988); Morel (2002); Nóvoa (2002); Caspard (2002).

na formação da opinião pública. Essa afirmação encontra suporte em Pallares-Burke (1998), autora considerada como referência para a pesquisa histórica com periódicos. Em seu estudo sobre a formação desempenhada pelos jornais no século XIX, aponta que o jornalismo é, a partir do século XVIII, uma das mais importantes agências educativas e uma rica fonte para a história da educação.

A pesquisa acerca da imprensa periódica é valiosa pois, é significativo seu testemunho em cada momento histórico, bem como sobre a ideologia moral, política e social que permeava esses momentos, sendo possível, por meio do rigor científico, analisar os interesses subjacentes aos discursos que se apresentavam em forma de publicações. Estudá-la possibilita analisar as “[...] evidências, de documentos existentes, e ‘não existentes’, de relatos de memórias existentes, como também das não existentes e todo o processo de dominação diante disso” (FENELON, 1989, p.136).

A pesquisa educacional, fundamentada nessa idéia, vem utilizando a imprensa como um importante *corpus* documental por acreditar que os meios de comunicação coletiva se constituem em aparelhos para a disseminação de ideologias e inculcação de idéias sendo utilizados como formadores de opinião. Assim, esses meios de comunicação coletiva,

[...] através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são “aparatos ideológicos”, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, [...] pelo menos atuando como uma “indústria da consciência”, [...] influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São portanto veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem (MELO, 1994, p. 20).

Nesse sentido, a imprensa periódica, especializada em educação ou não, é importante nas pesquisas no campo da história da educação, pois, por meio dela é possível ter acesso às análises dos problemas enfrentados em determinado momento da história do país e sobre as formas de relações sociais então estabelecidas, a partir da interpretação de protagonistas que viveram na época em que elas ocorreram. Assim, torna-se possível a realização de

[...] uma aproximação do momento de estudo não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas coloreem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazem-nos recuperar vieses que ficaram perdidos nas análises historiográficas posteriores. [...] Esses fatos discursivos que compunham o universo da fala no tempo podem dimensionar melhor os debates, fazendo-nos perceber cada época na sua feição única e não como parte de um enorme processo histórico que arrola causas e conseqüências. O significado de cada época, buscado nas referências do momento e, não, na interpretação *a posteriori*, pode redimensionar nossa percepção do período, permitindo-nos vislumbrar lutas e inquietudes numa paisagem que considerávamos harmônicas (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408).

Enfim, acredita-se que a imprensa é um espaço de comunicação e o jornal uma parte dela. Portanto, utilizar a imprensa enquanto fonte é importante para a compreensão do modelo de sociedade das primeiras décadas do século XIX, nas quais muitas transformações ocorreram em todos os segmentos. Essas mudanças foram registradas nos anúncios e nos embates dos periódicos daquele tempo.

O *Jornal do Commercio* embora fosse um periódico criado para divulgar notícias para a área econômica, não se restringiu a isso e influenciou na formação da opinião pública, visto que em suas publicações tratava também das questões políticas.

Assim, para atingir os objetivos desta pesquisa abordou-se, primeiramente, **A imprensa no Brasil antes de Pierre Plancher e do *Jornal do Commercio***, sua criação e sua atuação num contexto de grandes transformações no cenário nacional.

O segundo capítulo, intitulado **Pierre Plancher e a Imprensa Francesa e Brasileira**, teve a preocupação em buscar nas origens da história do fundador do *Jornal do Commercio*, a explicação para seu estabelecimento no Brasil, a escolha de sua atividade comercial e o pensamento político que encaminhava sua produção jornalística.

No terceiro capítulo, **Pierre Plancher e o *Jornal do Commercio*: a Ação Político-Educativa**, o objetivo foi mostrar como a imprensa periódica, mesmo não

especializada em educação, pode influenciar na vida social e na direção política de uma nação, por meio do apoio, afirmação e disseminação de idéias a partir de uma determinada perspectiva. No período estudado, final do Primeiro Reinado, ainda que a formação da opinião pública por meio da imprensa fosse incipiente em cenário nacional, foi possível encontrar diversos discursos jornalísticos, no periódico analisado, realizando essa tarefa.

Neste trabalho, optou-se por atualizar a linguagem utilizada pelos autores do período estudado, haja vista que os materiais consultados se apresentam em linguagem do início do século XIX. Preservou-se, todavia, nos documentos anexos a linguagem daquela época.

2 A IMPRENSA NO BRASIL ANTES DE PIERRE PLANCHER E DO *JORNAL DO COMMERCIO*

2.1 A Criação da Imprensa Nacional

Nelson Werneck Sodré (1999) afirma que a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. De acordo com o autor, um fator que comprova a ligação entre o desenvolvimento da sociedade capitalista e o surgimento da imprensa é o fato de esta exercer grande influência sobre o indivíduo e seu comportamento. Participam dela sujeitos de diferente situação social, cultural e política, que, por sua vez, possuem diferentes idéias e aspirações políticas. O seu desenvolvimento se deu de forma lenta, já que, à época de seu surgimento, as trocas eram entre interesse de grupos reduzidos, assim, facilmente controladas pelo governo. Esse controle sofreu, porém, a pressão de forças poderosas com o objetivo de destruí-lo, forças essas do capitalismo em ascensão, conforme esclarece Sodré:

[...] o princípio da liberdade de imprensa, antecipado na Inglaterra, vai ser encontrado, então, tanto na Revolução Francesa quanto no pensamento de Jefferson, que correspondia aos anseios da Revolução Americana, sintonizando com a pressão burguesa para transferir a imprensa à iniciativa privada, o que significava, evidentemente, a sua entrega ao capitalismo em ascensão (SODRÉ, 1999, p. 2).

Nessa perspectiva as questões políticas, econômicas e sociais do início do século XIX tornam-se fundamentais para entender em que contexto se fundou e desenvolveu a imprensa. É importante considerar que o quadro econômico a partir do século XVIII, foi alterado pela Revolução Industrial na Inglaterra e seguido pelas revoluções burguesas (Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa)³, e provocaram efeitos em todas as nações marcando a

³ “A Revolução Francesa não renovara apenas a estrutura político-social; seus fortes ventos sopram sobre as letras, as artes, e educação. Essa renovação que varrera a Europa vem até o Brasil. Mas sua penetração é lenta e quase imperceptível. A influência do ensino de Humanidades ministrado pelos jesuítas ainda perdura, apesar da sua ausência de mais de oitenta anos (1758-1843), agora ajudada pela influência francesa, esta cada vez mais forte, pelo tempo afora, até a República. Veremos então que todas as obras de cultura ou de educação do século XIX tem

passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. As transformações econômicas ocorridas por meio das revoluções, provocaram mudanças nas relações sociais estabelecidas e, na Europa, sob influência das idéias iluministas,

[...] o jornalismo, pelo menos em uma de suas vertentes, passa a constituir-se num poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as idéias e maneiras das pessoas comuns. Aderindo ao otimismo da época, no que diz respeito às possibilidades da educação, a imprensa periódica, no seu veio mais propriamente cultural do que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de idéias (PALLARES-BURKE, 1998, p. 146):

Em alguns países onde o capitalismo já estava consolidado no campo econômico e a ascensão aspirada era no âmbito político, a liberdade de imprensa deparava-se com barreiras criadas, às vezes, pela própria burguesia, como forma de tentar conter o avanço do proletariado e do campesinato, embora esse avanço fosse muito lento nesse período.

Outra característica que confirma a interligação entre a imprensa e o desenvolvimento capitalista foi a revolução das técnicas para produção em massa, que acompanha também o crescimento demográfico da população ocidental e sua concentração na região urbana. Esse crescimento ocasionou a abertura de novos mercados e a conquista desses mercados impulsionou as atividades voltadas para os anúncios e a propaganda (SODRÉ, 1999).

No Brasil, então colônia portuguesa, a imprensa não oficial era vista como ameaça ao controle do colonizador por divulgar interesses contraditórios aos seus. Portugal necessitava continuar a explorar a terra brasileira mantendo-a em condição de colônia por ter encontrado aqui a estrutura ideal para sua expansão e de onde obtinha a maior fonte de abastecimento de matéria-prima e de extração de riquezas. Para Almeida (2000) não era só a imprensa que ameaçava o controle sobre a colônia. O governo colonial do Brasil sempre foi hostil também ao desenvolvimento da instrução pública. Novidades como a imprensa, as universidades e as fábricas não eram bem vindas, e assim:

marcas acentuadas destas forças tradicionais: o humanismo jesuítico de tradição francesa ou o pensamento e sobretudo a literatura francesa” (RENAULT, 1969, p. 80).

[...] nenhuma tipografia foi tolerada no Brasil antes da mudança da família real e da Corte para o Rio de Janeiro. A grande massa do povo encontrava-se no estágio anterior à descoberta da imprensa. Havia um grande número de negociantes ricos que não sabiam ler e era muito difícil encontrar jovens capazes para servir de caixeiro e de guarda-livros (ALMEIDA, 2000, p. 37).

Isabel Lustosa argumenta que no início do século XIX, o Brasil, juntamente com algumas localidades da África e da Ásia, era um dos poucos países onde ainda não existia a produção de palavra impressa (LUSTOSA, 2003). Os escritos que chegavam ao Brasil naquela época, afirma Pacheco (1917), eram os livros provenientes de Lisboa. Na maioria das vezes eram obras abandonadas que não haviam encontrado comércio na metrópole. Esse tratamento dispensado ao livro e também ao jornal, explica Pacheco,

[...] não foi uma novidade vinda do estrangeiro na bagagem dos Bourbons repatriados. Napoleão, que não inventara [a tirania], serviu-se largamente dela, considerando-a uma das melhores garantias de segurança do império. Às vésperas de sua queda, meados de 1813, ele ainda ameaçava “os imbecis que, no íntimo da alma, suspiravam pela liberdade de imprensa e pela liberdade da tribuna, e que acreditavam na onipotencia do espírito público.” Desenganando as aspirações dessa gente, declarava com a brutalidade sem cerimônia do despotismo que se sente forte: “Pois bem, eis a minha última palavra: enquanto eu trazer à cinta esta espada não haveis de ter nenhuma das liberdades pelas quais suspirais” (PACHECO, 1917, p. v).

Esse contexto desfavorável à imprensa e à educação brasileira começava a mudar em virtude de acontecimentos entre os países da Europa. Assim, é preciso compreender esses acontecimentos bem como suas repercussões no cenário brasileiro, para compreender as questões pertinentes à educação e à imprensa naquele momento.

O início do século XIX, marcado pelas conquistas napoleônicas, encontrou a maior parte da Europa sob o poder de Napoleão Bonaparte, que se tornou imperador da França em 1804. Contudo, a Inglaterra, em virtude de seu poderio econômico, escapou ao domínio napoleônico e tornara-se o único obstáculo à expansão de seu Império. Para pressioná-la, Napoleão decretou o Bloqueio Continental, no qual os países aliados à França ficaram proibidos de comercializar com a Inglaterra. Esse acordo, denominado de Tilsit, firmado com o Czar

Alexandre I, da Rússia, em 1807, garantia o fechamento dos portos a extremo leste da Europa, mas faltava ainda o bloqueio a oeste, ou seja, Lisboa e o Porto. O governo português, aliado do governo inglês, perdeu, gradativamente, as condições de resistência ao domínio francês. Ficou impedido de manter a política de neutralidade adotada durante certo período e sentira-se ameaçado pela Espanha, nação ocupada por Bonaparte.

Nessas circunstâncias, surgiu a idéia, já não tão nova, de transferir a Corte portuguesa para o Brasil.⁴ Essa medida recebeu o apoio da Inglaterra que, com os mercados europeus bloqueados, viu, com satisfação, a idéia de estender seu mercado na América⁵. Em 30 de novembro de 1807, quando as tropas franco-espanholas invadiram a metrópole portuguesa, a Família Real já havia deixado as terras lusitanas rumo ao Brasil sob a proteção dos ingleses. Porém, em troca do apoio recebido, o governo português se comprometeu a adotar medidas que favoreceriam o desenvolvimento inglês e estas, por sua vez, transformaram a vida no Brasil.

A instalação da Corte no Brasil provocou muitas mudanças. O campo intelectual foi remodelado para atender às necessidades da Corte, acostumada à intensa vida urbana. Foram, criados, naquele momento, além da Imprensa Régia, a Biblioteca Pública, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu Nacional. A partir de então a colônia não foi mais a mesma, pois:

⁴ “Embora Portugal fosse aliado da Inglaterra, não tinha condições de enfrentar o domínio francês. Até 1807, o príncipe-regente D. João tinha conseguido manter uma política de neutralidade entre as duas potências em luta. Porém, a partir da Paz de Tilsit, a exigência francesa tornou-se maior. Além disso, Napoleão contava com o apoio da Espanha [que havia sido invadida por ele]. Nessas circunstâncias, cogitou-se a possibilidade de transferir a corte portuguesa para o Brasil. A idéia não era nova. Desde o século XVIII, havia em Portugal partidários da **solução brasileira**, isto é, da idéia de se reestruturar a organização do reino português, instalando sua sede no Brasil, a colônia mais rica e a parte mais dinâmica dos domínios portugueses. Afinal, desde a época de Pombal, reconhecia-se que sem o Brasil Portugal seria uma insignificante potência” (NADAI; NEVES, 1997, p. 172).

⁵ A manobra britânica de exploração dos mercados lusitanos foi coroada de êxito com a vinda da Corte para o Brasil, pois, também, os produtos e o mercado brasileiro foram incorporados pela Inglaterra. A abertura dos Portos às nações amigas, uma das primeiras medidas de D. João VI, foi o primeiro passo para concretizar o prognóstico do Parlamento inglês de que o império da América do Sul e a Grã-Bretanha ficariam ligados eternamente. A manobra inglesa provocou profundas alterações nas condições políticas e sociais no Brasil (PRADO JUNIOR, 1999, p. 46).

Antes da chegada da corte havia na colônia duas livrarias, três seminários para a instrução primária e secundária, onde os conteúdos predominantes eram Filosofia, Retórica, Grego e Latim. No ano seguinte à sua chegada, iniciam os anúncios oferecendo-se aulas de francês para os que desejavam “ser úteis à Pátria”. Nesse mesmo ano, surgem estudos de Retórica, Poética, Economia Política, Ciências Econômicas, entre outros, pela iniciativa de poetas e outros interessados nos estudos (RENAULT, 1969, p. 8).

As necessidades surgidas com a chegada da Família Real na Colônia, afirma Isabel Lustosa (2003), fizeram com que se iniciasse o investimento em fábricas de ferro, pólvora, vidro, entre outros, e a necessidade de divulgação dos atos do governo obrigou a implantação da imprensa.

Essas medidas inauguraram uma nova fase no Brasil e trouxeram a ampliação das atividades administrativas e de novas camadas sociais, provocando a urbanização da Colônia. Esse desenvolvimento criou novas formas de relações entre a Colônia e a Metrópole e as conseqüências, segundo Maria Luísa Santos Ribeiro (2003), verificaram-se na transformação estrutural da Colônia.

As iniciativas, tomadas assim que a Corte portuguesa aportou no Brasil, provocaram uma transformação no regime de colônia que levou Prado Junior (1999) a afirmar que o processo da Independência começou naquele momento⁶. Essas medidas se devem principalmente ao fato de que era impossível que a colônia continuasse a ser administrada da maneira até então realizada, uma vez que o corpo político e administrativo, antes na metrópole, havia se transferido para a mais rica Colônia de Portugal.

Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desapareceram, restando

⁶ Se é aí “que se inicia propriamente a história de nossa cultura” – segundo Fernando de Azevedo não se pode afirmar que o Príncipe Regente, com essas iniciativas, “tenha inaugurado calculadamente uma política de deslocação cultural”. O interesse pelo ensino das ciências, da economia e da técnica – por processos elementares - tinha objetivo previsto. “o que, antes de tudo, visava diretamente o rei de Portugal, criando essas escolas e instituições, era aparelhar a Colônia em que instalava a sede da Monarquia, não só de cirurgiões e engenheiros indispensáveis à defesa sanitária e militar, e que já não podiam vir da metrópole, como também de instituições com que pudesse transformar a grande aldeia do Rio de Janeiro na nova capital do Império português” (RENAULT, 1969, p. 10).

apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país. São esses os efeitos diretos e imediatos da chegada da Corte. Naquele mesmo ano de 1808 são adotadas mais ou menos todas as medidas que mesmo um governo propriamente nacional não poderia ultrapassar (PRADO JUNIOR, 1999, p. 47).

A questão discutida por Prado Junior (1999) são os anos que se passaram entre a chegada de D. João e a proclamação da Independência, o que, para ele, não podem ser considerados como período colonial, uma vez que o Brasil não possuía mais as características de Colônia. Esse período, caracterizado pelo processo de emancipação pelo qual passou o Brasil pode sim ser considerado como o marco da entrada das idéias liberais no Brasil⁷. Contudo, devido às relações estabelecidas entre Brasil e Portugal estas idéias não eram bem vistas na Colônia, notadamente em razão da ameaça que traziam ao Império português. Os catorze anos, discutidos aqui, foram de intensas transformações mas, para que isso fosse possível, dois elementos foram fundamentais: a revolução constitucionalista do Porto, em 1820, e a liberalização da imprensa no Brasil.

A vinda para o Brasil do príncipe regente (que governava Portugal no lugar de sua mãe, d. Maria I, desde que esta enlouquecera) era algo completamente inédito. Hipólito, reconheceu nesse fato histórico único – o de uma cabeça coroada reinando na América – a oportunidade de uma transformação institucional profunda para o Brasil e para Portugal. A presença de D. João no Brasil era a possibilidade de progresso e desenvolvimento para a sua pátria: quem sabe não seria esse o começo de um novo ciclo para a nossa história? Quem sabe, agora, o Brasil não passaria a ter indústrias, universidades e imprensa? Quem sabe não se poderia adotar um novo sistema, providenciando para que as instituições que se implantassem aqui fossem de fato modernas, avançadas, para que os preconceitos e os vícios do Estado português não fossem transplantados para o Brasil? A forma que Hipólito achou para trabalhar pela mudança foi a palavra impressa e livre de censuras, tal como ele via ser a prática no país que o acolhera. A Inglaterra era um país livre, onde a monarquia constitucional era

⁷ José da Silva Lisboa, ainda que defensor do governo monárquico, foi o primeiro intelectual brasileiro a conhecer e divulgar, no Brasil, as idéias [liberais] de Adam Smith (LUSTOSA, 2003, p. 53).

um fato; onde o Parlamento realmente funcionava e limitava o poder do rei; onde havia uma imprensa livre. Hipólito percebia a importância dessas duas instituições para o funcionamento das outras [...] Foram esses fatos que motivaram Hipólito da Costa a publicar em Londres, a partir de 1º de junho de 1808, aquele que foi o primeiro jornal brasileiro (LUSTOSA, 2003, p. 13-14).

A autora aponta outro fator: “Durante aqueles anos, a ação doutrinária de Hipólito da Costa, através do *Correio Braziliense*, difundindo na América os ideais do liberalismo e as vantagens do sistema de governo na Constituição, foi também fundamental” (LUSTOSA, 2003, p. 8). Além disso, este jornalista tinha como objetivo claro a necessidade de promover a educação às pessoas brasileiras que dela podiam se apropriar, visto, naquele momento, como meio de trazer desenvolvimento para a Colônia brasileira. Esse conhecimento, concatenado com a dinâmica capitalista disseminada na Europa culminava na preparação das atividades comerciais.

O setor educacional também recebeu investimentos: foram criados cursos destinados ao preparo de pessoal mais diversificado para atender às novas ocupações, isto é, os cursos superiores para formar os profissionais necessários à inusitada condição do Império português. Na verdade, segundo Ribeiro (2003, p. 41) “[...] ‘cursos’ não dá idéia precisa, uma vez que, em verdade, muitos correspondiam a aulas, como as de economia, anatomia, etc.”.

Naquele período, não havia Universidade, muito menos um sistema de ensino organizado que oportunizasse a transmissão de conhecimentos em ciências, política e outros. Constata-se que, após a expulsão dos jesuítas com a Reforma Pombalina, não houve uma organização do ensino como se tinha até então. As condições de estudos existentes no Brasil - Colônia eram bem diferentes da que se apresentava na Metrópole. Faltavam recursos, casas para locação de escolas, professores. Os filhos da elite contavam com preceptores eclesiásticos já a camada mais pobre da população ficava entregue à instrução pública caso existisse. Mesmo após a vinda da família real, as aulas limitavam-se a poucas o que deu margem ao desenvolvimento do ensino particular (RIOS FILHO, 2000).

No entanto, não podemos considerar que apenas aqueles, ou aquelas, que freqüentavam uma escola tinham acesso às

primeiras letras. Pelo contrário, têm-se indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal. Essas escolas (às vezes chamadas de particulares, outras vezes de domésticas), ao que tudo indica, superavam em número, bem avançado até o século XIX, àquelas escolas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado [...] a experiência mineira, que não parece ser única, bem o demonstra. Em 1827, Bernardo Pereira de Vasconcelos sustentava que, em Minas Gerais, havia 23 escolas públicas e 170 privadas (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 45).

Após a independência política do Brasil, em consequência da necessidade emergente de organizar o Estado, a instrução pública passou a receber novos olhares. A instrução pública seria uma possibilidade de desenvolver civilidade nas pessoas e, de certa forma, assegurar a ordem social ameaçada naquele momento pelas freqüentes revoltas provinciais.

Durante o período em que a Corte permaneceu no Brasil, o Reino português ficou ocupado, primeiro por franceses, depois por ingleses e, em seguida, sofreu a perda do Brasil como colônia, seu principal e quase único fornecedor, de onde provinha a sustentação de sua economia. A perda da Colônia brasileira causou sério descontentamento na Metrópole e teve como demarcação inicial, em particular, a Abertura dos Portos, em 1808, e o Tratado de Comércio e Navegação, assinado por D. João VI em 1810. Neste tratado, a taxa estabelecida sobre a importação de produtos ingleses era de apenas 15%. Já para a importação de produtos portugueses, a taxa era de 16%, e a de produtos de outras nações de 24%.

As consequências foram a perda do mercado brasileiro para a concorrência com os produtos ingleses que entravam na Colônia com taxas alfandegárias muito baixas. Tais insatisfações, aliadas à demora no retorno da Família Real para Portugal ocasionaram a Revolução Constitucionalista em 1820, que, dentre outras reivindicações exigiam a volta do Brasil à condição de Colônia.

Uma das primeiras medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa foi o Decreto que estabelecia a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820. Em seguida, a 13 de outubro, as mesmas autoridades liberaram a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. Essas iniciativas tocavam diretamente o Brasil, que sediava a monarquia

portuguesa, visto que o rei D. João VI e sua Corte continuavam instalados no Rio de Janeiro. Vendo seu poder dividido com a Junta de Governo Revolucionária e não querendo perder terreno, o monarca assinou, por sua vez, um decreto, de 2 de março de 1821, suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral (RIZZINI, 1988; IPANEMA, 1949). Esses acontecimentos obrigaram o retorno da Corte, em 1821, e aceleraram o processo da emancipação política brasileira, porque, os membros das cortes portuguesas, imbuídos pelos princípios liberais, insistiam no fechamento dos portos e no retorno do Brasil à condição de Colônia.

Nesse interím, a imprensa assumiu fundamental destaque em discussões de interesses que divergiam entre os que acreditavam nas mudanças da organização política da Colônia como possibilidade de avanço e os que procuravam emperrar este processo. A palavra escrita passou a ser vista pelos redatores de jornais e de panfletos como uma forma de se conseguir as reformas necessárias na estrutura política e econômica. Para Neves (2002), paralelamente à divulgação de idéias liberais, engendrava-se o separatismo que levaria ao rompimento entre Brasil e Portugal em 1822.

Emília Viotti da Costa (1977) atesta que, desde o final do século XVIII, já era possível detectar idéias liberais no Brasil. Contudo, em virtude das formas abstratas que tomavam, muitos eram os sentidos que poderiam significar, dependendo de cada grupo que as defendiam. Esse leque de variações em torno da concepção de liberalismo foi se definindo após a independência. Essas divergências foram reveladas no processo da Constituinte quando os objetivos para a recente nação foram discutidos. Democracia e liberalismo confundiam-se na teoria, mas, na prática, tomavam formas bem diferentes.

O liberalismo brasileiro, num primeiro momento, posicionou-se contra o despotismo real e, em seguida posicionou-se contra um projeto radical de democracia. Enquanto, na Europa, o liberalismo representava uma oposição ao Antigo Regime, ao despotismo real, aos privilégios da nobreza e aos empecilhos existentes para a formação de um comércio livre, no Brasil, o liberalismo se desenvolveu pela sobrevivência das arcaicas estruturas de produção. A luta anti-absolutista, travada no Brasil, inicialmente, foi contra o sistema colonial, logo, contra a Metrópole e contra aqueles que se identificavam à Coroa portuguesa.

Essa luta se acirrou quando se percebeu que a Coroa deixou de representar o interesse de “todos” para representar somente os interesses dos portugueses de Portugal (COSTA, 1977).

Nesse contexto, verificou-se a divisão entre dois grupos, que foram denominados por Sodré (1999) de direita e esquerda. Na direita formada pela classe dominante e os elementos da camada média estavam os desejosos de que a classe dominante metropolitana reconhecesse a classe dominante colonial e o seu direito ao livre comércio, mediante um sistema tributário que satisfizesse ambas as partes, contudo, mantendo a submissão do Brasil a Portugal. Na esquerda formada por intelectuais da camada média sob influência dos ideais revolucionários franceses e por alguns representantes da camada inferior, estavam aqueles que pretendiam atingir autonomia e ruptura definitiva com a Metrópole, aceitando reformas internas que amenizassem a dependência da Inglaterra.

Nesse período, a política de D. João já causava desagrado àqueles que se beneficiavam com o sistema colonial, ou seja, os comerciantes portugueses, que encontravam, assim, concorrentes de outras nações. Tais concorrentes além de terem sido beneficiados com a abertura dos portos ainda obtinham privilégios como juízes privativos, liberdade religiosa, entre outros. Isto provocava revolta nos antigos monopolistas e os colocavam em posição de adversários do novo sistema almejando retorno ao sistema anterior (PRADO JUNIOR, 1999).

Quando teve início a Revolução Constitucional, em 1820,⁸ a contradição fundamental encontrada na Colônia estava entre dois pólos: submissão e emancipação. O processo de emancipação guardava interesses internos e externos.

⁸ Foi uma revolução “[...] bem no espírito das que afetaram a Europa no rastro da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa. Mas era também o resultado da profunda insatisfação dos portugueses com a situação de seu país depois da vinda do rei para o Brasil e, com o enorme prejuízo que lhes resultara do fim do monopólio comercial. Também lhes incomodava o desprestígio com que se sentiam, pois com a mudança da sede da Corte para o Rio de Janeiro haviam deixado de ser metrópole para ser colônia do Brasil. Organizaram-se os revolucionários numa junta que assumiu o poder de fato do país, lançou as bases do que seria a constituição portuguesa e convocou uma assembleia constituinte. Logo seus deputados determinaram a volta de D. João VI para Portugal. O que, para desgosto do rei, se deu em 26 de abril de 1821” (LUSTOSA, 2003, p. 19).

Mas, para compreendermos a revolução constitucional e sua repercussão entre nós, é preciso considerar ainda outro aspecto que nela ocorre. O desencadeamento da insurreição faz com que venham à tona, e explodam em agitações, as diferentes contradições econômicas e sociais que se abrigavam no íntimo da sociedade colonial e que a ordem estabelecida mantinha em respeito. Assim, as profundas diferenças sociais que separavam entre si as classes e setores sociais, relegando a massa da população para um ínfimo padrão de vida material e desprezível estatuto moral. São ainda as contradições de natureza étnica, resultando da posição deprimente do escravo preto, e, em menor escala, do indígena, o que dá no preconceito contra todo o indivíduo, mesmo livre, de cor escura. É a grande maioria da população que é aí atingida, e que se ergue contra uma organização social que, além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência na colônia. A condição dos escravos é outra fonte de atritos. [...] É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e a força organizada a ordem estabelecida. (PRADO JUNIOR, 1999, p. 49).

O Brasil passava por um período de efervescência política, de derrubada de governos locais e de sua substituição por juntas eleitas e de implementação do regime constitucional. Naquele momento, duas forças se apresentavam, de um lado, as reacionárias desejosas de retorno ao passado, ou seja, ao sistema de Colônia, por ser vantajoso a seus interesses econômicos e, de outro lado, as forças que desejavam a consolidação de uma nação autônoma. “[...] Encontramos, finalmente, as referidas forças populares, as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na constituição que lhes era oferecida perspectivas de libertação econômica e social” (PRADO JUNIOR, 1999, p. 50).

Os conflitos internos diretamente relacionados ao destino da Colônia, em que estavam presentes idéias divergentes, não foram os únicos responsáveis pelo caminho histórico percorrido. O movimento mundial da burguesia ganhava força, ditando regras que os homens deveriam seguir diante de novas formas de organização social. As determinações individuais que mobilizaram os homens a certas ações, faziam parte de um movimento histórico mais abrangente que envolvia a sociedade existente. A dicotomia de interesses dava-se entre o entendimento de brasileiros que buscavam uma atuação mais direta no governo, e o de portugueses que lutavam pela total exclusão dos brasileiros nesse tipo de poder e de suas abrangências.

A partir de 1821, o embate entre essas forças se fortaleceu, contudo, o grupo que representava as classes desejosas de consolidação de uma nação independente saiu vitorioso, uma vez que o retrocesso já não era mais possível. Quanto aos movimentos populares, esses não estavam prontos para fazer valer suas reivindicações, ainda mais que as reformas exigidas eram dificultadas pelas condições do período.

A agitação popular foi por isso dominada, serenando aos poucos. E permaneceu mais ou menos intacta a organização social vigente. Foi simplesmente no sentido da Independência que se desenvolveu a Revolução Constitucional. E coube a direção desse processo ao “partido brasileiro”, naturalmente indicado para tal, já que seus interesses e objetivos se fundiam, no momento, com a marcha dos acontecimentos. Esse partido, tendo no príncipe herdeiro D. Pedro (que ficara como regente depois da partida do rei seu pai) um hábil instrumento de suas reivindicações, soube dele se utilizar, atirando-o, talvez sem que ele mesmo a princípio sentisse, na luta contra as cortes portuguesas e os projetos de recolonização do Brasil. Dessa manobra, coroada de pleno êxito, resultaria a Independência; e foi este o grande mérito de José Bonifácio (1763-1838) e dos demais que o seguiram (PRADO JUNIOR, 1999).

As Cortes portuguesas, ao sentirem os prejuízos causados ao seu comércio com a abertura dos portos e o Tratado de 1810, revelaram a intenção de manter uma política de restrições comerciais e recolonizar o país. Tal tentativa de alterar a direção no campo da política e da economia não foi bem sucedida. As mobilizações e conflitos, que transpareceram com a Revolta do Porto, chegaram ao Brasil, incentivando a disseminação dos jornais e periódicos. Assim, com a utilização da imprensa, foi possível a criação das bases ideológicas nas quais se assentariam a futura nação. A este respeito se faz apropriado o entendimento de Sodré (1999) sobre a ação da imprensa:

Para unir, é preciso mobilizar, é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, a sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte Joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro marca a evolução dos acontecimentos (SODRÉ, 1999, p. 45).

No final do século XVIII Condorcet afirma, em sua obra **Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano**, que a imprensa foi utilizada como forma de luta contra antigos privilégios, pois a impressão dos saberes e sua disseminação significava libertação dos povos perante seus opressores. Os brasileiros e seus ideais foram mediados por este instrumento no enfrentamento de documentos oficializados que traziam ameaça a liberdade pretendida. Ressalta-se, contudo, que muitos jornais e periódicos, influenciados pela questão da Independência política do Brasil que ganharam voz naquele momento tiveram uma curta duração. Lustosa encontra uma justificativa para essa situação:

Erguiam-se e confundiam-se as vozes dos intelectuais, dos políticos envolvidos diretamente com o modelo político que se estava superando, dos liberais exaltados, maçons ou não, com os aventureiros de ocasião, dos que apenas se aproveitavam daquelas agitadas circunstâncias para se lançar na recém-criada profissão de jornalista (LUSTOSA, 2000, p.26).

Para Sodré (1999), a mistura entre os problemas da Independência e o da liberdade demonstrou o quão complexo era o momento político, o que explicaria enganos individuais, mudanças radicais de posição nos homens que se encontravam a frente dos embates. A imprensa, por meio de um grande número de jornais e panfletos, foi o espaço necessário para que esses debates fossem travados.

A partida de D. João VI para Lisboa, em 1821, gerou também um sentimento de angústia entre os brasileiros, no Brasil, porque, trouxe mudanças na vida e no movimento que haviam aprendido a apreciar, influenciados pelo gosto especial de D. João pela música e pelo teatro, influência esta que havia atingido desde os mais ricos negociantes até os mais modestos funcionários. O que havia de bom e de belo já era noticiado pela imprensa periódica, que não se ocupava apenas dos acontecimentos políticos. As revistas literárias e de instrução, recém-surgidas, haviam elevado as aspirações do povo. Com a partida de D. João, surgiu o sentimento de perda dessas conquistas e o temor de voltar à condição de Colônia. Assim, para Lustosa (2000), o período de 1821 a 1823 marcou a intensa participação da imprensa em busca de uma definição política

que a recém-conquistada nação brasileira pretendia alcançar. Nesse sentido, a autora afirma que:

Essa participação começa logo no início do ano de 1821, com a publicação de jornais de caráter conciliador que dão notícia das agitações das tropas portuguesas no Rio e acompanharam a partida do rei. Essa fase é sucedida pela vertiginosa série de episódios que culminaram na Independência. (LUSTOSA, 2000, p. 18).

De acordo com a autora, a imprensa surgiu com intenção de educar o povo em um primeiro momento, porém, em virtude do processo político foi levada pela violência dos debates. Muita coisa mudou no quadrante relativo à política brasileira entre o período da partida de D. João VI e a decisão de D. Pedro de desobedecer às ordens das Corte e permanecer no Brasil. Alguns jornais, como o *Revérbero Constitucional Fluminense* se descomprometeram com as decisões governamentais ao assumirem certa independência política, em particular, a partir do segundo semestre do ano de 1821 (LUSTOSA, 2000). Um outro exemplo de Jornal que se envolveu nas questões políticas foi o *Despertador Brasiliense*, que, no mesmo ano, enquanto D. Pedro relutava em atender às determinações dos decretos de Lisboa, insuflava os brasileiros a desobedecer àqueles documentos (LUSTOSA, 2000).

A partir de 1821, o ideal de liberdade incutido nas lutas políticas tomava rumos diferenciados dos que mobilizaram a Europa. O Brasil, ao se tornar independente, tinha uma elite ideologicamente homogênea, devido à sua formação jurídica em Portugal e seu treinamento no funcionalismo público, como também a existência de um isolamento em relação às doutrinas revolucionárias. A manutenção da escravidão e a relação da elite com a propriedade da terra acabaram por reforçar esse aspecto (CARVALHO, 2003). A manutenção possibilitada pelo processo de independência manteve a estrutura burocrática e o padrão de formação da elite recebida de Portugal que concebeu ao Estado Imperial condições de maior controle e aglutinação de interesses da aristocracia rural (idem).

Nas primeiras décadas do século XIX, as idéias veiculadas pelas páginas dos jornais de panfletos evidenciavam o desenvolvimento ocorrido na Europa em

termos de conquistas materiais. Muitos jornais, como o *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa, acreditavam que o Brasil poderia alcançar um desenvolvimento parecido. Hipólito defendeu, por meio de seu periódico, que naquele momento, a imprensa significava um importante instrumento para educar os homens. Contudo, suas idéias não expressavam um pensamento isolado, identificavam-se com outras do contexto da época, as quais evidenciavam os conflitos gerados pela transição que ocorria na Colônia. Era o momento em que as idéias iluministas passaram a ganhar força nos conceitos dos homens que viam na disseminação de conhecimentos uma possibilidade de avanço econômico, cultural e político. De acordo com Pallares-Burke (1998), após a emancipação política do Brasil, o jornalismo assumiu as características do Europeu, de forma muito mais ampla. Atesta a autora que:

Na verdade o projeto iluminista de transformar as mentalidades 'arcaicas' em 'ilustradas' não só revela presente como até reforçado no jornalismo latino-americano do século XIX. Esforçando-se por integrar o novo mundo independente no que era visto como a invejável e moderna cultura européia, homens (e algumas mulheres) de letras latino-americanos deram à imprensa um importante papel no processo civilizatório (PALLARES-BURKE, 1998, p. 146).

Sodré (1999) explica que, após a Independência em 1822, a unidade forjada para conquistar a separação acabou e uma nova problemática a ser resolvida surgiu: a estruturação do Estado. Na visão deste autor:

Direita e esquerda que, quanto ao problema da Independência, trabalhavam no mesmo sentido, separam-se nitidamente. A direita age logo, e a concedida liberdade de imprensa é praticamente anulada. Não só por atos do poder, que se sucedem, como por atentados a jornalistas, que se repetem. Esses atentados são, via de regra, associados à linguagem empregada pelos pequenos jornais na interpretação usual. Essa explicação é vazia, entretanto: a violência de linguagem, própria da época, não era peculiar à imprensa de oposição. Isso sem considerar – o que é lícito – que a linguagem áulica é uma violência feita à liberdade e ao pensamento (SODRÉ, 1999, p. 46-47).

A imprensa brasileira atendeu à necessidade de trazer informações ao público, de conduzir as discussões da época, com a defesa de idéias que iam ao

encontro de interesses brasileiros ou lutando contra pensamentos considerados ameaçadores à visão conservadora.

Naquele momento, a educação pública ficou esquecida à espera dos acontecimentos que definiriam os rumos da política nacional. D. Pedro, ainda que não se apresentasse indiferente à instrução do povo, foi obrigado a priorizar as questões políticas e sociais e o apaziguamento das dissensões políticas e, enquanto isso, a instrução ocorria de maneira informal. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos (LUSTOSA, 2003).

Instituições próprias de ensino sempre foram úteis na função de transmitir conhecimentos e formar opinião. Contudo, quando insuficientes, outras instituições foram utilizadas para cumprir esse papel, entre essas, destacamos, os romances, as revistas, os sermões, o teatro, a pintura e a imprensa, pois esses “[...] têm tido sempre muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145).

O ensino primário continuou com a responsabilidade de instrumentalização técnica: ler e escrever. O secundário manteve o sistema de aulas régias⁹. Já o ensino superior tornou-se um poderoso instrumento para a unificação ideológica da política imperial e se concentrou na formação jurídica e fornecia, a partir daí, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades.

É interessante salientar que o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito da Costa, foi o primeiro jornal brasileiro. Surgiu em 1808 e desapareceu em 1822. Atuou, portanto, num momento fundamental da história nacional, período marcado pela presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro e pela mudança na forma de governo¹⁰. Foi também por meio de suas páginas que o povo brasileiro pode

⁹ Pelo alvará de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Pombal criava as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras.

¹⁰ Mesmo fora do Brasil e cobrindo os eventos internacionais, o *Correio Braziliense* tinha por objetivo manter o povo brasileiro alerta sobre o que ocorria pelo mundo afora, desejava que se mantivessem atentos para os perigos do poder absolutista e déspota e que as idéias liberais pudessem despertar em seus espíritos. Nesse sentido, Hipólito sempre defendeu a substituição do trabalho escravo pelo de imigrantes europeus pobres, mas, para ser possível, afirmava que era preciso haver leis claras e eficazes. “Ele era contra os monopólios que constrangiam o progresso do comércio e da indústria; queria a transparência das contas públicas, uma maior participação do povo na política, mas que esta não se confundisse com liderança do processo de transformação

acompanhar a derrota de Napoleão em Waterloo, bem como seu exílio na ilha de Santa Helena.

O jornal de Hipólito da Costa, o *Correio Braziliense*, não foi o primeiro jornal produzido na Europa a ser lido regularmente no Brasil, segundo Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003). Já, em 1778, circulava na América portuguesa a *Gazeta de Lisboa* bem como as demais publicações impressas em Portugal. Exemplo disso foram os periódicos que existiram durante o governo do marquês de Pombal, que divulgavam cultura, utilidades, notícias, publicações científicas, literárias e históricas. A respeito dessas publicações, Morel e Barros afirmam:

[...] a imprensa periódica, embora disseminasse informações, opiniões e idéias, não praticava o debate e a divergência política, publicamente, no contexto do Absolutismo (ainda que Ilustrado) português. É na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública* (MOREL; BARROS, 2003, p. 17).

A expressão “opinião pública” deve ser interpretada como o poder das palavras, ou seja, poderoso instrumento de combate. É uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. Esse entendimento percebia, no nascimento da opinião, um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera pública. Diante do absolutismo, presenciava-se um público letrado que fazia uso da razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, era a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado (MOREL; BARROS, 2003). Ainda segundo Morel e Barros,

Foi a partir de processos históricos como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e os movimentos liberais ibéricos, por exemplo, que surgiu esse intelectual tão

do sistema de governo. Pois ele não era um democrata: queria que as reformas fossem feitas pelo governo antes que o povo as fizesse. Acreditava que a monarquia constitucional tal como conhecia na Inglaterra era o melhor dos governos possíveis” (LUSTOSA, 2003, p. 17).

característico dos inícios da Era Contemporânea, do qual Thomas Paine foi um dos paradigmas. Publicavam livros provalvemente, mas produziam sobretudo impressos de combate imediato, de apoio ou ataque a pessoas e facções e de propagação das “novas idéias”, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para a formação destes (MOREL; BARROS, 2003, p. 15-16).

No entanto, em princípios do século XIX, surgiu um novo direcionamento para as publicações: o debate político, que não se via anteriormente, começou a aparecer nas folhas impressas. Isso porque o surgimento da imprensa no Brasil estava associado e vinculado às diversas transformações nesses espaços públicos, onde é possível observar a modernização cultural e política das instituições e o processo de independência e de construção do Estado Nacional.

Do ocaso do antigo Regime, passando pela recepção do ideário liberal, surgem os espaços da liberdade de imprensa que, embora não seja causa, vai compor e interferir no quadro da separação com Portugal e da edificação da ordem nacional. **Imprensa e nação brasileira são praticamente simultâneas** (MOREL; BARROS, 2003, p. 7, grifo nosso).

Esse é o período em que surgiu a figura de homem público, o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro, até então inexistente no território da América portuguesa. Para Morel e Barros (2003), entre as mudanças culturais trazidas pela manifestação da modernidade política ocidental, estava essa figura de homem de letras, que era, muitas vezes, visto como aquele que portava uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. Era caracterizado como um escritor patriota, aquele que difundia idéias e participava de embates, em que encontrava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações.

Contudo, vale ressaltar que esses homens, ao contrário do que possa parecer, não se assemelhavam ao perfil dos filósofos iluministas ou dos sábios enciclopedistas do século XVIII, que buscavam demarcar uma forma nova de entender o homem, a ciência e a organização política, embora esses fossem suas referências. Esses, por sua vez, inseriam-se no grupo daqueles que registravam seus nomes na publicação de livros, contudo, sua maior atuação concentrava-se no combate imediato ou apoio a pessoas e facções, como também na

propagação de “novas idéias”, dirigidas ao povo e à nação, para a formação desses.

No começo do século XIX, ou seja, após a vaga revolucionária, o perfil desses novos intelectuais, no mundo sob influência européia, podia ser repartido em duas grandes tendências: de um lado, um heterogêneo conjunto de escritores patrióticos e liberais; de outro, nostálgicos da República das Letras da forma que ela se apresentava em meados do século XVIII (como José Bonifácio de Andrada e Silva, que não era um típico redator de periódicos). Eram características moldadas pelo rescaldo da onda revolucionária, em espaços públicos que se transformavam. **É nesse quadro mais amplo de mutações culturais (e não exatamente como iluministas) que se encontra a primeira geração de jornalistas brasileiros** (MOREL; BARROS, 2003, p.16, grifo nosso).

Jornalistas, esses, que confundiam-se com educadores, porque utilizavam a imprensa como um canal, direcionado ao “povo”, na propagação de idéias. A opinião pública construída no período, partiu de membros da chamada República das Letras, os esclarecidos, ou seja, “[...] a opinião apontava como fruto da reflexão de indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava à propagação das Luzes do progresso e da civilização” (BARROS; MOREL, 2003, p. 29) e, nesse sentido, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação.

Neste sentido, Lustosa (2000) informa que a lei de 1821 que decretou que todo cidadão teria o poder de manifestar a sua opinião, sem responder a uma censura prévia, salvaguardou que, em caso de abuso dessa liberdade, a pessoa responderia nos termos da lei. Evidencia-se, na lei não um ponto final na censura com espaço aberto para qualquer tipo de escrita, porém a inserção de novos meios que pudessem imobilizar alguns jornalistas empenhados na missão de informar a população sobre o movimento político.

2.2 A Ação da Imprensa no Primeiro Reinado

Até 1821 o público do Rio de Janeiro tinha acesso somente a *Gazeta do Rio de Janeiro* (LUSTOSA, 2003). Lançada em 10 de setembro de 1808, foi o primeiro jornal impresso no Brasil, seguindo os moldes da *Gazeta de Lisboa*, visava divulgar as informações oficiais do Poder Real. Sua principal função era publicar decretos e eventos relacionados à família Real. O noticiário internacional que divulgava não apresentava nada significativo acerca das grandes questões políticas da época pois,

[...] era absolutamente anódino, com as informações filtradas pela rigorosa censura da Imprensa Régia de forma que nada que lembrasse liberalismo ou revolução alcançasse às vistas sugestionáveis dos súditos da coroa portuguesa (LUSTOSA, 2003, p. 20).

Somente em 1811, os periódicos da iniciativa privada ganharam espaço. Para surpresa de muitos, o primeiro desses periódicos foi publicado pelo próprio diretor da censura, José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairu, que o fez beneficiando-se da liberdade de imprensa assegurada pelas bases da Constituição Portuguesa. Personalidade considerada culta na Corte do Rio de Janeiro, foi também conservador e um dos defensores do “Trono e do Altar”¹¹. Essa posição política foi registrada em suas publicações no panfleto *Despertador Braziliense*, nas quais se opôs ao governo monárquico absoluto e propôs a desobediência às Cortes Portuguesas, as quais foram, por isso, consideradas revolucionárias.

Posicionava-se contrário à liberdade de imprensa e ao governo Constitucional, posição essa evidenciada nas publicações do *Conciliador do Reino Unido*, nas quais “[...] chamava a atenção para os danos que a liberdade de imprensa vinha causando no mundo livre” (LUSTOSA, 2003, p.22).

¹¹ José da Silva Lisboa foi o primeiro intelectual brasileiro a conhecer e divulgar no Brasil as idéias [liberais] de Adam Smith. Contraditoriamente, foi também um ferrenho defensor do “Trono e do Altar” expressão adotada pelos contra-revolucionários, os simpatizantes da Santa Aliança (LUSTOSA, 2003 p. 53).

A partir da abertura para os periódicos da iniciativa privada inaugurada por Lisboa, inúmeros periódicos foram criados¹². Enquanto alguns tiveram vida breve, outros se firmaram com discursos mais ideológicos que culturais e com grande influência no polêmico processo de Independência.

Com o retorno de D. João VI a Portugal, em 1821, devido à Revolução Constitucionalista, iniciada na cidade do Porto no ano anterior, acelerou-se o movimento pela autonomia política, que foi alcançada em 1822. A agitação política do momento sofreu grandes pressões por parte da imprensa, que se utilizou da recém-adquirida abolição da censura prévia, conquistada pelo decreto de 2 de março de 1821. Lúcia Neves (2002) indica a missão da imprensa durante aquele processo:

Fonte de poder no mundo moderno, a imprensa periódica atuou na época da Independência, sobretudo, como **um instrumento de formação da opinião pública** num ambiente ainda asfixiado pelas tradições coloniais. [...] conferiu aos acontecimentos uma dimensão pública e criou uma arena própria para os conflitos de valores, interesses e idéias, traduzindo a diversificação e a complexificação por que passava a sociedade. Em termos culturais, serviu de veículo para parte importante da produção intelectual do país, tolhida pela fragilidade do mercado editorial (NEVES, 2002, p. 364, grifo nosso).

Os embates travados na imprensa foram marcados pelas divergências entre liberais e não-liberais e a campanha pela Independência dividiu os homens que atuavam no cenário político (LUSTOSA, 2003). No período subsequente ao processo de Independência, essas manifestações contrárias diminuíram devido à repressão rigorosa realizada por José Bonifácio, que concentrou as publicações nas mãos da imprensa governista.

O enfrentamento à oposição liberal, no entanto, fez diminuir consideravelmente o número de periódicos. Os que se mantiveram com destaque foram os periódicos *Tífis Pernambucano* de Frei Caneca, e *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, de Cipriano Barata, com suas vertentes revolucionárias. O jornal *Sentinela da Liberdade* teve seu primeiro número

¹² *Correio do Rio de Janeiro; Diário da Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil; A Estrela Brasileira; A Malagueta; Reclamação do Brasil; O Regulador Brasileiro; A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande; O Silfo; O Tamoio* (LUSTOSA, 2003, p. 66).

publicado em 9 de abril de 1823 e, nele Cipriano Barata expressou a função da imprensa periódica naquele momento da história:

Tem aparecido em público dúzias de Gazeteiros no Brasil, e eu já estou cansado de ler coisas, que pouco, ou nada podem concorrer para a ilustração de Povos livres, e bem da Pátria. Persuado-me, que um Gazeteiro é escritor, **que pode ensinar, edificar, e fixar a opinião pública, e até moralizar os homens:** meus desejos são estes. Hei de escrever para os da Cidade, e da Aldeia, homens, mulheres, sábios, e pouco instruídos: mas todos os meus discursos, se bem refletirem, hão de saber sempre ao bem geral da Pátria [...] (BARATA *apud* MARTINS, 1977, p. 126, grifo nosso).

A ação da imprensa no Brasil e sua influência no início do século XIX foi considerada como a grande promotora da Independência (LUSTOSA, 2003). A atuação anti-absolutista de Hipólito da Costa abriu caminho em direção à ação mais efetiva da imprensa periódica¹³. Para ele, não deveria haver separação entre o liberalismo político e o econômico, a existência de um pressupunha necessariamente a existência do outro. Assim, aqueles que se prestavam à repressão da liberdade de imprensa eram coniventes com a corrupção e as irregularidades existentes no governo. Ainda, segundo Lustosa, a atividade jornalística de Hipólito foi uma tentativa “[...] para levar a Ilustração ao seu distante torrão natal” (LUSTOSA, 2003, p. 52).

Constata-se que, até a criação da primeira lei brasileira de imprensa, o decreto outorgado por D Pedro I em 22 de dezembro de 1823, a regulamentação da sua atividade estava diretamente subordinada à permissão do Governo de D. João e, posteriormente, do Imperador. Esse poder é destacado na carta emitida por Alexandre Joze Castello:

Ilmo. E Exmo. Senhor. O Príncipe Regente Nosso Senhor tem sido servido determinar imediatamente, que se proíba neste Reino e seus Domínios, a entrada e publicação do Periódico intitulado

¹³ A liberdade de imprensa, no entendimento de Hipólito, era a condição para toda liberdade cívica e política, fato que justificava a luta do *Correio Braziliense* em mostrar as vantagens de uma imprensa sem censura. Além do sentido político-pedagógico, o *Correio*, também, apresentava uma dimensão utilitarista. Defensor da unidade nacional, confiava que o Brasil alcançaria desenvolvimento material semelhante ao das nações mais prósperas se fossem introduzidas medidas governamentais tais quais vigoravam no centro da riqueza mundial (CINQUE, 2007, p. 102).

‘*Correio Brasiliense*’: assim como todos os mais escritos do seu **furioso e malévolo Autor**. O que V. Exa. fará presente na Mesa do Desembargo do Paço, para que haja de expedir ao dito respeito às ordens necessárias – Deus guarde a V. Exa. Palácio do Governo, em 2 de Março, de 1812. (Assignando) Alexandre Joze Ferreira Castello (IPANEMA, 1949, p. 164, grifo nosso).

Apesar do controle rigoroso do governo sobre a importação de prelos e instalação de oficinas tipográficas que prevaleceu durante as primeiras décadas do século XIX, verifica-se que, o decreto de 1823, proporcionou uma defesa maior da liberdade de imprensa na recém-criada nação. Sobretudo, no ano de 1823, quando tiveram início os trabalhos a favor da Assembléia Constituinte, essa situação tomou novos rumos, como no caso dos periódicos *Tamoyo* e *Sentinela da Praia Grande* que veicularam artigos atacando o Imperador e provocaram o fechamento da Assembléia. Atesta o referido Decreto de 22 de dezembro de 1823 que:

Art. 1º - Nenhum escrito, de qualquer qualidade, volume ou denominação, são sujeitos à censura, nem antes, nem depois de impressos.

Art. 2º - É portanto livre a qualquer pessoa imprimir, publicar, vender e comprar os livros e escritos de toda a qualidade, sem responsabilidade alguma, fora dos casos declarados nesta lei (IPANEMA, 1949, p. 164).

Os periódicos e panfletos produzidos eram elaborados por homens pertencentes às elites intelectuais e eram direcionados a um público leitor que em sua grande maioria traduzia algumas das idéias ilustradas do século XVIII. Neves (2002), ao analisar a influência dos jornais e panfletos no percurso de independência do Brasil, afirma que esses autores viam, na palavra escrita, o meio capaz de impulsionar as reformas quando divulgavam os ideais de liberdade. Essas publicações foram também responsáveis pela construção e sedimentação do Estado Nacional. No entanto, de acordo com a autora, o temor por uma mudança radical na ordem social do país e por ainda não terem claro os problemas que essa luta pela liberdade poderia acarretar na América sob domínio de Portugal, particularmente pelo sistema escravocrata, levou-os a optar pelo Governo adotado em 1822. Na realidade, os jornais aqui produzidos contribuíram

para instruir a própria elite e garantir os postos de comando que ocupariam futuramente no Império brasileiro. Sobre essa idéia Sodré argumenta que

Alcançada a independência, com a proclamação de setembro de 1822 [...] a unidade que se forjara para conseguir a separação cessa. É outro problema agora: é o da estruturação do Estado, problema de poder (SODRÉ, 1999, p. 46).

A emancipação política do país resultou do desenvolvimento econômico incompatível com o regime político da colônia que o amarrava e por sofrer essa pressão acabou por ceder. O papel representado por D. Pedro, Regente do Brasil após a partida de D. João teve facilidade em levar adiante os planos do “partido brasileiro” e realizar a separação do país. A monarquia brasileira apresentava precariedade em sua estrutura, pois não se assentou como os Estados Modernos Europeus que saíram do feudalismo. O projeto constitucional de 1823 traduzia bem as condições políticas dominantes. Esse afastava o perigo da recolonização, excluíam dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservava os cargos de representação nacional aos proprietários rurais, concentrando a autoridade política no Parlamento e proclamando a mais ampla liberdade econômica. Esse projeto consagrou todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais, oprimidos pelo regime de colônia e a nova ordem política vinha justamente liberar. Isso explicou por que apesar de ser tão defendido o Liberalismo Brasileiro não se misturou com a questão dos escravos, mas adaptou-se a situação. A intelectualidade brasileira havia se formado na filosofia francesa do século XVIII e não possuíam um sistema original que não tinham condições de produzir ainda (PRADO JUNIOR, 1987).

Ao elaborar o projeto os constituintes brasileiros buscaram os seus padrões nos princípios filosóficos e políticos do Contrato Social de J. J. Rousseau. O que não quer dizer que nossas condições fossem iguais dos Europeus. Na Europa as reivindicações do terceiro estado, especialmente da burguesia comercial e industrial lutava contra a nobreza feudal e a classe de proprietários. No Brasil eram os proprietários rurais que lutavam contra a burguesia mercantil e do Reino, buscando substituir as restrições políticas e econômicas do regime colonial pela estrutura de um estado nacional. No Velho Mundo a luta se dava em torno de liberdade econômica e soberania nacional (PRADO JUNIOR, 1987, p 54).

Naquele momento a grande necessidade era organizar e consolidar o Estado nacional. A instrução começou a ser vista como meio eficaz para cumprir parte desses objetivos. O ensino oficial estava desacreditado desde o decreto número 30 do ano de 1821 que permitia a qualquer cidadão abrir escola elementar, independente de licença, demonstrando na verdade um relaxamento do ensino particular primário. O projeto da constituição de 1823 determinava a construção de uma escola primária, ginásio nas comarcas e universidades em locais mais adequados do país, tarefa difícil de realizar devido à estrutura sócio-econômica da época, mesmo abrangendo apenas os cidadãos brancos, uma vez que os negros não eram contabilizados como demanda a considerar para receber instrução. Na verdade a educação nacional não possuía uma direção, estava entregue ao Ministério do Império que tinha como função primordial a política.

Com a dissolução da Assembléia Constituinte em novembro de 1823 consolidava-se o poder de D. Pedro e afastava-se por completo a interferência dos adversários dos negócios públicos. Esse foi um passo considerado como principal no objetivo de recolonização. Após sua dissolução o Imperador nomeou uma comissão para elaborar um projeto constitucional. Esse novo projeto conservou em linhas gerais o sistema do anterior e do comum das constituições da época. A inovação foi apenas a introdução de um quarto poder, o moderador¹⁴.

¹⁴ Poder Moderador foi uma doutrina que ficou conhecida no Brasil por meio da disseminação “[...] das idéias de Benjamin Constant (1767 – 1830) expressas no livro **Cours de Politique Constitutionnelle**. Baseado na teoria de Montesquieu da divisão dos três poderes e na análise do sistema parlamentarista inglês, cujo funcionamento dependia da existência de uma esfera de poder não sujeita à barganha ou à disputa político-partidária, Constant defendia a monarquia constitucional combinada com a instituição de um poder neutro ou moderador, exercido pelo rei. No entanto, um poder efetivamente neutro deveria supor, a seu ver, a separação entre a instância moderadora e a executiva; a primeira teria como atribuições a nomeação e destituição de representantes dos outros poderes, à exceção dos membros de instituições vitalícias como o Senado, e a segunda seria exercida pelos ministros, responsáveis pelo governo. Propondo a adoção na prática da máxima de que ‘o rei reina, mas não governa’, Constant advogava que esse poder moderador, inviolável aos compromissos particulares de quem está no exercício cotidiano do governo, seria um elemento conciliador dos conflitos entre os demais poderes e, portanto, um importante recurso para os momentos de crise. Foi com caráter distinto, porém, que o conceito de poder moderador foi adotado no Brasil. Desde as reuniões da Assembléia Constituinte de 1823, discutiu-se o papel do imperador no novo regime. Embora liberais como Antonio Carlos propusessem que o monarca deveria curvar-se à vontade da Assembléia, Carneiro da Cunha defendeu que ele não só deveria ter prerrogativas para sancionar e vetar as decisões da Assembléia, como deveria ser o chefe supremo do Poder Executivo. A posição de Cunha foi referendada na Constituição de 1824, que definiu o Poder Moderador como ‘a chave de toda organização política’, com a obrigação de manter a independência e a harmonia entre os demais poderes. Como detentor do Poder Moderador, o imperador seria figura inviolável e sagrada, sem responsabilidade pelos atos do governo, cujas funções seriam as de nomear os senadores,

Essa Constituição aceita pelas câmaras do país ficou sem ser posta em prática. Convocou-se o parlamento apenas dois anos depois e continuou igual ao Governo absoluto do imperador (PRADO JUNIOR, 1987). Assim, sem oposição praticamente, o partido português pôde manejar o poder a seu gosto, suprimindo a liberdade de imprensa, favorecendo com empregos públicos seus aliados. Em 1826 o Imperador diante de dificuldades no tesouro convocou o parlamento. Usou do poder que lhe fora atribuído para escolha dos Senadores constituindo uma maioria favorável a sua política. As relações do Imperador com a nova Assembléia não foram as melhores. Os seus opositoristas sabiam que o que lhe interessava não era só a troca de nomes, mas uma reforma no sistema. O Imperador não dava ouvidos aos reclamos da opinião pública e ao mesmo tempo não ousava dissolver o parlamento, anular a Constituição e instituir o absolutismo (PRADO JUNIOR, 1987).

Quanto à educação, só após cinco anos da independência houve uma determinação oficial em matéria pedagógica: a lei de 15 de outubro de 1827 que autorizou a fundação de escolas primárias em todas as cidades, vilas, lugares populosos do Império.

A situação apresentada pela instrução no Brasil fazia com que os ministros através dos relatórios que lhes chegavam criticassem duramente a situação. A necessidade da fiscalização era apontada e foi determinado através do artigo 70 da carta de lei de 1º de outubro de 1828 a incumbência de fiscalização das Câmaras Municipais. Pouco avanço houve na instrução do Império, pois os professores na realidade eram improvisados e sem formação adequada. Nesse sentido, os professores gozavam de um péssimo conceito social e remuneração (RIOS FILHO, 2000).

nomear e demitir os ministros de Estado, suspender os magistrados, perdoar e moderar penas impostas a réus, conceder anistia em casos urgentes, aprovar e suspender resoluções dos conselhos provinciais, sancionar decretos e resoluções da Assembléia Geral, e até dissolvê-la quando assim o exigisse a 'salvação do Estado', convocando imediatamente outra. A questão é que a própria Constituição não estabeleceu a estrita separação entre os poderes Executivo e Moderador, ao determinar que o imperador também devia ser 'o chefe do Poder Executivo', exercitando-o através de seus ministros. Assim, ao exercer simultaneamente os dois poderes, o imperador era ao mesmo tempo responsável e irresponsável pelos atos do governo. Foi assim que o sistema político adotado no Império sepultou os princípios defendidos por Benjamin Constant, dando origem à indignação de liberais como frei Caneca, que à época disse ser o Poder Moderador uma 'invenção maquiavélica, a chave mestra da opressão da nação brasileira, o garrote mais forte da liberdade dos povos' [...]" (GRINBERG, 2002, p. 581-582).

Nesse cenário, com a ausência de um sistema de ensino organizado que cumprisse a tarefa de civilizar a população, setores informais passaram a fazê-lo. A imprensa foi uma das opções, haja vista que já o fazia na Europa, onde os periódicos, desde o século XVIII, se colocavam como grandes disseminadores das luzes, ou seja, da cultura e da liberdade. Vistos como características fundamentais ao processo rumo à civilização passaram a defender a importância da periodicidade como instrumento capaz de contribuir no processo da construção da civilização desejada.

Todo esse movimento da imprensa periódica no século XIX, toda essa busca por uma autonomia representada pela periodicidade, pela liberdade de imprensa pode ser um indicativo da própria especificidade da área. Ao se transformar em uma prática autônoma e especializada, ao ocupar um lugar determinado e a partir daí desenvolver sua própria forma e especificidade, o jornal passa a alcançar uma legitimidade enquanto um discurso autorizado. [...] não se trata mais dos contadores de história ou dos viajantes que narram os mundos estranhos, muito menos das conversas ao redor do fogo; trata-se de um discurso jornalístico que ganha lugar próprio, que exerce seu poder muito além da produção ou da guarda da informação, mas na sua divulgação, na sua socialização. Trata-se de sujeitos que observam, ouvem e reproduzem as idéias por ali apresentadas (FARIA FILHO, 2006, p. 15).

Bastos (2002) classifica a imprensa como um dos dispositivos privilegiados para desenvolver o sujeito/cidadão por ser portadora e produtora de significações. Naquele período, com base na necessidade de informar sobre os fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procurava engendrar uma mentalidade, uma certa maneira de ver no seu destinatário a possibilidade de constituí-lo como público-leitor. Nesse sentido, embora a imprensa periódica disseminasse opiniões, idéias e informações desde o século XVIII, não havia debate político de forma pública. Foi só a partir das primeiras décadas do século XIX que houve condições favoráveis para a formação da opinião pública (RIZZINI, 1998).

A esse respeito Barros e Morel (2003), alertam que os primeiros esboços do que se chamava de opinião pública não tinham como interesse imediato a Independência do Brasil, mas, o principal objetivo era conferir um peso maior ao papel desempenhado pelo Brasil na Corte Portuguesa. Os autores ressaltam que a imprensa desempenhou relevante contribuição no processo que desencadeou a

separação entre a Colônia e a Metrópole Portuguesa, pois agiu como propulsora das conseqüências que levaram à independência brasileira.

Na visão de Rizzini (1998), isso pode ser considerado como uma demonstração de que o espaço público havia mudado e se transformado. Explica que, no início do século XIX o perfil adotado pelos intelectuais influenciados pelo pensamento europeu apresentava características de existência de duas grandes tendências que dividiam os grupos de escritores em patrióticos e liberais.

Havia uma diferenciação, apontada por Carvalho (2003), entre a intelectualidade brasileira e portuguesa e o seu reflexo no pensamento dos homens naquele momento. O autor afirma que o Brasil, ao tornar-se independente, tinha uma elite ideologicamente homogênea em razão de sua formação jurídica em Portugal, seu treinamento no funcionalismo público e isolamento (em termos) em relação às doutrinas revolucionárias. No Brasil e em Portugal, a homogeneidade ideológica e o treinamento eram características marcantes da elite portuguesa criadora e criatura do Estado Absolutista. De acordo com o autor, uma das políticas seria a reprodução na Colônia de uma elite feita à sua imagem. A elite brasileira na primeira metade de século XIX, recebeu treinamento em Coimbra, concentrada na formação jurídica a grande parte do funcionalismo público. Entretanto, com a transposição da Corte portuguesa, assumiu características distintas¹⁵.

Para Carvalho (2003) no Brasil, considerado como periferia do sistema capitalista, o movimento político e econômico que se estabeleceu diferenciou-se do desenvolvido na Europa. A recém-criada nação estava presa a dilemas como o livre comércio e o protecionismo, liberalismo e o trabalho escravo, centralização e descentralização.

Após a independência, teve continuidade a estrutura burocrática e o padrão de formação da elite herdada de Portugal, o que deu ao Estado Imperial uma capacidade maior de controle dos interesses agrários. As elites possuíam um grande interesse na manutenção da unidade nacional. A homogeneidade da elite,

¹⁵ Em Portugal, há muito tempo, acontecia a redução do poder dos barões feudais, ocorrendo uma colisão entre a burocracia e os grandes comerciantes. Já no Brasil, a terra voltou a ser a principal fonte de riqueza e poder. Os donos de terra, muitas vezes nobres portugueses empobrecidos recuperavam o antigo prestígio. A centralização conseguida em Portugal foi reduzida no Brasil devido ao grande latifúndio e à dispersão da população (CARVALHO, 2003, p. 35).

propiciada pelo meio educativo comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal, levou a um fortalecimento do Estado, considerado não só como um valor político, como um interesse material concreto (CARVALHO, 2003).

Apesar de ocorrerem no país idéias descentralizantes, monárquicas e democratizantes, elas, em sua maioria, não ultrapassavam os objetivos de manter a unidade nacional, do controle civil, ou seja, os interesses e linguagens comuns tornaram possível um acordo básico sobre a forma de organização do poder (*idem*).

Ocorre que a repressão violenta motivada pela Confederação do Equador, as Comissões Militares, a Supressão da Liberdade de Imprensa, processos absolutistas que surgiram com a dissolução da Assembléia Constituinte desencadearam o declínio na popularidade do Imperador D. Pedro I (SOUZA, 1972). Uma prova disso foi a pressa em fazer o texto da Constituição, em 30 de janeiro de 1824, após a dissolução da Assembléia Constituinte em 12 de novembro de 1823.

Com isso, Bernardo Pereira de Vasconcellos¹⁶, uma das importantes figuras que atuou na consolidação do Estado Nacional, sabia ser necessário impor barreiras ao poder do Imperador, fortalecer os Ministros de Estado. Era liberal em doutrina política e econômica, contudo, ao se referir à manutenção da ordem, era conservador (*idem*).

Barros e Morel (2003) esclarecem que as elites culturais que tinham acesso aos instrumentos de divulgação da imprensa mantinham uma estreita relação com diferentes setores da população que ocupavam um destaque social, acima ou abaixo delas. Os autores afirmam que, mesmo havendo uma distinção entre esses matizes da população, estabeleciam-se interações, formais ou não, entre elas. Para eles:

A imprensa [...] influenciava e era influenciada por vozes, falas e gestos não escritos, em via de mão dupla, numa complexa teia

¹⁶ Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850) atuou como deputado de oposição na legislatura de 1826 e teve uma posição destacada nos governos regenciais. Integrou o grupo de jovens liberais que se opuseram ao governo de D. Pedro I e desempenhou um papel fundamental na ascensão dos liberais moderados ao poder em 1831 (VAINFAS, 2002, p. 92).

de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o espaço impresso (MOREL; BARROS, 2003, p. 104).

Segundo Barros e Morel (2003), a imprensa periódica foi, então, um dos fatores fundamentais para a edificação de uma identidade e ordem nacional após a independência ao manter relação, em particular com os espaços públicos que aos poucos se transformavam.

Para Pallares-Burke (1998), o projeto iluminista que visava transformar as idéias consideradas ultrapassadas em pensamento ilustrado, não só transpareceu no jornalismo latino-americano, como também foi incentivado. Naquele momento, a imprensa encontrava-se recém-emancipada da ordem política absolutista e passou a ser identificada como o veículo de comunicação coletiva mais eficiente e poderoso na tarefa de reproduzir atitudes, costumes e os valores. Essa inclinação para formar, guiar e educar a sociedade pode ser observada nos títulos de alguns periódicos, como, por exemplo: *Monitores, Lanternas, Despertadores, Mentores, Faróis, Auroras, Sentinelas*, que se auto-descrevem como indispensáveis “difusores da luz”, veículos da cultura, progresso e liberdade.

Foi com o objetivo de participar desse cenário, além das questões políticas que o francês Pierre Plancher, fundador do *Jornal do Commercio*, veio ao Brasil. Veremos, por meio da análise da origem e da vida profissional desse francês, que o contexto apresentava estreita relação com seus projetos e o seduziu num momento em que abandonar sua terra natal tornou-se imperativo.

3 PIERRE PLANCHER E A IMPRENSA FRANCESA E BRASILEIRA

3.1 O editor Pierre Plancher na França

Famoso na França por editar obras vinculadas ao pensamento iluminista, Pierre Plancher aportou em território brasileiro em 23 de fevereiro de 1824. Pretendia proteger-se da perseguição que sofria pela Restauração dos Bourbons, empreendida por Luís XVIII, que assumiu o poder após a queda de Napoleão em 1815. Luís XVIII era irmão de Luís XVI, monarca destronado pela Revolução de 1789 e guilhotinado a 21 de janeiro de 1793, e irmão do conde d'Artois que tornou-se rei da França com o nome de Carlos X, após a morte do irmão Luís XVIII em 1824. Com Carlos X no poder, foi reinstaurada a política absolutista dos Bourbons, houve restrição dos direitos civis e suspensão da liberdade de imprensa. Em seu clássico *História das duas Restaurações*, “[...] Vaulabelle, conta os vexames dos pobres livreiros, inteiramente à mercê dos caprichos da autoridade, que interpretava ao seu modo a proibição da venda de livros [...]” (PACHECO, 1917, p. VI). A justificativa para tais proibições fundamentava-se nas restrições à liberdade do comércio e, por meio disso, justificavam-se as maiores violências. Os redatores estavam sempre atormentados em virtude das prisões e das multas.

As obras, principalmente de Voltaire e de Rousseau tiveram que ser recolhidas. Passou-se a proibir a venda e as que eram apreendidas eram destruídas. Nenhuma venda ou locação de livros era permitida sem a permissão da polícia que os fiscaliza para verificar seus conteúdos. É possível compreender a preocupação com as obras de Rousseau, pois com uma teoria mais radical, do que outros de sua época, disseminava a idéia de que os homens tinham de estar preparados para novas idéias. “Rousseau foi a encarnação de toda a insatisfação [...] de sua época. Ensinou os homens a verem seus erros e perversidade com uma nova intensidade” (LASKI, s/a, p. 151). Voltaire por sua vez, era reformista muito interessado em idéias mais práticas, ou seja, que dessem conta de solucionar problemas imediatos. Um homem de muitas posses que defendia mudanças desde que essas não pusessem em risco a manutenção da ordem.

Representava a parcela de burgueses que desejavam aprimoramentos no modo de ser da organização social desde que esses fossem compatíveis com a segurança e o bem-estar de sua classe. Voltaire não acreditava que os homens pudessem governar-se a si próprios por isso defendia a monarquia e argumentava que temia muito mais a tirania dos bacharéis do que a dos reis. Desejava “evidentemente, liberdade civil no modelo inglês”, todavia não confundia monarquia com despotismo (LASKI, s/a, p. 153). Voltaire refutava também o fanatismo religioso ainda que reconhecesse a necessidade de se conceber a existência de um Deus fortalecido na idéia de uma recompensa futura para apaziguar as diferenças sociais e manter a ordem social “que mon procureur, mon tailleur, ma femme même croient en Dieu, et je m’imagine que j’em serai moins volé et moins cocu”¹⁷ (*idem*).

O conhecimento daquele contexto histórico somado à investigação sobre as obras que Plancher editava e vendia em Paris, justificam o exílio do livreiro, em 1824, justamente quando a opressão atingia o seu auge. “Num tempo em que era crime vender qualquer escrito de Voltaire, crime maior seria certamente o de quem não só vendia, mas editara as obras completas do abominado polígrafo” (PACHECO, 1917, p. viii).

Naquelas condições, não havia possibilidades de manter o comércio editorial e o exílio de Plancher foi inevitável. As informações sobre a vigência de um regime monárquico constitucional atraiu o editor francês para o Brasil, todavia ele não poderia supor a metamorfose que sua vida sofreria com a travessia do Oceano Atlântico em direção à capital fluminense. De plebeu na Europa transformou-se em fidalgo no Brasil¹⁸. O conhecimento sobre a origem e o contexto social e político em que viveu o fundador do *Jornal do Commercio* são fundamentais para este estudo, especialmente por colaborar para a compreensão do pensamento e das atividades desenvolvidas por ele durante a década [1824-1834] em que permaneceu em território brasileiro.

¹⁷ Eu quero que o meu procurador, o meu alfaiate, a minha própria mulher creiam em Deus, e imagino que desse modo serei menos roubado e menos traído.

¹⁸ Plébéin en France, sans-*culotte* à Madrid, Ecrivain contre les Rois à Lisbonne, je me suis fait Fidalgo à Rio de Janeiro (*Spectador Brasileiro*, 15/3/1826).

Pierre René Francois Plancher de la Noe nasceu em Mans, departamento de Sarthe, na França, a 10 de janeiro de 1779. Filho de Pierre René Constant Plancher de la Noé, um advogado do Parlamento de Mans, cuja morte ocorreu trinta e cinco dias antes da queda da Bastilha,¹⁹ deixou órfão Pierre Plancher aos 10 anos de idade. Para sobreviver após a morte do pai, Plancher trabalhou como aprendiz de tipógrafo na fundação de tipos J. Gillé, em Paris. Nesse trabalho, desenvolveu gosto e habilidade para trabalhos gráficos. Passou por todos os estágios da profissão e chegou, inclusive, a ser chefe de uma oficina de impressão.

Também trabalhou com o comércio de livros, no qual, de funcionário, passou a livreiro e, mais tarde, tornou-se um conhecido editor na França. Nessa jornada, conheceu outros profissionais como, tipógrafos, escritores, intelectuais, filósofos, editores e outros livreiros que, assim como ele, acompanharam a trajetória da ascensão à queda de Napoleão, os efeitos da Revolução e, sobretudo os efeitos da Restauração.

O convívio com esses profissionais fez com que Plancher adotasse algumas idéias que circulavam nesse meio. A monarquia constitucional era uma delas, fundamentada na leitura de obras iluministas. Plancher acreditava que apenas essa forma de governo garantiria o exercício da liberdade de pensamento e expressão.

Em 1812, Plancher casou-se com Marie Constant Gaudois, mas a união não foi duradoura e, em 1815, uniu-se a Jeanne Seignot²⁰. Com a segunda mulher, além da vida conjugal, firmou sociedade comercial, a Plancher-Seignot, uma vez que ela era do mesmo ramo profissional que ele.

No ano de 1815, Plancher assistiu ao fim da primeira Restauração, o regresso fugaz de Napoleão ao poder e sua derrota na segunda Restauração de Luís XVIII, que retornou ao trono francês. Tais acontecimentos fizeram Plancher considerar Napoleão o maior homem do século, entusiasmo este evidenciado em

¹⁹ A Bastilha era uma prisão [espécie de fortaleza] onde o rei da França encarcerava seus inimigos políticos. Foi invadida e tomada pela "milícia de Paris", organização militar-popular, em 14 de julho de 1789, fato que ficou registrado como marco inicial da explosão revolucionária em Paris.

²⁰ União que só foi legalizada, em 1834 na França após a morte de Marie Constant Gaudois em 24 de abril de 1832.

seu folheto *Réflexions sur la lettre adressée au rédacteur du Moniteur par M. Le Comte de Montholon*²¹ de 1822.

A partir de 1815, Plancher se tornou alvo do “terror branco”, perseguição empreendida contra os partidários da Revolução e favoráveis a Napoleão. Em fins de 1815 Pierre Plancher foi preso por distribuir pelas ruas de Paris seu folheto *Le cri du peuple français*²², contudo esse não foi o seu primeiro trabalho após a restauração. Antes disso, ele havia editado outros textos filosóficos como o *Adresse aux Français sur les malheurs de la Patrie*²³. A prisão por atividades sediciosas não o intimidou, após ser libertado, editou as obras completas de Voltaire e, entre 1818 e 1819, publicou em quatro volumes, a obra de Benjamin Constant com o título *Collection complète des ouvrages publiés sur le Gouvernement représentatif et la Constitution actuelle de la France, formant une espèce de Cours de politique constitutionnelle*²⁴. Entre 1815 e 1821, publicou uma série de libelos cujos temas variavam de discursos sobre a memória da campanha napoleônica a outros nos quais defendia, por exemplo, a liberdade de imprensa (DEAECTO, 2006).

A primeira biografia de Pierre Plancher recebeu o título de **Um Francês Brasileiro** e foi publicada no Brasil em 1917 por Felix Pacheco²⁵ e, em 1930, foi ampliada e editada na França. Meio século mais tarde Laurence Hallewell, ao analisar a atividade editorial de Plancher e sua contribuição para a história do livro em solo brasileiro, oferece mais informações sobre as edições do livreiro francês n’**O Livro no Brasil** (1985).

²¹ Reflexões sobre a carta dirigida ao Monitor por M. Lé Comte de Montholon.

²² O grito do povo francês.

²³ Endereço aos franceses sobre as desgraças da Pátria.

²⁴ Coleção completa das obras publicadas sobre o governo representativo e a Constituição atual da França formando uma espécie de Curso de Política Constitucional.

²⁵ Felix Pacheco (1879-1935). Diretor e proprietário do Jornal do Commercio de 1923 a 1935 “[...] relata uma visita a um dos sebos da sua época, o alfarrabista Paiva, instalado na rua do Lavradio, onde encontrou um exemplar do **Cours de politique constitutionnelle**, de Benjamin Constant, editado por Plancher, com data de 1818. Foi a partir desta edição que Pacheco reconstituiu a trajetória do editor na França (SANDRONI, 2007, p. 11).

Pacheco (1917) após estudar a primeira edição de *France Littéraire ou Dictionnaire Bibliographique*²⁶ de Joseph Marie Quérard (1797-1865) constatou que Plancher era um editor do Iluminismo²⁷ e esteve envolvido em publicações revolucionárias. Entre 1817 e 1818, havia publicado obras polêmicas, tais como: de J.J.L.G.Monnin, *Lettre (première) sur le patriotisme, à M.M. les députés*²⁸ e *Lettres (première et deuxième) d'un prolétaire à M.M. les électeurs de 1817*²⁹; de Casimir Périer, *Opinion sur la liberté de la presse prononcée dans la séance du 13 Décembre 1817*³⁰ e de Charles-Antoine Scheffer, *L'Etat de la liberté en France*³¹. Naquele momento, imprimir os escritos de Charles Antoine-Scheffer, autor de origem holandesa, era o mesmo que confirmar as origens sediciosas de Plancher, tanto que,

A autoridade acreditou ver neste artigo um ataque ao poder de Luís XVIII, e o autor, sob a requisição do procurador do rei, foi trazido no tribunal da polícia correcional, e condenado a três meses de prisão, 200 francos de multa, um ano de vigiância e mil francos de fiança, após julgamento realizado em 1 de janeiro de 1818 [...] (PACHECO, 1917, p 33).

Mesmo com a repercussão do caso, Plancher editou outros títulos em defesa desse autor. Nas pesquisas que realizou, Pacheco encontrou uma lista das publicações de Plancher na qual constavam as obras de Benjamin Constant, Voltaire, Cousi, Chateaubriand, Fénelon, Samuel Johnson, La Fontaine, James

²⁶ França Literária ou Dicionário Bibliográfico.

²⁷ Duas linhas mestras caracterizam o programa editorial de Pierre Plancher em Paris. Uma primeira diz respeito às obras de autores já consagrados no sistema político e cultural francês. As obras de ficção seguem esta mesma linha. Elas se inserem em um universo igualmente consagrado e amplamente reconhecido pelo público leitor. Paralelamente, Pierre Plancher investia em textos que se voltavam para a realidade francesa, a exemplo dos libelos de crítica à censura e, num sentido mais amplo, de crítica à restauração monárquica. Publicava folhetos de teor político, discursos abertos à população, não raros vendidos a preços módicos que variavam entre 0,50 e 1 franco. Investia também na difusão de ideólogos do liberalismo, sendo as obras de Benjamin Constant o seu pilar editorial (DEAECTO, 2006, p. 156).

²⁸ Carta sobre o patriotismo, a M. M. deputados.

²⁹ Cartas de um proletário a M. M. eleitores.

³⁰ Opinião sobre a liberdade da imprensa pronunciada em 13 de dezembro de 1817.

³¹ A Liberdade na França.

Maddison, Schiller, Talleyrand-Périgord, entre outras. Alguns escritos sobre o Brasil, caso de Victor Angliviel de La Beaumelle, cujo catálogo levava o título de *Ancien chef de bataillon au service de la France, aujourd'hui général au service de l'Empereur du Brésil*³². La Beaumelle havia escrito *De l'Empire du Brésil considéré sous ses rapports politiques et commerciaux*³³, o qual foi trazido para o Brasil e publicado em 1824, pelo próprio Plancher, após receber a tradução de Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca³⁴.

Antes do exílio em 1824, Plancher editou *Discours sur la liberté de la presse prononcé à la Chambre de Paris*³⁵, do conde Noel Bruno Daru, e *Discours sur le projet de loi relatif aux délits de la presse*³⁶, de Talleyrand-Périgord. Mesmo com dificuldades para conseguir permissão para seu comércio, saíram de sua tipografia muitas obras que expressavam a sua posição política, como *Napoléon considéré comme Général, Premier Cónsul, Empereur, Prisonnier à l'île D'Elbe et à Sainte Hélène, ou Vie Impartiale de ce Grand Capitaine*³⁷ et *Testament de Napoléon, ex-empereur des Français, contenant les différents legs qu'il a faits à ses amis, à ses anciens officiers, et généralement à toutes les personnes qui composaient sa maison à Sainte Hélène*³⁸. Essas obras suscitaram grandes debates acerca da veracidade das mesmas. Plancher enfrentou, de um lado, os militares ligados à Napoleão que refutavam a veracidade das obras e, de outro lado, aqueles que defendiam a Restauração cujas publicações recebiam as suas críticas. Dessa forma, Plancher

[...] se vio envuelto em polémicas intrincadas y desagradables y desató discordias políticas, comerciales y literarias – con frecuencia todas al mismo tiempo . Pero esas querellas tenían un

³² Antigo chefe de batalha a serviço da França ajuda hoje general a serviço do Império do Brasil.

³³ O Império do Brasil considerado sob os seus relatórios políticos e comerciais.

³⁴ Luís Gonçalves dos Santos (Pe. Perereca) – 1779- 1825.

³⁵ Discurso sobre a liberdade de imprensa pronunciado na Câmara de Paris.

³⁶ Discurso sobre o projeto relativo aos delitos da imprensa.

³⁷ Napoleão considerado como um General, Primeiro Cónsul, Imperador, Prisioneiro na Ilha de Elba em Santa Helena, ou Vida Imparcial deste Grande Capitão.

³⁸ Testamento de Napoleão, ex-imperador dos franceses, contendo os diferentes legados que fez aos seus amigos, a seus antigos oficiais, e geralmente a todas as pessoas que compunham as casas em Santa Helena.

significado más amplio. Se referían a la definición de la libertad del comercio y de las ideas – en ese momento de paso del absolutismo al liberalismo. El propio Plancher tenía clara conciencia de eso, pues también él estaba siendo procesado tanto por la publicación de obras consideradas subversivas como por la realización de ediciones clandestinas, es decir, sin conocimiento de los autores o de la propiedad (los derechos autorales) y de la responsabilidad (pública y política) de los autores y editores, así como el grado de interferencia del Estado al respecto. Era un campo en fase de redefinición, y Pierre Plancher se vio en el centro del debate [...] (MOREL, 2002, p. 11).

Esse debate estava fundamentado no embate entre duas proposições muito distintas. De um lado, os princípios do absolutismo que comandavam a atividade intelectual, ou pelo menos tentavam comandar, e, de outro, os princípios do liberalismo econômico e político que reivindicavam a liberdade de circulação tanto de mercadorias como de idéias³⁹.

Apesar desses embates e da precária liberdade de comércio e de expressão, Plancher demonstrava habilidade para exercer sua atividade de editor de obras que apontava vínculos com o pensamento liberal. Em sete anos, publicou em Paris 150 títulos, um número considerável diante das adversidades da época. Vários expoentes do liberalismo francês tiveram suas obras publicadas na tipografia de Plancher:

Benjamin Constant, François Guizot, Royer Collard, Madame de Staël, Destutt-Tracy, Dupont de l'Eure, Prosper Barante, el príncipe y diplomático Talleyrand, el marqués de Lafayette

³⁹ No período entre a Reforma e a Revolução francesa uma nova classe ascendeu ao poder: a burguesia. Nesse período grandes mudanças ocorreram na vida econômica da Europa e tais mudanças opunham-se as condições até então vigentes. Essas transformações na vida econômica alteraram conceitos e instituições antes considerados imutáveis e assim tanto as bases jurídicas como o monopólio religioso também passaram a ser questionados. O fortalecimento dessa classe social que surgia naquele momento amparado no questionamento das bases do Antigo Regime criou um produto ideológico: o liberalismo. A desintegração do jeito de ser da sociedade aconteceu lenta mas radicalmente. Tudo foi se alterando numa época em que as posições sociais eram sempre bem definidas, o mercado em sua maioria local, os hábitos dominados pelos princípios religiosos onde a dúvida não era tolerada, a acumulação de capital e a produção eram apenas sustentadas pelas necessidades imediatas e onde a instrução e a ciência foram se consolidando como estruturas fortes para impulsionar mudanças. “Se a instrução e a ciência ainda eram companheiras inseparáveis e prestimosas da propriedade, o seu significado, porém, era agora apreciado por todas as classes da sociedade” (LASKI, s/a, p. 11). Por outro lado a dominação religiosa sobre os hábitos começou a enfraquecer ainda que seus princípios fossem levados em consideração.

(“Héroe de los Dos Mundos”), el banquero-diputado Laffitte, el abad de Pradt, el banquero-diputado Casimir Perier y el conde de Lanjuinais, entre otros (MOREL, 2002, p. 13).

Isso revela que o ambiente da tipografia de Plancher fora napoleônico e liberal ao mesmo tempo. Todavia, apesar da habilidade em se manter equilibrado no mercado editorial, Plancher provou alguns dissabores, como o prejuízo causado pelo pouco retorno comercial que obteve com a obra de Benjamin Constant “Cours de Politique Constitutionnelle”, pois, conforme esclarece Morel “[...] havia pago ao autor um adiantamento de dez mil francos pelos direitos autorais, e as vendas não corresponderam às expectativas” (MOREL, 2002, p. 13).

A concorrência acirrada prejudicou-o, em 1820, havia em Paris aproximadamente 300 impressores e livreiros, dado que indica também como era difícil o controle sobre o conteúdo das publicações e da circulação das idéias.

Outros dissabores vieram quando, em 1824, após a morte de Luís XVIII, teve início o reinado de Carlos X. Este monarca restabeleceu o governo absolutista dos Bourbons, pôs fim à liberdade de imprensa, restringiu os direitos civis e lançou a perseguição aos bonapartistas.

Detectamos, assim, pelo menos três motivos que motivaram Plancher a deixar seu país: os processos que corriam contra ele, a concorrência comercial e o poder governamental estabelecido.

Plancher assistiu aos grandes tumultos da França nos últimos anos do século XVIII, viu de perto dois golpes de Estado (o que falhou, no 18 de Fructidor, contra o Diretório, e o que produziu, no 18 de Brumário, a formação do Consulado), viveu no contexto da epopéia napoleônica, assistiu às suas glórias e também à sua derrota. Naqueles tempos:

[...] fora um importante livreiro-editor em Paris, e preferido por autores eminentes, que representam a nata do liberalismo constitucional daquele tempo, fixando-se através de todas as incongruências da Revolução, prolongadas com as mesmas alternativas no período napoleônico (PACHECO, 1917, p. 17).

Esse perfil do francês Pierre Plancher foi justamente a razão pela qual teve que se exilar de seu país, porque era considerado *persona non grata* em solo

francês após a queda de Napoleão e a Restauração dos Bourbons. Plancher tinha confiança que o Brasil seria um local em que teria possibilidade de dar continuidade a seu ofício.

Nesse sentido, Pierre Plancher não veio ao Brasil como um aventureiro, tinha um objetivo certo; para isso, trouxe consigo livros, equipamentos de tipografia e ajudantes para o ofício de impressor. O que havia o atraído para cá? Provavelmente, o conhecimento acerca da situação política do Brasil (PACHECO, 1917; MOREL, 2002; SANDRONI, 2007), o conhecimento sobre o processo de consolidação da modernidade política num recém-instalado Império que aguardava sua primeira Constituição. Era um momento de efervescência de novas idéias que entravam no Brasil. Mas que idéias novas seriam aquelas? Seriam realmente novas? Cícero Sandroni (2007) afirma que,

[...] o editor e seu impressor foram informados sobre o regime monárquico brasileiro, sob a coroa de um príncipe liberal que, ao receber o título de imperador, convocara Assembléia Constituinte onde políticos ilustres escreviam textos inspirados nas melhores idéias sobre a monarquia constitucional da época (SANDRONI, 2007, p. 5).

Tais informações não revelavam todas as matizes dos contextos social e político daquele momento, todavia, Plancher descobriu isso somente quando aqui chegou.

Outro fator que, certamente, atraiu Plancher foi o fato de saber que, naquela conjuntura, a grande questão política brasileira era sobre a direção da nação recém-independente e essas discussões tomavam corpo nos periódicos, que se aproveitavam do fim da censura, e “[...] enfrentavam abertamente os temas da Independência, da Constituição e dos princípios liberais” (CARVALHO, 2002, p. 25) constituindo-se em cenário ideal para Plancher estabelecer seu comércio tipográfico e editorial.

3.2 O editor Pierre Plancher no Brasil

Após o restabelecimento da paz entre Portugal e França, em 1814, os portos brasileiros reabriram-se para aquela nação. A partir de 1815, com a derrota de Napoleão, ganhou força na Corte brasileira o partido francês, tendo a frente Antônio Araújo Azevedo – conde da Barca – que passou a se sobrepor ao partido inglês que havia sido chefiado por Rodrigo de Souza Coutinho – conde de Linhares – até 1812.

Em 1816, o conde da Barca trouxe para o Brasil a Missão Artística Francesa, chefiada por Lebreton, integrada por pintores, escultores, arquitetos e gravadores franceses, entre os quais Nicolau Antônio Taunay, Jean-Baptiste Debret e Grandjean de Montigny, marcando com forte influência francesa não só os últimos tempos do Brasil Colônia, mas também o Império e o início da Primeira República⁴⁰. D. Pedro I, antes de se tornar Imperador, enviou convite a artistas e sábios franceses para virem trabalhar no Brasil. A partir de então, cientistas, artistas e intelectuais da França passaram a somar-se ao contingente nacional, e, juntamente com eles “[...] vieram cozinheiros, padeiros, confeitheiros, ourives, modistas, alfaiates, [...] professores de música e língua francesa, todo um verdadeiro exército de homens e mulheres capazes de impulsionar a revolução urbana que se operava no Rio de Janeiro” (SANDRONI, 2007, p. 11).

A presença de franceses no Império abria uma opção para a decisão sobre o local onde deveria exilar-se. Plancher sabia que apenas a Suécia, os Estados Unidos e o Brasil mantinham regimes liberais. Se optasse por exilar-se nos Estados Unidos, a língua e a cultura tornar-se-iam obstáculos e “[...] deviam parecer repulsivamente republicanos e igualitários [...]” (HALLEWELL, 1985, p. 67). A Suécia, por sua vez, não representava boas condições para a instalação de um livreiro francês. Já o Brasil apresentava, pelo menos, três pontos fundamentais para Plancher acreditar que seria a melhor opção para fugir da perseguição borbônica e estabelecer seu comércio tipográfico. A primeira delas era sua condição de recém-instalado Império, a segunda a formação de laços culturais com a França por meio da importação da cultura daquela nação e por

⁴⁰ Em 1817, ano de seu falecimento, o prestígio do conde da Barca era alto e ele acumulava todas as pastas do reino (SANDRONI, 2007, p. 10).

último “desde Waterloo, o Brasil era sabidamente um refúgio para os bonapartistas” (HALLEWELL, 1985, p. 68).

Todavia, ao pisar pela primeira vez em solo brasileiro, Plancher chegou a pensar se aquela teria sido a opção mais acertada. Além do calor daquela manhã de fevereiro de 1824, foi recebido pela alfândega brasileira com a ameaça de ser expulso e preso. Não era para menos, num território onde o absolutismo havia imperado até pouco tempo atrás, ainda persistia o controle, a desconfiança e o analfabetismo. Os canais de participação política que sofreram ampliação entre 1821 e 1823 estavam outra vez reprimidos (MOREL, 2002).

Plancher desembarcou no Brasil em meio à revolta diante dos atos do imperador tais como a dissolução da Constituinte e rumo político que imprimiu ao processo de construção do estado nacional. Além disso, a notícia, transmitida pela polícia de Paris à Maler de S. Maurice, ministro da Legação da França no Brasil, de que aportaria no Rio de Janeiro um tipógrafo revolucionário e falsário acompanhado de um impressor, justamente no período de desembarque de Plancher com Cremière, seu auxiliar, aumentou a hostilidade com que foi recebido. Sua bagagem, composta por muitas caixas de livros e um volumoso equipamento de tipografia desmontado, ajudava a polícia a julgar que se tratavam mesmo dos falsários procurados. Assim, a polícia imperial apreendeu toda a bagagem e emitiu o seguinte ofício,

Para o Intendente Geral da Polícia – Manda S. M. o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que o Conselheiro Intendente Geral da Polícia faça sair do território do Império, por assim convir à segurança pública, ao livreiro francês Pedro Francisco Plancher, e ao impressor Cremière, chegados proximamente a esta Corte com intenções revolucionárias; ficando o mesmo Intendente Geral na inteligência de que estes dois franceses são os mesmos denunciados na Nota de polícia de Paris que se lhe remeteu com a portaria de 29 de fevereiro último. Paço, em 6 de março de 1824. Luís José de Carvalho e Mello (SANDRONI, 2007, p. 17).

Plancher tinha duas alternativas: ou regressava a seu país ou ficava preso no Brasil como falsário e criminoso. Antes de optar, porém, decidiu provar sua inocência. Enviou uma carta ao Imperador e conseguiu uma audiência onde provou que ele e Cremière não eram os franceses procurados. Para esclarecer o mal entendido, mostrou o catálogo que trouxera de Paris no qual constava a

relação de alguns dos livros editados por ele. No catálogo do livreiro-impressor o Imperador encontrou a obra de Benjamin Constant, cuja leitura havia influenciado os textos constitucionais⁴¹.

Plancher convenceu o Imperador D. Pedro I que sua permanência em terras brasileiras seria útil ao governo. “[...] La habilidosa argumentación de Plancher dio por resultado que obtivera no sólo el *brevet* de librero sino también el título de ‘Impressor Imperial’ para si, y el de ‘Typografia Imperial’ para su negocio” (MOREL, 2002, p. 10). Vale lembrar que naquela época, para abrir uma livraria ou uma tipografia tanto na França como no Brasil, era necessária uma autorização do governo após juramento de fidelidade do comerciante ao monarca e foi isso que Plancher fez.

O resultado dessa habilidosa argumentação foi evidenciada na nota publicada no *Diário do Governo*, em 9 de abril de 1824, por alguém que se identificava como “O Amigo das Artes” (segundo as fontes, o próprio D. Pedro I)⁴². O conteúdo da nota, transcrita abaixo, mostra a eficácia do argumento que Plancher utilizou para obter a autorização para permanecer em terras brasileiras e exercer a atividade de livreiro e impressor:

Sr. Redator. Acabo de saber com muita satisfação que Mr. Plancher, Livreiro Impressor, atualmente estabelecido nesta

⁴¹ “Com efeito, os textos constitucionais de 1823 e de 1824 receberam influência do **Cours de politique constitutionnelle**. Ao escrever a biografia de D. Pedro I, Octavio Tarquínio de Sousa refere-se várias vezes ao príncipe, como ‘o leitor do publicista napolitano Caetano Filangieri e de Benjamin Constant’[...]” (SANDRONI, 2007, p. 26).

⁴² “Não constitui segredo, para os biógrafos de nosso primeiro Imperador, para os historiadores de seu reinado e de nossa imprensa, o fato de ter ele muitas vezes escrito e publicado artigos em jornais de seu tempo. Várias são as referências que a respeito se vêm repetindo, [...] Em 1914 publicaram-se na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** do ano anterior, interessantes cartas de João Loureiro, dirigidas ao Conselho José Maria da Costa e Sá, principalmente relativas à questão dinástica de Portugal. Numa delas, de 24 de novembro de 1828, disse que os únicos artigos a respeito publicados no *Diário Fluminense* eram da pena do Imperador, que escreve com muita vanglória, e miúdo, e guarda um anônimo de que se gaba. Em 1916, em **D. Pedro I e a Marquesa de Santos**, novos dados acrescentou Alberto Rangel à questão, inclusive a referência a um ofício do Coronel Maler, cônsul-geral e encarregado de negócios de França no Brasil, de 17 de janeiro de 1823, segundo o qual havia sido publicado no jornal *O Espelho* uma carta contra o redator da *Malagueta*, Luís Augusto May, da qual geralmente se atribuía a autoria ao imperador. Trata-se da suja ‘correspondência’ intitulada ‘O calmante da e no *Malagueta*’, saída no dia 10 daquele mês, que deram como de D. Pedro I os historiadores Tobias Monteiro e Octávio Tarquínio de Sousa, embora o próprio atingido a desse como redigida por Antônio Teles da Silva, o futuro Marquês de Resende, aliás, desde a infância amigo íntimo de D. Pedro” (VIANNA, 1967, p. 30).

Côrte, prestou na Intendência da Polícia juramento de fidelidade, e inteira adesão ao Império do Brasil. Plancher é do pequeno número destes homens, que trazem no semblante carta de recomendação e como é uma das testemunhas, que sobreviveram às calamidades da França poderá ser muito útil nas nossas circunstâncias para abrir os olhos daqueles, que desejariam reproduzir entre nós as mesmas cenas. Dizem-me que ele vai começar os trabalhos da sua tipografia por um enérgico Discurso aos Brasileiros, em que lhes fará ver quanto devem ao bom gênio que os tem desviado dos princípios, em que a França se abismou, por não ter quem se opusesse às suas multiplicadas facções. A linguagem de um estrangeiro que viu as grandes cenas de Frutidor e Brumário não deixará de ser muito proveitosa [...] Constatamos que S.M.I. recebe com agrado Mr. Plancher, e julgamos que este nunca será ingrato às repetidas demonstrações de bondade que tem recebido. Digne-se, Sr. redator, inserir no seu Diário esta minha carta, para que os estrangeiros conheçam que nós sabemos respeitar os homens dignos e já amadurecidos pela experiência dos tempos passados (DG, 09/04/1824, Nº 80 *apud* PACHECO, 1917, p.40).

Plancher defendia o liberalismo constitucional, disseminava os horrores da Revolução Francesa e das rebeliões de escravos, havia editado vários autores do iluminismo e admirava o estilo governamental de Bonaparte, qualidades essas vistas com bons olhos por D. Pedro I e por isso posicionou-se favoravelmente ao seu estabelecimento no território nacional.

Uma vez autorizado a permanecer no Brasil, sua atuação pública em solo brasileiro compôs-se de três atividades: edição e venda de livros e edição de periódicos, sendo esta última atividade a que lhe rendeu maior prestígio e retorno financeiro. Sua livraria, aberta com o apoio do governo era, segundo Morel (2002), uma das estrelas destacadas na constelação do comércio que se instalou no centro do Rio de Janeiro.

O primeiro endereço do comércio de Plancher foi à Rua dos Ourives, nº 60 (atual Miguel Couto). Mudou várias vezes de endereço e fixou-se à Rua do Ouvidor nº 90. Imprimia folhinhas, leis, livros e papéis avulsos. Vendia e alugava livros franceses, entre eles, obras dos primeiros constitucionalistas liberais, economistas e românticos, “[...] assim tornou mais acessível ao público brasileiro da época o conhecimento da agitação de idéias e sentimentos na Europa⁴³”

⁴³ [...] Plancher fez referências em seu primeiro anúncio [à] D’Alembert, Biot, Briant, Broussais, Carnet, Condillac, Constant, Diderot, Dumas, Dupuis, Miguet, Mirabeau, Montesquieu, Parisset e Poiret, [...] Bignon, Balckstone, Casimir-Périer, Fox, Foy, Guizot, Languinai, Pagès, Pitt, Say e (Adam) Smith (HALLEWELL, 1985, p. 68).

(SANDRONI, 2007, p. 27). Plancher, que chegara ao país em condições tão adversas, em pouco tempo, conquistou prestígio nos meios culturais cariocas.

A exemplo de sua atuação na França, o comércio de Plancher no Rio de Janeiro mostrava ter relação com as atividades das elites letradas da capital do país, que eram ao mesmo tempo as elites políticas e culturais preocupadas em edificar os fundamentos da nação brasileira. Era um comércio político da cultura (MOREL, 2002, p. 10).

Em pouco tempo o endereço de Plancher tornou-se local onde trabalhavam e se encontravam pessoas ligadas à cultura e à política da época, interessados nas publicações e livros importados ali vendidos – ou alugados, no seu gabinete de leitura – e pela modernidade da oficina. Por seu prelo, passaram textos de José Bonifácio de Andrada e Silva, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, cônego Januário da Cunha Barbosa, Evaristo da Veiga, (antes de fundar *Aurora Fluminense*, em 21 dezembro de 1827) padre Diogo Feijó, Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, Francisco Ge Acaiaba Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, Antônio Carlos de Andrade e Antônio Pereira Rebouças, entre outros (SANDRONI, 2007, 25).

Sua intervenção, ao mesmo tempo comercial e editorial, afetou os costumes e as práticas cotidianas de acordo com a tradição de alguns comerciantes já instalados na Corte. A atividade de Plancher se revelou inovadora, porque, publicava dados, estatísticas, documentos cartográficos e leis, publicações essas que não circulavam no Brasil e que começavam a se tornar necessárias para a organização da cultura e como produção de material para facilitar o trabalho tanto do governo como dos demais profissionais, como administradores, comerciantes, entre outros. Eram consideradas realizações culturais executadas pela via impressa e tiveram grande importância estratégica no processo de construção do Estado nacional.

Outras publicações, tais como, **Mestre de dança Brasileiro ou Explicações das contradanças Francesas para uso dos jovens brasileiros**, de Zephiro, **Passatempo honesto e familiar e Figurino da Guarda Nacional**, eram publicações que colaboravam com a disseminação de práticas culturais. O comércio cultural, contudo, não se reduzia aos impressos. Objetos de uso cotidiano, como sombrinhas e bordados franceses também circulavam no

estabelecimento de Plancher. Fazia parte de um esforço para divulgar, no Brasil, a cultura europeia e estabelecer um modelo civilizatório, porque,

“[...] el gobierno del país recién independiente, com um Estado nacional em construção, carecia de orientação para empresas culturais, [...] para definir una política cultural. Si bien el control de la Inquisición y de la Corona habían desaparecido el público letrado se expandia, no había aún uma práctica de organización de la cultura compatible com la nueva situación. El perfil de Plancher caía como um guante el la capital luso-brasileira: defensa del liberalismo constitucional, rechazo de los “horrores” de la Revolución francesa y de las rebeliones de esclavos, valoración de autores del Iluminismo y uma tendência imperial de estilo napoleônico. Y sobre todo porque encarnaba la apología del modelo de civilización europea por la reproducción de las costumbres y la propagación de Las Luces através de educación y de la difusión de los impresos (MOREL, 2002, p. 14).

Na livraria de Plancher, os livros de história e de política eram os mais procurados. Dentre os de história, os que tratavam de memórias e de política, aqueles que traziam conteúdos sobre teoria política, constituições, manifestos, entre outros. Em relação aos livros de memória, se encontravam em grande quantidade os que traziam recordações dos tempos da revolução, memórias registradas por nobres exilados ou diários de marquesas, após serem produzidos para se transformarem em livros. No entanto, Plancher não deu destaque para as obras literárias, seguindo a tendência daquele momento. Ainda que a época fosse de afirmação de classes dirigentes e formação de mentalidades voltadas para a Ilustração, não se pode dizer que existisse um movimento literário à altura desses objetivos⁴⁴. A publicação da primeira novela brasileira, *Statira e Zoroastes*, de Lucas José Alvarenga em 1826, de estilo francês contemporâneo da ficção didática, que buscava divulgar as idéias sociais e políticas do liberalismo traduziu o único mérito da ficção, nas edições de Plancher (HALLEWELL, 1985).

Marco Morel, em sua tese **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociedades na cidade imperial (1820-1840)**,

⁴⁴ “Por vezes, os mesmos poetas retrógrados são naturalistas, publicistas, homens de Estado empenhados na aventura de construir a pátria e rasgar-lhe horizontes mentais – como se o ranço arcádico, o conformismo religioso, a estagnação formal servissem de contrapeso aos arrojos de um espírito algo assustado com o barulho novo das próprias asas, na timorata monarquia de D. Maria I. Não por certo compensação consciente; mas uma espécie de tributo pago pelo progresso à ordem tradicional” (CANDIDO, 1975, p. 195).”

produzida na França em 1995, chama atenção também para o tipo de conteúdo existente nos livros comercializados pelo francês, que disseminava a aversão pela revolução: as memórias de revolucionários arrependidos e que eram perseguidos por terem abandonado as causas revolucionárias. Nesse sentido, compreende-se porque, Rousseau não estava incluído nos catálogos de Plancher. Se é verdade que a revolução é “Filha das Luzes” também é verdade que, hoje em dia, não podemos estabelecer vínculos simplistas entre iluministas e revoluções (MOREL, 2002).

Quanto aos autores realmente revolucionários, estes existiam em pequeno número no catálogo, e geralmente, compunham os chamados moderados. Um dos liberais franceses, cujas obras compunham o catálogo de Plancher, era Guizot (1787-1874), um dos expoentes na representação do liberalismo defensor de um estado forte, centralizador e regulador da ordem social.

Benjamin Constant, com os seus *Cours de Politique Constitutionnelle*, *Mémoires sur les Cent Jours em forme de lettres*⁴⁵, 1820, e *De la Religion considérée dans sa source, ses formes et ses développements*⁴⁶, 1824, também constavam no catálogo de Plancher, contudo esse defendia um liberalismo diferente da forma disseminada por Guizot. Para Constant, o Estado não deveria ser centralizador e a sociedade deveria se sobrepor a ele. Era a favor da liberdade de comércio, de expressão e da autonomia do Parlamento. Não foram, porém, tais idéias que predominaram no processo de construção do Estado Nacional.

Com a Constituição de 1824 e o reinício dos debates políticos, em 1826, os periódicos se transformaram no principal veículo de oposição aos atos absolutistas de D. Pedro I, sendo possível constatar, pela análise histórica, “[...] que o império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre” (CARVALHO, 2003, p.46). Assim, Plancher decidiu lançar um periódico.

⁴⁵ Curso de política Constitucional, Memórias dos Cem Dias em forma de cartas.

⁴⁶ Da religião considerada na fonte, suas formas e seus desenvolvimentos.

3.3 Plancher no Brasil e o jornal *Spectador Brasileiro*

Plancher fundou, em 28 de junho de 1824 seu primeiro periódico no Rio de Janeiro, *O Spectador Brasileiro*: diário político, literário e comercial, a exemplo do periódico britânico *The Spectator*⁴⁷. Assumiu a função de redator principal sob o pseudônimo de “Hum francês brasileiro” e manifestou a gratidão pelo apoio recebido do Imperador quando chegou ao país no primeiro número do jornal com as seguintes palavras:

[...] a minha gratidão para os benefícios de S. M. o Imperador e de muitos de seus Ministros não tem limites: vítima de uma intriga, para que não tenho dado motivo algum, achei-me desterrado do Brasil mesmo antes de minha chegada; porém S. M. mandando informar o meu negócio, justiça me foi feita. Sem esta decisão eu me acharia arruinado para sempre, trazendo comigo a maior parte do que possuía e alguns obreiros franceses (*SPECTADOR BRASILEIRO*, 28/06/1824, *apud* PACHECO, 1917, p. 39).

Essa gratidão se transformou em defesa do Imperador e em uma aliança pela soberania da nação. *O Spectador Brasileiro* passou a prestar serviços úteis e foi um órgão Ministerial. Em 1824, ele anunciou em seu jornal:

Brasileiros, estreitemos os vínculos de nossa união, engrossemos esta muralha salvadora dos Estados; todas as providências

⁴⁷ Editado pelos ingleses Joseph Addison e Richard Steele *The Spectator* (1711- 1712) fazia parte de um novo tipo de jornalismo ‘o jornalismo educador’ “[...] uma produção híbrida e alheia a especializações [...]” característica de um momento onde o público se descobriu como agente da produção histórica. “[...] Colocando-se muito próximo do leitor, requisitando muitas vezes sua participação, e não discriminando entre setores culturais dignos e indignos de discussão, o jornalista-educador aparece aqui como porta-voz e intérprete de um público que, em princípio, é seu colaborador. Conhecido como ‘semanário moral’ na Alemanha, como ‘ensaio periódico’ na Grã-Bretanha, ou simplesmente ‘spectateurs’ na França, onde constitui uma verdadeira ‘torrente’ em 1740 esse experimento jornalístico do Iluminismo teve sua origem em Londres em 1711 com a invenção [...] do *Spectator*, folha diária devotada [...] a trazer a filosofia para a praça pública.[...] Como um autêntico e, ao que tudo indica, pioneiro instrumento do projeto iluminista de mudar o modo de pensar dos homens, o *Spectator* explicitamente assumiu as funções de mobilizador diário de opinião e de propagador de idéias, iniciativa pela qual foi constantemente ovacionado. Uma das qualidades mais comumente atribuídas a esse texto periódico era o seu poder de corrigir modos de pensar e de agir viciosos, faltosos ou inapropriados e de redirigi-los para os caminhos da razão e da civilidade. Como que condizente com o característico didatismo da época e com o voraz apetite do público por aconselhamento, muito cedo sua autoridade foi reconhecida e sua longa fama e influência previstas” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 17).

tomadas pelo Governo são em vossa defesa; expirem por uma vez as convulsões produzidas pelos partidos: a causa é uma só geral para todos, e dela dependem nossos futuros destinos, nossa grandeza, nossa força e nossa estabilidade como Nação reconhecida e digna da Aliança de todas as Nações (PLANCHER, P. Clamor nacional dirigido aos ilustres e nobres brasileiros. *O Spectador Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1824, *apud* PACHECO, 1917, p. 46).

Entretanto, apesar do vínculo com o governo, o periódico funcionava em âmbito privado, indicando que a esfera pública estava em construção. Para Pacheco (1917), Plancher era um bonapartista e, isso equivalia a dizer que ele era um liberal, contudo, “[...] havia, naquele momento, a difusão de vários ‘liberalismos’ por mais que suas origens intelectuais e geográficas circunscrevessem os limites da Europa Setentrional e, mais particularmente, da França (DEAECTO, 2006, p. 161). A idéia de liberalismo esteve sempre vinculada à idéia de libertar o indivíduo do jugo do Antigo Regime, porém uma liberdade restrita àquele que possuía propriedades ou condições de as possuir, “[...] mas o número de indivíduos com meios de compra à sua disposição, sempre foi uma minoria da humanidade” (LASKI, s/a, p. 13). Nesse sentido, a liberdade que era propalada pela doutrina liberal não atingia todos os indivíduos.

Nesse sentido, verifica-se um paradoxo entre a direção ideológica do editor-livreiro na França e a estabelecida no Brasil, mas tal contradição não passa de aparência. Exilado de seu país, Plancher buscou apoio nas instituições políticas brasileiras e, visto que o encontrou, não poupou esforços para mantê-lo. Afinal, a manutenção do poder de seus aliados lhe rendia, além do apoio, a isenção de impostos, o que garantia o funcionamento com êxito de sua atividade comercial. Alguns opositores brasileiros daquele tempo reconheciam essa orientação de Plancher, como se verifica na publicação do jornal *Astréa*:

Não é nosso desígnio atacar o Sr. Plancher, Proprietário do *Spectador*; pois que nem uma razão temos para o fazer, principalmente tendo-as para crer que a falta de conhecimento que o dito Sr. tem da nossa língua, seja a causa de ele louvar na escolha, que outrem faça estrangeiras na língua portuguesa, e que desgostam aos Brasileiros em geral, porque encerram doutrinas inteiramente opostas às exaradas na Constituição do Brasil, ídolo dos Brasileiros. Esta nossa opinião é além disto corroborada pela publicação, que o Sr. Plancher faz na sua folha

dos melhores e mais liberais artigos dos Jornais Franceses mais acreditados, no que decide sem coadjuvação (ASTRÉA, *apud* PACHECO, 1917, p. 111).

Mas nem todos compartilhavam da mesma opinião. Ezequiel Correia dos Santos, do *Nova Luz Brasileira*, atacava Plancher chamando-o de *corcunda*, o que significava, no vocabulário político, ser partidário do despotismo. Numa publicação de 8 de janeiro de 1830, Santos pedia socorro a Marcos Mandinga para endireitar Plancher. Mandinga era um personagem criado por Cipriano Barata⁴⁸ que, na função de médico, tinha o poder de “endireitar” quem fosse corcunda (MOREL, 2002).

Mas não era de bom senso criticar Plancher, afirma Morel. O português João Maria da Costa, que demonstrava simpatia pelas repúblicas da América espanhola por meio de seu periódico *Atalaya da Liberdade*, recebeu críticas de Plancher e ameaçou processá-lo por injúria. Onze dias depois, Costa anunciava que deixaria o país em virtude de pressões (MOREL, 2002).

Plancher vivia no Brasil uma situação diferente daquela que vivera em Paris, pois, possuía o apoio do governo monárquico e tinha como opositores aqueles que defendiam idéias liberais. Esse apoio, contudo, não foi suficiente para livrar Plancher e o seu jornal *O Spectador Brasileiro*, da confusão em que se envolveu após uma publicação no Suplemento do seu número 55 do dia 18 de maio de 1827. O jornal publicou uma carta tida como insultuosa aos membros da Assembléia Geral do Império, na qual o autor [D.A.J.] defendia o ministro da Guerra, o brigadeiro João Vieira Carvalho⁴⁹, Conde de Lajes, com as seguintes palavras:

⁴⁸ Cipriano Barata pertenceu “[...] à primeira geração de jornalistas do Brasil”. Fundou seu periódico *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Alerta!* em 9 de abril de 1823 e, o utilizou para criticar os atos do governo e defender a liberdade de imprensa e de expressão até setembro de 1835, três anos antes de falecer (MOREL, 1986, p. 44).

⁴⁹ O deputado José Bernardino Batista Pereira, do Espírito Santo, sugerira que o ministro deveria ser demitido do cargo por ter contra si a opinião pública, devido à má gestão quanto à guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, na Cisplatina. A Câmara, porém, de acordo com o parecer de uma Comissão, opinou contra a referida proposta, por ser o assunto da alçada do Imperador, aos deputados apenas competindo denunciar os ministros que o merecessem, como estabelecia a Constituição (SANDRONI, 2007, p.27).

"FORTE MOTIM" - "Nunca vi ocasião mais imprópria para se tratar da demissão do Ministro da Guerra na Câmara dos Deputados do que na presente época, em que o Governo começa a entabular negociações de paz e amizade com o nosso inimigo, o Governo de Buenos Aires. Nesta mesma ocasião é que se lembram alguns Senhores Deputados de fazerem um tal motim, para que a paz seja feita com desvantagem para o Império? Esta era a ocasião mais imprópria, e que só os inimigos da ordem de tal poderiam lembrar. Que culpa tem o Ministro da Guerra, que tem dado todas as ordens, que a maior parte dos que bradaram não deram nenhuma; e o público imparcial o julgue. Convém atacar os bons servidores? E quem os ataca? Aqueles que saindo da... viraram a casaca, querem virar tudo" (D.A.J., in: *SPECTADOR BRASILEIRO*, 27/06/1827, *apud* VIANNA, 1967, p. 111).

O teor da carta gerou uma crise política envolvendo a Assembléia, o Ministro da Guerra e o próprio Imperador. Mesmo sem poder atribuir a Plancher a responsabilidade total sobre o conteúdo da carta, não havia como isentá-lo de cumplicidade no processo de divulgação da mesma. Em virtude da repercussão negativa que a mensagem causou, Plancher decidiu, então, encerrar a publicação do *O Spectador* em 21 de maio de 1827, três anos e quatro meses após sua criação. Todavia, no dia 30 do mesmo mês e ano surgiu um novo jornal a *Gazeta do Brasil* que “[...] tinha em vista substituir àquele [...] na ativa defesa do governo contra a oposição” (VIANNA, 1967, p. 114). Nesse periódico, subvencionado pela Coroa, com o pseudônimo de Manuel Joaquim Pinto Ferreira, o imperador D. Pedro I, publicou uma carta-artigo a pretexto de defender os deputados, na qual lançava farpas contra a Assembléia. Em outras cartas, apresentando-se sob o pseudônimo de “O Inimigo da Canalha”, o Imperador escreveu:

Sr. Redator: Ferveu-me o sangue nas veias quando vi o Suplemento d’*O Spectador* número 55, pelo modo por que o senhor D.A.J. ataca a Câmara dos Digníssimos Senhores Deputados e, segundo me pareceu, estes ataques são fortíssimos [...] (GB, 12/06/1827 *apud* VIANNA, 1967, p. 112).

Debates como estes expressavam as tensões existentes na formação da esfera pública no Rio de Janeiro ainda sob os efeitos do desfecho brutal da Confederação do Equador de 1824. Plancher estava no centro das atividades culturais e políticas da corte brasileira e, dessa forma, tais debates permeavam o conteúdo dos impressos que editava ou publicava. Sua condição de comerciante

de bens culturais, apoiado pelo Imperador, o fazia interessado na manutenção do poder de seus aliados e o obrigava a tomar partido.

Ficar afastado da imprensa periódica significava, para Plancher, se transformar em espectador daquele processo efervescente de construção da nação. Estimulado pela intensificação do volume de publicações naquele período, decidiu criar um novo periódico, mesmo que não fosse com fins políticos. Com essa decisão Plancher dava início ao *Jornal do Commercio*. Pacheco (1917, p. 13), ao se reportar a esse momento de transição de um periódico a outro aponta que “[...] O *Spectador Brasileiro* teve sua vida própria, nasceu, floriu e acabou”. Mas aquela oficina, na Rua do Ouvidor 95, teve vida longa e após imprimir o *Spectador Brasileiro* imprimiu, nos seus últimos tempos, o *Jornal do Commercio*.

4 PIERRE PLANCHER E O JORNAL *DO COMMERCIO*: A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA

4.1 Caracterização do jornal

O primeiro número do *Jornal do Commercio* (JC)⁵⁰, cópia do jornal francês *Journal du Commerce*⁵¹, circulou em 1º de outubro de 1827. Plancher criou o periódico com o objetivo de publicar para a área mercantil e explorar a publicidade que era, então, quase uma exclusividade do *Diário do Rio de Janeiro*. A proposta de tratar somente das questões do comércio, era uma tentativa do editor francês para evitar novos embates políticos e a promessa foi estampada na primeira página da edição de estréia:

De hoje por diante continuar-se-á a publicação deste *JORNAL DO COMMERCIO*. Esta folha **exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes** conterà diariamente tudo o que diz respeito ao Comércio, tanto em anúncios, como em Preços Correntes exatos de Importação e Exportação, entrada e saída de Embarcações, etc. [...] (JC, 01/10/1827, grifo nosso).

Essa linha editorial – somada ao liberalismo conservador⁵² adotado pelo proprietário – foram os principais pilares que fizeram o *Jornal do Commercio* superar o caráter efêmero dos jornais do período. Teoricamente, o periódico se colocava afastado das questões políticas, mas com o tempo ficou evidente que aquele homem das letras, editor de obras revolucionárias em Paris, não ficaria satisfeito veiculando apenas notícias mercantis.

O termo “comércio”, naquela época, não era restrito à área mercantil, dizia respeito a todas as atividades econômicas. Desse modo, as publicações para o comércio atingiam todos os setores da economia. É importante lembrar que a

⁵⁰ As letras “JC” serão utilizadas para fazer referência ao *Jornal do Commercio*.

⁵¹ A afirmação de que o título era cópia do jornal francês consta em SANDRONI, 2007, p. 40.

⁵² Carvalho (1996) afirma que Plancher era um liberal conservador porque ele não aderiu ao grupo de jornais que faziam oposição ao Imperador. O *Jornal do Commercio* apesar de disseminar a necessidade de levar as “Luzes” ao povo, por meio da instrução, defendia a conciliação da liberdade com a ordem e rechaçava a vertente revolucionária.

economia de uma nação está intimamente ligada às condições sócio-políticas e, para um editor como Plancher, não seria fácil manter a neutralidade que prometera, haja vista que a situação econômica é o resultado da situação social e dos rumos políticos. Ainda assim, a despeito da vontade de compartilhar da construção do país que o acolheu, o fundador do *Jornal do Commercio* procurou, a princípio, conciliar suas idéias políticas com as do governo e a dos partidos políticos, pois precisava apagar a lembrança dos fatos que levaram à extinção d'O *Spectador*. Para isso tomou alguns cuidados como associar-se a pessoas que tinham livre trânsito junto ao governo⁵³, trocar o endereço do jornal, substituir o redator e o nome da empresa que passou para “Tipografia d'Émile-Seignot Plancher”, nome de seu filho⁵⁴ de 16 anos de idade, que chegara de Paris dois anos antes.

Com essas medidas, Plancher desejava romper qualquer ligação entre o antigo periódico e o recém-criado. Entretanto no primeiro editorial utilizou o verbo no futuro, “[...] continuar-se-á a publicação deste *Jornal do Commercio*”, afirmação que “[...] poderia dar a impressão de que sua publicação já existia, e daí surgiram as interpretações de que o *Jornal [do Commercio]* continuava *O Spectador*”⁵⁵ (SANDRONI, 2007, p. 43).

Com quatro páginas de vinte e um centímetros de largura por trinta de altura, publicava em média 20 seções, distribuídas sempre em duas colunas por página, sendo elas: *Notícias Marítimas, Preços Correntes dos Gêneros de Importação em Grosso, Importações, Exportações, Leilões, Aluguéis, Vendas, Perdas, Achados, Roubos, Notícias Particulares, Avisos, Câmbios, Fretes, Loteria, Declarações, Telégrafo, Artigos oficiais, Amas de leite e Escravos Fugidos.*

⁵³ Plancher convidou os corretores ingleses Thomas B. Hunt e J. C. Ramm, que já publicavam *Preços Correntes* em folhas avulsas, para formarem uma sociedade, porém somente Hunt aceitou o convite (SANDRONI, 2007, p. 41).

⁵⁴ O nome completo de seu filho era Paul Émile Charles Hyppollite Seignot (*idem*).

⁵⁵ Félix Pacheco ao escrever a biografia de Pierre Plancher, no início do século XX, afirma que “[...] a intenção de Plancher foi informar que a publicação continuaria pelo tempo: servindo-se dessa firme, embora incorreta maneira de dizer, é evidente que quis ele, mui voluntariamente, contrair com Futuro um verdadeiro compromisso e manifestar, por essa forma, a íntima convicção de ser útil, necessária e, portanto, duradoura a tarefa que planejara, e a que, então, punha ombros, delineando claramente o seu pensamento [...]” (PACHECO, 1917, p. 14).

Na primeira página o título do jornal aparecia em letras maiores. Logo em seguida estava impressa a data, composta por dia, mês e ano de publicação e, mais abaixo, o preço da assinatura do *Jornal do Commercio*. Havia uma referência ao aniversário da independência, informação que foi suprimida a partir de janeiro de 1828, quando o periódico inseriu a seção *Declarações* e “[...] adotou política comercial agressiva, ao conceder bonificações aos anunciantes, que fez dele, além de um pioneiro da imprensa, também um dos primeiros publicitários do Brasil, com métodos mercadológicos (o sistema de descontos) [...]” (SANDRONI, 2007, p. 45).

As seções eram separadas apenas por um pequeno traço ou um título, geralmente com localização fixa dentro do jornal. *Notícias Marítimas* aparecia, na maioria das vezes, na primeira página e informava o leitor detalhes sobre partidas de brigues, bergantins, sumacas,⁵⁶ escunas e galeras para diversos portos brasileiros e estrangeiros. Também na primeira página, encontrava-se a seção *Importações* onde era possível obter informações sobre as embarcações chegadas ao Rio de Janeiro, com detalhes tais como nomes dos barcos, dos comandantes, a descrição das cargas e o nome do importador⁵⁷.

Na última página o leitor encontrava a seção *Preços Correntes dos Gêneros de Importação em Grosso*, assinada por Thomas B. Hunt. As demais seções estavam distribuídas por todo o corpo do periódico e apresentavam diferentes conteúdos, detalhados a seguir.

A seção *Artigos Oficiais* era sempre publicada na segunda página e trazia notícias referentes às seções oficiais das câmaras dos deputados e dos senadores.

Havia a seção denominada *Telégrafo* onde se divulgava as entradas e as saídas de embarcações. A seção *Exportações* noticiava sobre a quantidade de produtos que saíam do país.

⁵⁶ As sumacas eram navios à vela muito usados no litoral brasileiro.

⁵⁷ No ano de 1827, em que foi fundado o *Jornal do Commercio*, “[...] o Brasil importava aguardente e vinho em barricas, fazendas, cerveja, ácido sulfúrico, livros e mapas para a Biblioteca Imperial, licor, vinagre, azeite, conservas, amêndoas, massas, sabão, velas de cera, papel, enxofre, *pianoforte*, ferragens, barricas com legumes, chapéus, barris de manteiga, caixas com sementes, tabaco, barricas com carne, chá, presuntos, rapé, miçangas, sacos de milho, barris de bolachinha, farinha de trigo, carne-seca e outor produtos” (SANDRONI, 2007, p. 45).

Uma outra seção intitulada *Loteria* informava os resultados dos jogos e os respectivos prêmios. Já na seção *Leilões* o leitor era informado sobre produtos, locais e datas para o comércio realizado por esse meio.

Nas seções *Aluguéis* e *Vendas* era possível encontrar vários tipos de mercadorias, inclusive um farto sortimento de escravos.

A seção *Roubos* publicava queixas desaparecimento de objetos. As seções *Notícias particulares*, *Perdas* e *Achados* eram destinadas ao público que necessitava do jornal para realizar pedidos, informar sobre objetos encontrados ou mesmo extraviados.

As seções *Câmbios* e *Fretes* atualizavam os comerciantes acerca de valores para a realização das transações financeiras.

Na seção *Avisos* desfilava uma variedade de temas, entre eles solicitações de vagas para trabalho e recompensas para quem trouxesse notícias sobre escravos fugidos, assunto que compunha também a seção *Escravos fugidos*.

Como o próprio nome diz, a seção *Amas de leite* divulgava os locais onde se poderia encontrar esse serviço. A seção *Declarações* anunciava aos comerciantes a aquisição de gêneros para as Secretarias do Estado, para Marinha e o Exército e os convidava para participar do processo de licitação.

Além de Plancher e do inglês Hunt, escrevia para o jornal o médico francês João Francisco Sigaud que fundou o primeiro jornal médico brasileiro, *O Propagador das Ciências Médicas*. Da lista de colaboradores do *Jornal do Commercio* consta os nomes de José Maurício Faivre e Louis Jean Baptiste Desiré Sénéchal, franceses apresentados a Plancher por Sigaud, Emil Seignot, Júlio César Muzzi, Francisco de Paula Brito, Luís Sebastião Fabregas Surigué e Evaristo Ferreira da Veiga, importante personalidade da imprensa foi colaborador do *Jornal do Commercio* antes de fundar o *Aurora Fluminense*,⁵⁸. Mas, segundo Pacheco (1917), Plancher sempre foi “o árbitro de tudo”. No *Spectador Brasileiro* preferia identificar-se como “Hum Francez Brasileiro”, mas por muitas vezes nos dois periódicos usou seu próprio nome.

⁵⁸ Evaristo Ferreira da Veiga era freqüentador assíduo da tipografia de Plancher nos primeiros tempos do jornal, entretanto mais tarde, ao perceber que suas posições políticas não caminhavam na mesma direção do *Jornal do Commercio* fundou o *Aurora Fluminense*, por meio do qual travou alguns embates com o antigo colega (SANDRONI, 2007, p. 34).

Plancher foi considerado um pioneiro no periodismo comercial no final do Primeiro Reinado. O *Jornal do Commercio* divulgava informações sobre fatos do comércio, movimentação dos navios, das casas comissárias, estatísticas, legislações entre outros. Além disso, o cuidado e o estilo próprio apresentados nas edições estimularam outros impressores a seguir os passos da Tipografia Plancher. Ele inovou ao introduzir a litografia nos impressos publicados no Brasil. Nos primeiros anos de atividade, teve como ilustrador e litógrafo o também bonapartista emigrado Hércules-Romuald Florence⁵⁹, que permaneceu por pouco tempo em sua firma, pois em 1825 passou a fazer parte da missão Langsdorf. De acordo com Luiz Santa Cruz, “[...] o livro e o impresso brasileiro em geral, até mais da metade do século XIX, viveram sob o signo de Plancher, e do grafismo estético da arte de impressão francesa (CRUZ *apud* HALLEWELL, 1985, p. 73).

4.2 Jornal do Commercio: de folha comercial à política

No primeiro trimestre de atividades o *Jornal do Commercio* tentou cumprir a orientação anunciada em seu editorial, divulgando notícias destinadas à área mercantil. Entretanto, Plancher não conseguiu se abster das publicações que demonstravam seu desejo de participar da vida política e da história da recente nação. No dia 12 de outubro de 1827 - onze dias após a criação do novo jornal que pretendia se manter afastado das questões políticas – publicou uma nota onde clamava o povo para a necessidade de reconhecer no Imperador suas qualidades de grande monarca defensor da nação brasileira conforme pode ser constatado no trecho que segue:

⁵⁹ Com o acúmulo de trabalho, Plancher contratou outros dois gráficos, personagens da história cultural do Brasil: o desenhista, impressor e inventor francês Hércules-Romuald Florence, mais tarde integrante da expedição de Langsdorf ao interior do país como segundo desenhista, ao lado de Rugendas, e Francisco de Paula Brito. Paula Brito começou na oficina de Plancher, em 1829, e aprendeu com ele não só os segredos da arte gráfica, mas iniciou-se nas leituras dos escritores brasileiros e dos clássicos. Em 1831 ele deixou a casa de Plancher e montou a sua própria tipografia que, em pouco tempo, tornou-se ponto de encontro de escritores e políticos entre os quais Machado de Assis. Florence fundou e dirigiu o jornal *A Marmota* [em 1849], que circulou até 1861, quando de sua morte (SANDRONI, 2007, 27).

A Nação Brasileira [...] não pode sem o mais vivo, sem o mais verdadeiro entusiasmo deixar de publicar sua gratidão, cobrindo de flores o Berço do Jovem Augusto, que na crise da regeneração das Monarquias e das Nações veio elevá-la a uma categoria já de muito tempo proporcionada com o estado físico de suas forças e de seus recursos. [...]; no momento [...] em que a Nação Brasileira não tiver mais do que um só modo de pensar, ver-se-ão os frutos da regeneração, que mudou e transformou a existência política do Brasil. Decidamo-nos a ser o que devemos ser por uma sincera e mútua cooperação com o Augusto Criador do Império; e saudemos com transportes de prazer o dia em que apareceu no Trono de Portugal Aquele que devia erguer um Trono no Brazil; reunam-se os nossos corações e formem o monumento de nossa gratidão; [...] (JC, 12/10/1827).

Plancher dominava a arte da escrita e percebe-se que usava muito bem as palavras quando tinha a intenção de direcionar o pensamento e de instruir a população. Ao mesmo tempo em que dizia não querer se envolver em questões políticas utilizava imperativos como “[...] A Nação Brasileira [...] não pode deixar de agradecer aos benefícios trazidos pelo primeiro imperador”. Convocava a população para que cooperasse com o tão digníssimo governante e emitisse saudações “[...] com transportes de prazer [...]” e bendisse “[...] o dia em que apareceu no Trono de Portugal Aquele que devia erguer um Trono no Brasil” [...].

Além de conhecer, e usar, o poder das palavras para difundir idéias, Plancher possuía habilidade comercial o que o fez sobressair-se perante os demais livreiros e tipógrafos. Seu periódico sempre apresentava formas inéditas de utilização da imprensa e isso surpreendia os concorrentes. O editor francês criou almanaques, loterias do amor e abriu espaço para os debates entre jornalistas. Abriu espaço para a divulgação de anúncios gratuitos para os provenientes da parcela da população que não tinha condições financeiras de arcar com as despesas de publicação, fato confirmado na nota que se segue:

Os Redatores do *Jornal do Commercio* atendendo às muitas quegas que lhe foram dirigidas por pessoas que se acham na impossibilidade de concorrer com a subscrição mensal desta folha, nem com o pagamento de 80 réis por cada linha de impressão para a inserção de anúncios muitas vezes a bem do público em geral; e desejando dar uma prova do seu desinteresse, tem a honra de participar ao público, que de hora em diante tornarão a inserir grátis todos os anúncios que lhe serão remetidos antes do meio dia na véspera da sua inserção, conservando contudo sempre os senhores assinantes a preferência (JC, 23/01/1828, p. 1).

Essas novidades introduzidas por ele no mercado de bens culturais tinham o objetivo de se autopromover socialmente e fazer frente a outros livreiros e tipógrafos nacionais e estrangeiros. Faziam parte, possivelmente, de estratégias para aumentar a credibilidade com o governo mostrando sua sagacidade em envolver e conquistar o público. Essas estratégias facilitaram a disseminação de idéias e a inculcação de ideologias fortalecendo assim seu prestígio perante seus pares e a sociedade. Como não adotou a vertente do liberalismo radical⁶⁰, necessitava fazer uso dessas estratégias para manter-se, em segurança, em território estrangeiro, haja vista que se encontrava exilado.

Outra forma de influenciar na formação da população ocorria por meio de esclarecimentos e informações. O *Jornal do Commercio* abriu espaço às pessoas que necessitavam de orientações:

“[...] Sr. Redator, [...] acho-me inteiramente ignorante das Leis do país, e não sabendo a quem me dirigir acerca de algumas dúvidas que me ocorrem, lembrei-me recorrer à sua estimável folha, rogando-lhe de querer instruir-me sobre alguns pontos (*JC*, 15/10/1827, p. 3).

O jornal publicava as cartas que recebia contendo reclamações e sugestões para o aprimoramento do periódico, como a que segue:

Sr. Redator do *Jornal do Commercio* - Como negociante, e apaixonado do seu Jornal (único do Comércio que aqui temos) não posso deixar de o advertir das faltas que julgo devem ser por Vm. reparadas, sendo a primeira, de não dar no fim de todos os meses uma relação exata de todas as embarcações nacionais

⁶⁰ O liberalismo radical era uma vertente defendida por uma parcela da população composta por alguns “[...] artesãos, comerciantes, farmacêuticos, soldados, ourives, representantes da pequena burguesia e das camadas populares urbanas, indignadas com o crescente monopólio do comércio pelos ingleses, hostis aos tratados de comércio que haviam beneficiado os comerciantes e industriais estrangeiros, em detrimento do artesanato e do pequeno comércio nacionais, chegando até a sugerir a sua anulação numa linguagem violentamente nacionalista”. O jornal *Nova Luz Brasileira* (1829- 1831) foi um periódico que participava da disseminação das idéias do liberalismo radical e chegou a recomendar “[...] ao governo que fizesse um cadastro de terras e um inventário de bens para acabar com o ‘disfarçado feudalismo brasileiro’ [...]”. Os liberais radicais condenavam a escravidão e a discriminação racial, faziam apologia à revolução a fim de destruir a aristocracia que, para eles, defendiam o absolutismo e vendiam o Brasil à cultura européia. “Para os radicais deste período, a história é a história da luta entre os grandes e poderosos e o povo oprimido” [...] (COSTA, 1977, p. 122-123).

entradas neste porto, com declaração de onde vem, para onde seguem, consignatários e ruas onde moram; igual a que costuma sair nos preços correntes que aqui se publicam: a Segunda é de desencontrar os Preços correntes de importação dos de exportação quando devem vir anexos, e serem publicados todas as segundas feiras, e sendo dia Santo de Guarda nas terças feiras para assim regular os meus colegas nos seus negócios; e nos avisos que tem de fazer aos seus Correspondentes: a Terceira é de não publicar as correspondências que lhe são dirigidas, embora tendam, ou deixem de tender sobre Comércio e a Quarta, é deixar de porem quantos anúncios de Embarcações no referido Jornal vem, pintadas a margem as embarcações de Buenos Aires, substituindo-as com uma só embarcação, que deve ser uma Nau ou uma Fragata em ponto grande, embandeirada com a bandeira Nacional, que bem visível se veja e conheça, em atitude perseguidora dos Corsários da República Argentina por cima de – Notícias Marítimas – são estas, por ora as observações que tenho a fazer sobre o seu Jornal; sou Sr. Redator muito seu atento venerador. Um negociante (JC, 24/01/1828, p. 2).

O periódico não deixava sem resposta as cartas recebidas “[...] Sr. Negociante acima transcrevemos a carta que Vm. ontem nos fez a honra dirigir-nos, e temos que agradecer-lhe as suas judiciosas reflexões feitas a bem do *Jornal do Commercio*”. Os Redatores (JC, 24/01/1828, p. 2). Esse diálogo presente no JC também pode ser considerado uma das estratégias utilizadas por Plancher para que sua atuação na vida social, política e econômica do Brasil não passasse despercebida, revelando que, mesmo em um periódico comercial era possível manter uma interação com o público.

Na verdade Plancher não conseguiu cumprir a promessa que havia feito no primeiro número do jornal, de se manter afastado das questões políticas. É possível perceber isso por meio do conteúdo de seus editoriais, das sugestões de livros que anunciava e das menções “desinteressadas” às ações do imperador e de seus aliados. Exemplo disso foi a nota publicada em 9 de janeiro de 1828, três meses após a promessa de não se envolver em questões políticas, na qual vangloriava a vida e as atitudes do Imperador, a despeito de comemorar o aniversário do evento de 9 de janeiro de 1821, ocasião em que o Imperador D.

Pedro, ainda Príncipe Regente, impulsionado por várias questões decidiu não retornar a Portugal⁶¹:

A recordação aniversária deste dia, que pela decisão Imperial em conformidade dos puros votos da Nação Brasileira, abriu uma época em que os nossos fatos Políticos, são uma verdadeira dívida dos amigos da Pátria. Ninguém hoje desconhece que a resposta de S. M. o Imperador ao Ilustre Corpo da nossa municipalidade cortou as principais maquinações do sistema Europeu, e firmou as bases sobre que se deveria elevar a terra da Santa Cruz, ameaçada então de uma queda fatal, e da perda dos seus títulos de honra. Viu-se na crise desempenhando o rifão = aqueles que correm, não são muitas vezes os que chegam primeiro (JC, 09/01/1828, p. 3).

Assim como em outras notas redigidas por Plancher, e traduzidas por um funcionário para o português, percebe-se a tentativa de mostrar que o Imperador era um governante que merecia ser reverenciado por não ter abandonado a nação. E prossegue escrevendo: “[...] Nacionais em lembrança do dia 9 de janeiro: seja entre nós uma nova Olimpíada, dia de recordações, de prazeres, e de reuniões de famílias, por que todas lhe devem muitos bens [...]” (*idem*). Numa análise mais criteriosa é possível perceber a conotação política na elaboração dessa nota, pois, em primeiro lugar o periódico era de cunho comercial e em segundo entre a data dessa publicação e data do tumulto que levou ao fechamento do *Spectador*, pouco tempo se passara. Plancher revela nessas pequenas sutilezas as suas estratégias para que seu novo periódico conquistasse a credibilidade junto aos membros do governo e ao próprio Imperador.

Além do caráter político dessa nota, observa-se ainda em seu conteúdo um sentido formativo em dois trechos. Primeiro quando, praticamente convocou, os escritores a se dedicarem ao registro de tais comemorações dizendo “[...] Quando os nossos escritores nos derem umas efemérides Brasileiras, o dia 9 aparecerá em confrontação na ordem histórica e política das Nações nestes últimos tempos [...]”, O segundo quando expressou o desejo de que o evento de 9 de janeiro de 1821 não fosse um ato isolado e que o Imperador seguisse adiante com atos

⁶¹ O dia 9 de janeiro ficou conhecido como o “Dia do Fico”, pelas palavras do Príncipe Regente quando pronunciou que se fosse para agradar a nação ele não retornaria à Portugal, conforme exigiam as cortes portuguesas.

realmente notáveis, como por exemplo, conhecendo as concepções políticas de Plancher, a instauração de uma monarquia verdadeiramente constitucional.

Os grandes atos nunca são isolados; sempre andam acompanhados de outros. **Não duvidemos que este dia venha a ser ainda mais formoso, admitida a hipótese de que possa entre nós aparecer algum acontecimento de maior nota acima daquele**, que motiva a sua solenidade (JC, 09/01/1828, p. 3, grifo nosso).

É possível perceber o caráter formativo desempenhado por este periódico, no decurso do período estudado, por meio dos diversos anúncios que divulgavam o comércio de grande variedade de mercadorias, que iam de livros a escravos. A exemplo disso destacam-se alguns deles:

Saio à luz, e acha-se em casa de Emile Seignot-Plancher, rua do Ouvidor n° 95, de J. Pedro, e Evaristo da Veiga, rua da Quitanda, e dos Pescadores, e em geral de todos os livreiros *O CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL* com a ata da Sanção Imperial, em data de 16 de dezembro de 1830 (JC, 18/01/ 1831, p. 2).

A disseminação da moda, da culinária e da cultura européia estavam igualmente presentes no *Jornal do Commercio*. A língua francesa era, naquele momento, uma imposição política e econômica, pois com a queda de Napoleão, os bonapartistas se tornaram alvo de perseguições e buscaram refúgio em terras brasileiras. Cada um lutou pela sobrevivência de acordo com suas potencialidades, habilidades e conhecimentos. Assim, os anúncios de aulas de língua francesa eram facilmente encontrados nas páginas dos jornais da época: “[...] um mancebo de nação Francesa que acabou todos os seus estudos, deseja empregar-se em alguma casa para dar a família lições da língua Latina, Francesa [...]” (JC, 17/10/1827). Ao longo do período delimitado para esta pesquisa muitos outros anúncios de oferta de ensino de aula francesa foram observados, não apenas anúncios particulares como também de casas de ensino: “[...] uma casa de educação para as meninas na rua do Rosário n. 185 [...] ensina a ler, escrever, contar e a língua Francesa com a maior prontidão” (JC, 6/2/1828). Sérgio Buarque de Holanda na obra **História Geral da Civilização Brasileira** (1985, tomo 2, v. I,

p. 183) afirma que essas aulas se disseminavam, pois, era um conhecimento importante naquele momento devido à forte presença da cultura europeia e, a tipografia oficial contribuiu para a difusão das idéias imprimindo, na população, o pensamento europeu, principalmente o francês⁶². Embora Pierre Plancher estivesse exilado, não criticava sua nação e sim, o governo estabelecido na França. Possuía idéias próprias acerca da imprensa, da liberdade de expressão e de comércio e, ainda que algumas dessas idéias fossem diferentes das do governo brasileiro, procurava sempre conciliá-las, pois, para ele, “[...] había dos razones para vender y publicar impresos: **instruir al público** y ganar dinero (MOREL, 2002, p. 18, grifo nosso).

O interesse, pela instrução do público, tema sobre o qual se debruça esse estudo, fez com que o editor, com o argumento de atender a solicitações dos leitores, alterasse o título de seu periódico para *Jornal do Commercio - Folha Comercial e Política*:

Os Redatores do Jornal do Commercio [...] em consequência de reiteradas petições de muitas pessoas [...] de hoje em diante, tomarão as medidas necessárias para dedicar parte do seu jornal às notícias políticas, sem, contudo, prejudicarem em nada a parte comercial. Os Redatores, sempre solícitos em tornar a sua publicação de mais a mais útil, e considerando a grande vantagem que resulta ao público pela publicação, na madrugada do dia seguinte, das notícias de todos os acontecimentos políticos chegadas até a tarde da véspera, **não hesitarão a aproveitar mais esta ocasião para provar aos seus assinantes a gratidão pela proteção com que até agora honraram sua folha** [...] (JC, 16/07/1828, grifo nosso).

A manobra política para apagar a lembrança acerca dos incidentes causados pelo jornal *O Spectador* apresentava indícios de ter sido bem sucedida e provavelmente essa situação motivava Plancher a retomar a sua atividade política, respaldada na solicitação dos leitores.

Assim, o jornal deixaria de lado a sutileza e atuaria de forma mais expressiva no debate político, pois, ele não era exclusivamente comercial há

⁶² Expoentes da ciência francesa como Buffon, Lamarck e Curvier, da matemática como Lagrange, Legendre e d’Alembert, da filosofia como Volney, alguns reformadores como Diderot e Rousseau, poetas como Moliere, Corneille e Lamartine, ainda outros nomes como La Fontaine, Rabelais e Montesquieu, são alguns exemplos de autores que permeavam a formação intelectual da recente nação, cujos escritos desfilavam nos anúncios do jornal (RIOS FILHO, 2000, p. 450).

muito tempo. O redator ratificou a gratidão pela proteção que recebia, nesse caso sugerindo que a recebia dos assinantes, todavia, ao que parece, ele se referia à mesma gratidão já expressa ao imperador, em 28 de junho de 1824, no primeiro número d'*O Spectador Brasileiro*.

A partir de então inseriu as seções *Decretos*, *Notícias Estrangeiras*, *Correspondências e Rio de Janeiro*, esta última dava destaque às notícias locais, ora defendendo, ora criticando os atos do governo. Por meio da seção *Notícias Estrangeiras*, Plancher traçava um paralelo entre os acontecimentos externos e os internos divulgando seu posicionamento diante dos rumos políticos das outras nações. O redator francês não poupava palavras para ressaltar a importância da imprensa na disseminação das idéias avançadas que de longa data já circulavam na Europa, bem como, das ações governamentais. A imprensa deveria, portanto, ser considerada uma aliada dos governantes:

Os acontecimentos de que a Espanha tem sido teatro, sobre tudo nestes 10 últimos anos, [...] dão ao estudo do governo amplos objetos de meditação [...] hoje é um Reino pobre, desunido, percorrido em todos os sentidos por quadrilhas de ladrões, e dominada por frades, ávidos e ociosos. O soberano em lugar de assinar ordens, que se executavam desde o Báltico até o Missouri, acha-se reduzido a autorizar, para satisfazer a vingança de uma facção que degrada o país, a prisão, os suplícios e a morte dos bravos, que o socorreram nos dias de seu cativo. Foi ele quem produziu este estado de servidão, em que se acha abismado com o seu povo; tem sido a sua funesta persistência **nas estreitas idéias antigas de governo**; é o seu estado de obediência a entes perigosos, que tem sempre levado a miséria, e a guerra civil aos países em que tem sido admitidos. Em lugar de seguir cegamente os conselhos, ou antes as ordens do Padre Cyrilo, agente das sanguessugas da Hespanha, **se tivesse escutado a voz do Povo, que pedia uma reforma, e as dos corajosos escritores**, que eram seus interpretes, teria podido encontrar a felicidade pessoal e um poder respeitado [...] (JC, 08/08/1828, p. 1, grifo nosso).

A afirmação acima expressa o papel que Plancher atribuía ao jornal: não bastava a um periódico publicar informações, era preciso tomar partido, ou seja, posicionar-se frente aos eventos daquele período e emitir opinião. A imprensa era para o tipógrafo francês, assim como para outros daquela época, a arma mais poderosa para disseminar o conhecimento dos fatos e, muito além disso, a

interpretação sobre os mesmos. E esse foi, possivelmente, o motivo que impulsionou Plancher a fundar não apenas outro jornal, após *O Spectador Brasileiro*, mas, principalmente a alterar o seu título, de folha comercial para política, antes do *Jornal do Commercio* completar um ano de circulação.

O editor do *JC* aconselhava os governantes a aceitar as novas idéias e fugir daquelas “estretas idéias” do Antigo Regime. Sua concepção sobre a função da imprensa fica evidenciada e, ainda que não fosse partidário do liberalismo radical, afirma que os escritores eram homens que interpretavam a vontade do povo além de serem corajosos porque enxergavam as novas idéias e não temiam expressá-las. Plancher não hesita em dizer que os governos deveriam reconhecer essa utilidade da imprensa e dar mais atenção ao que divulgavam, sob pena de não suportar as pressões da oposição e das revoltas de seu povo. A respeito dessa questão afirma que “[...] uma revolução não se apresenta senão quando já está feita em todos os espíritos e quando as instituições já não estão em harmonia com os costumes, precisões, e interesses de um povo “[...]. Assim se os governantes ficassem atentos àqueles que conhecem as aspirações do povo e os caminhos novos que poderiam ser percorridos não seriam surpreendidos e poderiam “[...] encontrar a felicidade pessoal e um poder respeitado” [...] (*JC*, 08/08/1828).

Plancher não perdia nenhuma oportunidade para aconselhar o imperador D. Pedro I, ainda que o tema de sua nota fizesse referência à Espanha: “[...] O governo sábio deve antes prevenir os sucessos, do que deixar-se governar por eles” (*idem*). Plancher se utilizava de eventos ocorridos em outros lugares e comparava-os com a situação brasileira, fundamentando assim suas críticas. Dessa forma, tentava demonstrar que a imprensa era uma aliada dos governantes e por meio das informações que veiculava seria possível tomar decisões mais acertadas. Nesse sentido, serviu-se da má condição em que se encontrava o Sistema Judicial Mexicano e lançou ironias ao Tribunal de Justiça brasileiro.

O Supremo Tribunal de Justiça do México teve que pronunciar em 1827 sobre 565 processos criminais e julgou 495: O mesmo Tribunal ocupou-se com 431 causas civis e julgou 243. [...] Nós esperamos, que os Tribunais do Brasil empregarão finalmente a atividade necessária à segurança pública e a moral, e que não nos deixaremos exceder pelos nossos vizinhos, e os nossos

Concidadãos estão muito inclinados a julgar, que as Leis vão ser executadas [...] Nota do Redator (JC, 12/08/1828).

Constata-se que Plancher por necessitar da aprovação do imperador que o amparou quando chegou ao Brasil, lançava críticas ao seu sistema de governo com moderação. Por isso utilizava a estratégia de recorrer às nações estrangeiras e aos seus problemas sociais e políticos, para justificar a forma como conduzia seu pensamento e suas idéias acerca dos rumos que o Brasil deveria tomar.

Prestes a completar seu primeiro ano de circulação, o jornal publicou em 30 de setembro de 1828, véspera do aniversário, extenso editorial onde os “editores” – portanto não apenas Plancher - agradeciam ao público “Iluminado” a preciosa aceitação do periódico, sobretudo após a inclusão das publicações sobre política, de acordo com a nota, um tema ainda pouco contemplado.

Os editores do Jornal do Commercio mereceriam a nota de ingratos, se no dia em que sua publicação completa um ano, não oferecessem humildemente ao Iluminado público desta Corte, e em particular ao honrado Corpo do Comércio os seus mais expressivos agradecimentos pela proteção e benevolência com que têm sido tratados e, querendo tornar-se mais e mais devedores de tão preciosa aceitação, observando por outro lado o quanto a maior extensão que ultimamente deram à parte política e miscelânea promoveram o concurso dos assinantes e sua satisfação, eles se resolveram a não poupar trabalhos, nem despesas para que no início do seu segundo ano seu Jornal apresente novo grau de aperfeiçoamento, ora confiado a vários redatores de melhor fama e probidade literária os diversos ramos que esta folha já abrangia, **com a admissão do da Política Nacional, o mais interessante para nós e até o dia de hoje pouco contemplado**, acrescentando um folheto de duas ou quatro pequenas colunas para **estabelecer perfeita divisão entre os artigos sérios e de interesse predominante com os de Teatro e de Literatura**, não deixando de aplicar seus mais desvelados cuidados à parte comercial e dos anúncios, sempre a fundamental, e de mestrança da publicação, esperando tornar-se dignos por estes melhoramentos, e outros que o tempo indicará da sempre crescente boa opinião com que tem sido favorecidos (JC, 30/09/1828, p. 1, grifo nosso).

Com esse argumento o editorial comunicou que, desejando promover ainda mais a satisfação dos leitores, o jornal seria dividido em duas partes. O critério utilizado para tal divisão foi surpreendente, pois classificou os assuntos relacionados à política como prioritários e mais importantes, os do comércio como

aqueles que não podiam faltar, haja vista que o periódico partiu de uma proposta para a área econômica. Os assuntos relacionados ao Teatro e Literatura também comporiam a folha, contudo não na relação dos assuntos sérios. Para esses seriam reservadas “[...] duas ou quatro pequenas colunas para estabelecer uma divisão entre os artigos sérios e de interesse predominante com os de Teatro e Literatura (*idem*). Para realizar essa mudança o editor do jornal não pouparia trabalho nem despesas.

O editorial informou que em comemoração ao seu segundo ano de existência, o *Jornal do Commercio* pretendia elevar o grau de aperfeiçoamento do periódico, e por isso passaria a incluir notas acerca da política nacional “[...] o mais interessante para nós e até o dia de hoje pouco contemplado [...] e a colaboração de [...] vários redatores de melhor fama e probidade literária [...] não deixando de aplicar seus mais desvelados cuidados à parte comercial e dos anúncios, sempre fundamental e de mestrança da publicação” [...] (*JC*, 30/09/1828, p. 1). Foi naquele período que o jornal contratou Júlio César Muzzi, um jornalista combativo. Julio trabalhou no *JC* até agosto de 1830, quando foi despedido em virtude da repercussão negativa de um artigo, no qual, fazia críticas à política de colonização discriminatória aos portugueses. Após sua demissão foi contratado por Evaristo da Veiga, para colaborar com as colunas de honra de seu periódico, *Aurora Fluminense*. Em 1831, quando Plancher passou a fazer oposição mais direta, ao atos absolutistas do Imperador D. Pedro I, Muzzi voltou ao *Jornal do Commercio* (SANDRONI, 2007, p. 55).

4.3 O *Jornal do Commercio* e a abdicação de D. Pedro I

No final da década de 1820 as situações política e financeira do Império se agravaram. A guerra das Províncias Unidas do Rio da Prata pela Cisplatina, em 1827, (resultando na criação do Uruguai), e a derrota em Ituzaingó haviam provocado uma crise econômica, prejudicando os preços do café, algodão, couro, cacau e fumo. O Banco do Brasil também passou por graves problemas

financeiros com a falta do ouro que havia sido levado por D. João VI no retorno a Portugal. A iniciativa de D. Pedro I de emitir moedas de cobre gerou um elevado número de falsificações aumentando ainda mais o custo de vida.

A situação amorosa do imperador também causava problemas. Viúvo desde 1826, quando da morte da primeira imperatriz, D. Leopoldina, mantinha caso amoroso não aprovado com Domitila de Castro, a marquesa de Santos, com a qual teve vários filhos. Em 1829, para legalizar a situação conjugal de D. Pedro I, desembarcou no Rio de Janeiro, trazida pelo marquês de Barbacena, encarregado da tarefa de procurar uma consorte para o imperador, a princesa bávara D. Amélia de Leuchtenberg. Todavia, essa situação não diminuía os problemas financeiros e econômicos do governo. Nesse período o *Jornal do Commercio* “[...] não era ministerial, isto é, não apoiava abertamente o governo, nem era oposicionista” (SANDRONI, 2007, p. 51).

Em 1829 D. Pedro I intensificou as suas ações absolutistas. Demitiu o ministério de 20 de novembro de 1827 e nomeou o marquês de Barbacena para compor o novo gabinete. Uma frustrante experiência com os novos ministros de Barbacena, provocou o fechamento de um “gabinete secreto” dirigido por Francisco Gomes da Silva, o Chalaça – político de extrema confiança do Imperador - que partiu para a Europa juntamente com o Conselheiro João da Rocha Pinto (SANDRONI, 2007, p. 52).

[...] Asseguram-nos que os Exmos. Srs. Conselheiros Gomes e Rocha Pinto foram ultimamente nomeados, o primeiro, ministro deste Império junto à corte de Nápoles, e o segundo, encarregado de negócios [...] e partiram para a Europa no paquete inglês Swallow (*JC*, 08/04/1830, p. 1).

A publicação dessa nota, no número 178 do *JC*, foi recebida com desagrado pelos representantes da colônia portuguesa, que se viu privada daquele que consideravam um dos mais importantes chefes políticos da intimidade do Imperador. Os jornais *Brasileiro Imparcial* e *Voz Fluminense*, representantes da colônia lusa, voltaram-se contra o *Jornal do Commercio*. Para se defender, o *JC* publicou uma nota em defesa de uma “política de colonização discriminatória aos portugueses”, assinada pelo jornalista Julio César Muzzi.

Responderemos ao Redator do Imparcial, que, como ele se esquiva de convencer-nos com argumentos, preferindo as personalidades, o deixaremos na arena, onde combatentes mais hábeis lhe tirarão a máscara [...] Reconhecemos, que os Portugueses seriam os melhores colonos para o Brasil, como os Ingleses o foram para os Estados Unidos, e até, se desde o achado da terra da Santa Cruz, em vez de miseráveis escravos Africanos, o Governo de então curasse em povoar o Brasil com Portugueses (já que quis a sorte, que eles fossem os nossos descobridores) o Brasil hoje apresentaria certamente um aspecto mais lisongeiro. Ora, tratando nós de colonização, devíamos excluir a Portuguesa; por ser esta nação dada geralmente ao comércio, e por isso imprópria para tal fim, como se tem observado: nós não temos raivinha contra os Portugueses, estimamo-os como aos outros estrangeiros; ninguém negará, que eles nos poderão ser muito proveitosos emigrando com suas famílias, riquezas, e indústria, porém, como colônia, nunca, por que é querer ir contra o espírito Nacional. Desengane-se o Imparcial, de que as nossas opiniões políticas não tem ofendido a nenhum outro Português, senão a ele, e não diga, como o outro *Qui méprise Cotin, néstime point son Roi, Et n'e, selon Cotin, ni Dieu, ni foi, ni loi.* J. C. M. (JC, 11/08/1830, p. 1.).

O artigo enfureceu a colônia portuguesa, principalmente os comerciantes assinantes do jornal que trataram de cancelar suas assinaturas em sinal de repúdio ao conteúdo da nota. Outros fizeram protesto à porta do seu estabelecimento, causando grandes aborrecimentos a Plancher.

No dia seguinte, 12 de agosto de 1830, em virtude da repercussão negativa causada pelo ocorrido, o jornal divulgou nota alterando novamente seu título, desta vez para *Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio*, prometendo retornar às publicações exclusivamente comerciais. Diferentemente da decisão tomada em maio de 1827, quando em virtude também de situações embaraçosas causadas por artigos publicados acerca de questões políticas, desta vez Plancher decidiu manter a publicação do *Jornal do Commercio* e manifestou a sua decisão de abandonar o envolvimento com as questões políticas:

Os Proprietários do *Jornal do Commercio* ouvindo o parecer de muitos Comerciantes desta Praça, e penhorados da verdade, e utilidade, que lhes provém do são acordo deles, se decidiram logo à fazer diversas mudanças ao seu estabelecimento, começando pela do Redator; e, bem decididos a acreditar, que a eles não se pode com justiça atribuir correspondência alguma a quem quer que seja ofensiva em muito, ou em pouco, e ainda menos à uma Nação inteira por tantos títulos respeitável, e à qual

devem tanto favor quanta generosidade, e proteção bem própria dos sentimentos, que acompanham de brio, e honra, desde o berço da Monarquia Portuguesa ao mesmo passo, que desgostosos pela notícia que lhes tem infelizmente chegado de que lhes atribuem convênia com o Corresponente do Artigo inserto no nº 178, convieram definitivamente em mudar o título do mesmo Jornal, restituindo-o ao de – DIÁRIO MERCANTIL, ou NOVO JORNAL DO COMMERCIO – ao qual, e às suas operações, e a tudo que lhe respeita, é exclusivamente dedicado, **recusando se de todo a artigos de Política, quaisquer que sejam, e de polêmica com os mais Jornais** (JC, 12/08/1830, p. 1, grifo nosso).

Plancher cedeu às pressões da colônia portuguesa para defender o seu patrimônio. Alterou o título do jornal, entregou a direção da folha a Thomas Hunt e despediu Muzzi, que passou a escrever nas colunas de honra da *Aurora Fluminense* (SANDRONI, 2007). O primeiro nome do jornal *Diário Mercantil* ocupava lugar de destaque, precedendo *Novo Jornal do Commercio*, e sua contagem reiniciou com as anotações: Volume 1 e Número 1. Assim, Plancher mais uma vez recomeçava sua atividade de jornalista e “[...] dava impressão à colônia portuguesa de que estava fora de combate um dos seus antagonistas” ((SANDRONI, 2007, p. 55).

Nesse período, na França, ocorreu a abdicação de Carlos X, notícia que chegou ao Brasil 45 dias depois, e com ela, paulatinamente, restabeleceu-se a liberdade de imprensa e das idéias liberais anti-absolutistas. Plancher, ao saber da derrocada do regime político que o fizera exilar-se, retomou as publicações políticas e gradativamente tornou-as mais contundentes. Em 24 de setembro de 1830, com o título *Boatos*, publicou nota sobre o recebimento das informações acerca da situação francesa e encerrou-a sugerindo as repercussões que estariam por vir:

A fragata nacional *Príncipe Imperial*, chegada ontem [...] com 44 dias de viagem, traz notícias até 8 de agosto, as quais confirmam o que temos dado ao público nos números antecedentes e acrescenta-se que a bandeira tricolor foi içada no dia 3 de agosto e tremulada em toda a França. Não se obtiveram esses triunfos sem se derramar muito sangue, dizem que muitos milhares de homens pereceram nos conflitos, e que passando três regimentos da guarda real para o povo decidiram do sucesso, unindo-se à Guarda Nacional. [...] Correm também boatos que na Espanha tinha principiado nova revolução o que promete a este povo brioso uma sorte digna de sua constância e valor, **e é natural**

que todos estes sintomas a favor da liberdade se comuniquem a toda a Península Ibérica (*JC*, 24/09/1830, p. 1, grifo nosso).

Pela segunda vez desde sua chegada ao Brasil em 1824, o tipógrafo francês rompia o compromisso de manter seu periódico afastado dos debates políticos. Plancher manifestou abertamente que era defensor da constituição liberal e, que essa era a fonte para a prosperidade nacional.

As luzes se vão propagando rapidamente por todo o Brasil, graças ao benéfico influxo de uma Constituição liberal! A Vila de Campos possui hoje um periódico, o *Correio Campista*, escrito no sentido nacional, e que ali aparecerá duas vezes por semana [...]. Vimos o 1º nº desta folha, que contém alguns artigos muito bem escritos [...] **No entanto recomendamos aos amigos da propagação das luzes e da prosperidade do Brasil**, hajão de animar esta nova publicação com as suas assinaturas, na certeza, de que todas as folhas lhe serão prontamente entregues, e sem despesa de transporte etc. (*JC*, 12/01/1831, p. 1, grifo nosso).

Um tom mais agressivo surgiu nas notícias políticas a partir de janeiro de 1831. O redator do *JC* pareceu não mais “medir” as palavras em suas observações. Exemplo disso é uma pequena nota que insinuava uma possível irregularidade no pedido de licença de uma marquesa “A Excelentíssima Marquesa de Aguiar acaba de obter licença para se retirar à Portugal: nós ignoramos, se S. Ex. continuará a perceber a pensão de 5 contos de réis, que lhe paga o Tesouro Nacional (*JC*, 04/01/1831, p. 1). No dia seguinte, divulgou, com destaque na primeira página, nota sobre a absolvição de seu jornal da acusação de abuso da liberdade de imprensa:

Anteontem, reunidos os Srs. Jurados para se decidirem vários processos sobre abusos da liberdade da Imprensa, foi absolvido o *Diário Mercantil* da acusação contra ele intentada pelo Ilmo. Sr. Administrador das Obras Publicadas, pelo pretendido crime de calúnia. É lástima que quando se trate de chamar contra perniciosos abusos, contra infrações da Lei, se veja o inocente perseguido como um criminoso! Graças, porém, à benéfica instituição do Júri, a verdade sempre triunfa (*JC*, 19/01/1831, p. 1).

Um mês depois, em fevereiro de 1831, Plancher fez duras críticas ao sistema de produção nacional. Repudiou o trabalho dos escravos, denominando-os de boçais, preguiçosos e desgraçados. E ainda, afirmou que apenas os homens ignorantes ainda continuavam a acreditar que o braço escravo trazia lucro à produção:

Na época em que, pela extinção do tráfico de escravatura parecem desanimados os nossos lavradores, essa laboriosa, e importante porção da grande família Brasileira, não fará à esses **homens menos instruídos**, e à quem uma política opressora por sistema, mesquinha por ignorância, havia denegado pelo longo espaço de três séculos fornecer os meios condizentes não levar rapidamente ao mais sabido auge, porém melhorar ao menos, como competia, o mais importante ramo da prosperidade das Nações? **Não será justo, que lhes mostremos, que bem longe de ficarem arruinadas as suas lavouras pela falta de braços africanos, uma nova vereda se lhes abre para em poucos anos de prosperidade, que nunca tocariam, se os nossos matos continuassem a ser irrefletidamente derrubados, e os campos mal trabalhados por esses desgraçados escravos? A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens ignorantes e fantásticos se iludem [...]** (JC, 05/02/1831, p. 1-2, grifo nosso).

Chamou a atenção daqueles que possuíam escravos e detalhou os problemas verificados com os mesmos, revelando que sua posição em relação à eliminação da escravatura fundamentava-se em princípios econômicos.

Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os imensos capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais, com que deve trabalhar cada um desses escravos, sustento, vestuário, moléstias reais e afetadas e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos e aos quilombos é claro que fica, que o lucro da lavoura deve ser muito pequeno, ainda apesar da prodigiosa fertilidade das terras, como mostra a experiência. Estas últimas linhas, que extraímos de uma brochura impressa em Paris em 1826 [...] sob o título de *Representação à Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa de Brasil sobre a Escravatura*, por José Bonifácio de Andrada e Silva, Deputado à dita Assembléia pela Província de São Paulo, mereceriam ser hoje bem refletidas pelos nossos lavradores; elas são traçadas por um cidadão recomendável não menos por seus talentos e virtudes, do que por seu acrisolado patriotismo. [...] Diz porém, a cobiça cega (continua o ilustre escritor Brasileiro) que os escravos são preciosos porque a gente do Brasil é fraca e preguiçosa; mentem por certo. A Província de São Paulo, antes da criação dos engenhos de açúcar tinha poucos escravos, e todavia crescia anualmente em população e agricultura, e

sustentava de milho, feijão, farinha, arroz, toucinho, carnes de pouco, etc. à muitas outras províncias marítimas e interiores. Mas conceda-se (caso negado) que com efeito a gente livre do Brasil não pode com tantos trabalhos aturados da lavoura, como na Europa, pergunto, se produzindo o milho por exemplo em Portugal nas melhores terras quarenta por um, e no Brasil acima de duzentos, e as mais sementeiras à proporção; e estando as horas do trabalho necessário da lavoura na razão inversa do produto da mesma, para que se precisa de maior robustez, e trabalhos mais aturados? [...] (JC, 05/02/1831, p. 1-2).

É possível notar que a sutileza utilizada por Plancher para comentar notícias políticas não foi adotada nesse artigo. Entretanto, mantendo sua característica de se reportar à outras nações para justificar suas críticas à própria situação brasileira, prosseguiu se reportando ao contexto da Índia, argumentando que lá não mais se fazia uso do braço escravo e de trabalhos robustos e mesmo assim a produção se desenvolvia de maneira satisfatória.

[...] Os lavradores da Índia são porventura mais robustos do que um branco ou um homem de cor do Brasil? Não por certo, e todavia, não morre aquele povo de fome. E por que eles não tem escravos africanos deixam as suas terras de ser agricultadas e o seu país, um dos mais ricos do globo, apesar da sua péssima religião, e governo, e da política infernal da divisão em castas? [...] (JC, 05/02/1831, p. 1-2).

Plancher seguiu afirmando que a cultura dos canaviais e a fabricação do açúcar estava se desenvolvendo em larga escala e que mesmo na Cochinchina, onde não existiam escravos a produção e exportação desse produto alcançava números elevados. Advertiu ainda, que essa grande produção de açúcar, se verificava naquele pequeno país, sem prejuízo para os terrenos, como, segundo ele, ocorria no Brasil. “Nos Estados Unidos, quando um lavrador se vê pai de uma filha, planta uma pequena floresta, que vem a ser seu dote de casamento [...] no Brasil (quem o cria!!) são entregues ao machado e as chamas (JC, 05/02/1831, p. 1-2).

O redator do *Jornal do Commercio* esclareceu, no final do artigo que pretendia, com essas palavras, convencer os lavradores brasileiros de que eles não eram obrigados a continuar com os roçados e que eles poderiam “[...] tirar grandes vantagens dos campos já lavrados”. Para isso seria necessário que

utilizassem, na lavoura, “[...] em lugar de braços, arados e outros instrumentos rurais, [...]” (JC, 05/02/1831, p. 1-2).

Pierre Plancher expressava nas considerações apresentadas, nessa publicação, suas idéias sobre as formas de trabalho que considerava úteis e necessárias. Defendia o uso de instrumentos na lavoura por considerar que o mesmo era fonte de lucratividade e de bom senso.

No final do Primeiro Reinado verificou-se uma multiplicação de livrarias e tipografias. Enquanto no ano de 1808 se contava somente duas livrarias e uma tipografia na cidade, em 1829 já eram nove livrarias, sete tipografias e uma fundidora de tipos (HALLEWELL, 1985). A maioria dessas oficinas se dedicava à produção de jornais em virtude da necessidade de periodismo político e de sua importância no processo de formação da opinião pública daquele momento (DEAECTO, 2006).

Se é verdadeira a opinião de alguns escritores, que assentam, que o número dos periódicos é o termômetro mais seguro, por onde se pode avaliar o progresso das luzes, e da civilização de um Estado, grandes passos temos dado neste objetivo, se compararmos os anos de 1822 com o de 1831! Um estimável periódico desta Capital já fez idêntica observação, mas como de então para cá tem aparecido novas publicações, nós o repetiremos. Na Capital da Espanha apenas se publica (segundo pensamos) a *Gazeta de Madrid*, bem como na de Portugal a *Gazeta de Lisboa* ajudada pela *Tripa virada* ou *Besta esfolada*, e neste mísero estado, proveniente de despotismo, se achava o Rio de Janeiro há 10 anos. Hoje porém, além do *Diário Fluminense*, *Gazeta oficial*, se contam a *Aurora*, a *Astréa*, o *Verdadeiro Patriota*, o *Moderador*, o *Espelho da Justiça*, o *Imparcial*, o *Republico*, a *Nova Luz*, a *Voz Fluminense*, o *Tribuna do Povo*, o *Simplício*, o *Despertador*, o *Tirano do Povo*, o *Jornal Francês Messenger*, o *Inglês Litterary Inteligencer* (em grande formato) e também o *Semanário de Saúde Pública* pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, as folhas de anúncio *Diário do Rio*, *Correio Mercantil* e *Diário Mercantil Novo Jornal do Commercio*, dedicando estes dois últimos algumas páginas às notícias políticas e comerciais, tanto do país como estrangeiras; o periódico *Beija Flor*. A exceção de um, todos os mais tem grande extração e são geralmente lidos, porque, ainda que por caminhos diversos, **todos eles trabalham na consolidação da Independência e do Sistema, que felizmente nos rege, objetos que tem captado toda a atenção dos Brasileiros em geral de tal maneira, que hoje um só não há, que deixe de emitir sua opinião sobre os interesses do país, indo se assim formando esse caráter nacional, de que nos haviam privado três séculos de escravidão, e que é um dos mais forte**

baluartes contra as invasões do Despotismo, esse monstro que tanto tempo inundara a terra de sangue, e que hoje felizmente para a humanidade se acha nos últimos paroxismos de sua existência (JC, 07/02/1831, grifo nosso).

No mesmo período em que o *Jornal do Commercio* divulgava as notícias sobre a Revolução de julho de 1830 na França, com a derrota do regime autoritário, o restabelecimento das liberdades constitucionais e o fim da censura à imprensa e às editoras, aqui no Brasil, o prestígio do imperador se desvanecia, na derradeira fase do seu reinado. As disputas políticas e as revoltas locais contra o trono, embaladas por um sentimento de nativismo, aumentaram a preocupação em manter a ordem. Naquele ano havia doze periódicos cujo número continuou a aumentar, assim como outras publicações, como os pasquins⁶³. Isto tinha uma justificativa:

[...] aberta a luta pela abdicação [...] saem às ruas com linguagem mais contundente e apaixonada de que se tem notícia na história da nossa imprensa [...] quem se der ao trabalho de folhear um periódico político da época, sentir-se-á surpreso diante da virulência, quer no ataque ao governo monárquico quer na sua defesa (RENAULT, 1969, p. 79).

Pierre Plancher viu que se extinguiu na França, o poder que o fizera emigrar e ao mesmo tempo assistia aos órgãos de imprensa tornarem-se cada vez mais revoltados com as ofensas e agressões aos redatores e cada vez mais ousados nos protestos. O rigor da censura não impedia a manifestação dessa revolta. O Jornalista Júlio César Muzzi nesse momento voltou a trabalhar para o *Jornal do Commercio* como redator chefe e juntou-se a *Aurora Fluminense* e a *Astréia* na oposição a Pedro I, e foi um dos mais ativos jornalistas da época (SANDRONI, 2007).

Plancher não deixou de ser grato ao Imperador, contudo considerava que o monarca fazia concessões aos interesses portugueses. Diante disso, participou da divulgação do movimento para romper relações com Portugal (que tinha

⁶³ Dentre muitos, *O Enfermeiro dos Doidos*, *O Doutor Tira-Teimas*, *O Busca-Pé*, *O Novo Censor*, *Cartas ao Povo*, *Os Dois Compadres Liberais*, *A Voz da Razão*, *O Espelho da Justiça* (RENAULT, 1969, p. 79).

reconhecido a Independência brasileira em 1825). O redator, passou a investir duramente, por meio de seus artigos, contra os atos absolutistas do Imperador.

No período de 11 a 13 de março de 1831, durante as festas para comemorar o retorno de D. Pedro I de Minas, ocorreu uma violenta revolta conhecida como a “Noite das Garrafadas” e que foi registrada pelo *Jornal do Commercio* no dia seguinte:

Nestes últimos dias desde sexta-feira passada, o Rio de Janeiro tem sido perturbado com esquemas bastante assustadores e em que a dignidade nacional tem sido ferida ao vivo. A pretexto de festejarem a chegada de SM muitos homens, pertencentes quase todos ao corpo do comércio e habitando a cidade, da rua dos Ourives para o mar, ofereceram uma atitude hostil, que não podia ter resultados senão tristes. Na noite de 11, sexta-feira, magotes de seis, oito e doze, armados de paus, passeavam pelas ruas que, na quadra da via dos Ourives exclusivamente para baixo, estavam com esplendor iluminadas, e as provocações contra brasileiros, contra as pessoas que traziam o tope nacional, começaram desde então. O entusiasmo e frenesi desta gente, agitada, sem dúvida, por **braço invisível**, e muito servindo simplesmente, e sem pensar, para a execução de planos detestáveis, cresceu na seguinte noite. A rua da Quitanda encheu-se de fogueiras, de fogos do ar, de girândolas; coretos de música foram colocados em vários pontos; **a multidão dos assistentes avultava de momento a momento; os insultos, as ofensas dirigidas a quem não teve a fortuna de nascer em Portugal** foram as mais duras. E apenas diminuíram a violência quando uma pequena quantidade de moços do país, ou indignados de tanta audácia ou desejosos de mostrar que o espírito de liberdade não fora sufocado, atravessou as ruas em que se solenizavam os festejos, dando vivas à Constituição, à Liberdade, à Assembléia Geral, à Imprensa livre, aos Brasileiros, ao Imperador, enquanto constitucional, etc. Porém, na noite de 13, domingo, que se esperava ser a última dos regozijos, tinham-se já tomado em segredo e por ajustes as providências próprias para se repelir com violência esta banda de patriotas, quando porventura aparecesse. Segundo ao depois se soube, muitas casas haviam se munido de fundos de garrafas, armas de fogo, feito convocação e chamada até aos adotivos e portugueses que moravam pelo interior da cidade, e tudo se preparou para um ataque, aonde os intitulados amigos da ordem deviam ser os agressores. Os moços, em número (se exatamente nos informaram) de 80 ou 100, avançaram, sem hostilidade, pela rua da Quitanda, correspondendo aos gritos de viva o Imperador, vivam os bons portugueses, etc. com aqueles que acima notamos; nas alturas do Campo de São Pedro ao das Violas rompeu sobre eles a bateria dos fundos de garrafas; a multidão dos festeiros apareceu, armada de cacetetes e dando tiros de pistola (JC, 14/03/1831, grifo nosso).

Dias depois, na edição de 21 de março de 1831, o *Jornal do Commercio* noticiava o ato do imperador datado do dia 18, modificando o seu ministério: Império, o visconde de Goiana; Guerra, o marechal-de-campo José Manuel de Moraes; Marinha, o marechal-de-campo José Manuel de Almeida; Justiça, o conselheiro Manuel José de Sousa França; Fazenda e Negócios Estrangeiros continuaram os que já estavam (SANDRONI, 2007).

Naquele mesmo mês, em 26 de março de 1831, o *Jornal* publicou nota referente às comemorações solenes em virtude do aniversário do juramento da Constituição. “Ontem foi um dos dias mais belos surgidos no horizonte do Brasil” [...] em virtude das comemorações do “[...] sexto aniversário do juramento da nossa Liberal Constituição”. Mesmo com as festas, a agitação continuava, com uma ativa propaganda nos meios militares. Depois de assinar, em 3 de abril, o decreto de convocação extraordinária da Assembléia Geral, logo que se verificasse a existência de número legal de seus membros, o imperador resolveu chamar para junto de si pessoas de sua inteira confiança. No mês seguinte, no dia 7 de abril de 1831, o *Jornal do Commercio* publicou:

Por decreto de Sua Majestade de 5 de abril, foram nomeados para ministros: Império, o marques de Inhambupe; da Fazenda, o marquês de Baependi; da Justiça, o visconde de Alcântara; da Guerra, o conde de Lajes; Marinha, o marquês de Paranaguá, e de Estrangeiros, o marquês de Aracati” (JC,07/04/1831).

Porém o ministério anunciado em 5 de abril teve curta existência. Muitos protestos apareceram logo no dia seguinte à sua nomeação. O povo reuniu-se no campo da Aclamação e apoiado pela tropa, que não tardou em colocar-se à sua frente, resolveu enviar uma representação ao imperador, exigindo que reconsiderasse o ato que acabara de praticar, destituindo o novo ministério e reintegrando aquele que, até a véspera, merecera a sua confiança (SANDRONI, 2008). Em 6 de abril, véspera da abdicação, o *Jornal do Commercio* lançava críticas aos atos absolutistas do Imperador.

A tipografia de Emile Seignot Plancher acaba de imprimir uma obra, que sem dúvida será apreciada pelo público brasileiro, a *Biblioteca Constitucional do Cidadão Brasileiro*, que constará de

15 volumes no pequeno formato das folhinhas. Estes 15 volumes, dos quais 4 já saíram à luz, **conterão todas as Leis, que interessam particularmente ao povo**, tais, como a *Constituição do Estado*, o *Código Criminal*, as *Leis sobre os Municípios*, as *Buscas* ou *Visitas Domiciliares*, *Juízos de Paz*, *Liberdade de Imprensa*, *Arrecadação da Décima*, etc. porquanto **é necessário que o povo saiba, quais são os seus deveres para com a Pátria, e o Monarca, que conheça os direitos civis, que lhe outorga o liberal sistema, que nos rege**, e nenhum outro meio é mais condizente à um tal fim, do que familiarizar o povo com a leitura das Leis do Estado. **Na França, na Inglaterra, e sobretudo nos Estados Unidos, espalhando-se pelo povo, pelo intermédio destes pequenos volumes, vendidos por módico preço, o conhecimento das Leis do país, levou-se a instrução à todas as classes da Sociedade. O povo, mais instruído não será tão frequentemente vítima da chicana e capacidade de gente togada, e dos seus rábulas e satélites: a Lei não será um mistério, nem iludida com tanta imprudência, por aqueles que se dizem seus intérpretes**, porque cada cidadão, tendo-a entre as mãos, a poderá consultar todas as vezes que necessitar. Nós esperamos que os Srs. Redatores das folhas políticas, tanto da Capital, como das Províncias, reconhecendo as vantagens, que se podem tirar desta publicação, a recomendem aos cidadãos de todas as classes, certos, de que com isso farão um relevante serviço à Pátria. **Quanto menos instruído é um povo, tanto mais sujeito está a cair nas garras do hediondo despotismo**: diga-o a Península Hispana, que, se isso não fora, não gemeria hoje sob o peso da virga férrea de D. Miguel e D. Fernando (JC, 06/04/1831, grifo nosso).

Na sua edição do dia 8 de abril de 1831, o *Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio* publicou na sua primeira página, no alto da coluna da esquerda, um “Aviso do cônsul geral da Prússia aos seus compatriotas residentes no Rio de Janeiro”, pedindo que, “[...] nas circunstâncias atuais, devem conduzir-se com a maior prudência e circunspeção, e que seu dever é de respeitar as Leis do País que lhes dá hospitalidade”.

Por decreto de S. M. o Imperador do dia 6 de abril de 1831 foram demitidos do Cargo de ministros: do império, o marquês de Inhambupe. Da fazenda, o marquês de Baependi. Da justiça o visconde d’Alcântara. Da guerra, o conde de Lajes. Da Marinha, marques de Paranaguá. De Estrangeiros, o marquês de Aracati (JC, 08/04/1831).

A queda do “Gabinete dos marqueses” arrastou consigo o Imperador (SANDRONI, 2007). Com destaque aparecia a notícia sobre o grande evento do dia anterior. “Abdicação de Sua Majestade o Sr. D Pedro I, em favor de seu filho, Sua alteza imperial o senhor D. Pedro de Alcântara”. E em seguida, a declaração do Imperador:

Usando do direito que a Constituição me concede declaro que eu muito voluntariamente Abdicado na Pessoa de meu muito amado e prezado filho, o Senhor D. Pedro de Alcântara. Boa vista, 7 de abril de 1831, décimo ano da independência e do Império. Assinado PEDRO (JC, 8/04/1831).

D. Pedro I abdicou do trono brasileiro, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, logo aclamado D. Pedro II. Porém, por ter apenas cinco anos de idade, ele não pode assumir o governo do Império, que foi entregue a uma Regência Trina Provisória.

Em consequência da Abdicação de S. M. D. Pedro I em seu Augusto filho, o Sr. D. Pedro II, havendo uma urgência de se nomear uma Regência para o governo do estado; os Augustos Srs. Representantes da Nação, Senadores e Deputados reunidos no número que foi possível em Assembléia Geral na Câmara dos Senadores, convieram em nomear uma Regência Provisória para governar até a nomeação da Regência definitiva que só pode ser nomeada pela Assembléia Geral em número Legal. Os membros da dita Regência são os Srs. marquês de Caravelas, que obteve 40 votos, Francisco de Lima, 35, Vergueiro, 30. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1831 (JC, 08/04/1831).

No dia 9 de abril, o *Jornal do Commercio* divulgou a notícia de que, os três membros eleitos para compor o grupo dos Regentes, haviam prestado juramento e nomeados para ministros os mesmos nomes, que haviam sido demitidos dias antes, “[...] com exceção de Holanda Cavalcanti, que não aceitou a nomeação e foi substituído por José Inácio Borges”. No dia 11 de abril, o *JC* publicou um manifesto da Assembléia com o título “Proclamação dos Representantes da Nação Brasileira dirigida ao povo do Brasil, motivando a causa da Gloriosa Revolução operada no Governo do Brasil no dia 7 de abril de 1831”.

Brasileiros! Um acontecimento extraordinário veio surpreender todos os cálculos de humana prudência; uma revolução gloriosa

foi operada pelos esforços, e patriótica união do Povo e Tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada uma só gota de sangue; sucesso ainda não visto até hoje e que deve honrar a vossa moderação e energia, e o estado de civilização a que haveis chegado. Brasileiros! Um Príncipe mal aconselhado, trazido ao precipício por paixões violentas, e desgraçados prejuízos antinacionais, cedeu à força da Opinião Pública tão briosamente declarada; e reconheceu que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros. A audácia de um partido que todo se apoiava em seu nome, os ultrajes que sofremos de uma facção sempre adversa ao Brasil; a traição com que foram repentinamente elevados aos Ministério homens impopulares e tidos como hostis à Liberdade nos pôs as Armas na mão. O gênio tutelar do Brasil, a espontaneidade com que a Força Armada e o Povo correram a voz da Pátria oprimida tiraram aos nossos inimigos o conselho e a coragem; eles desmaiaram e a luta foi decidida sem que nos tornasse mister tingir as armas de sangue dos homens. D. Pedro I abdicou em seu Filho, hoje o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil. [...] Brasileiros! Já não devemos corar deste nome: a Independência da Nossa Pátria e suas Leis vão ser desde esse dia uma realidade. O maior obstáculo que a isso se opunha retira-se do meio de nós; sairá de um País onde deixava o flagelo da guerra civil em troco de um Trono que lhe demos. Tudo agora depende de Nós Mesmos, de nossa Prudência, Moderação e Energia; continuemos, como principiamos, e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas. Viva a Nação Brasileira, Viva a Constituição, Viva o Imperador Constitucional, O Senhor D. Pedro II – Bispo Capelão – Mor Presidente. Fr. De Paula Cavalcanti de Albuquerque (JC, 11/04/1831).

Em 14 de abril o *Jornal do Commercio* publicou a carta de despedida do ex- Imperador, na qual D. Pedro I se dizia grato aos verdadeiros amigos e pedia que o perdoassem caso alguma ofensa tivesse cometido.

Não sendo possível dirigir-me a cada um dos meus verdadeiros amigos em particular para me despedir, e lhes agradecer ao mesmo tempo os obséquios que me fizeram, e outrossim para lhes pedir perdão de alguma ofensa que de mim possam ter, ficando certos que se em alguma coisa os agravei foi sem a menor intenção de ofendê-los: faço esta carta para que, impressa, eu possa deste modo alcançar o fim a que me proponho. Eu me retiro para a Europa saudoso da Pátria, dos Filhos e de todos os meus verdadeiros amigos. Deixar objetos tão caros é sumamente sensível ainda ao coração mais duro; mas deixá-los para sustentar a honra não pode haver mais glória. Adeus, Pátria, adeus amigos, e adeus para sempre. Bordo da nau inglesa Warspite, 12 de abril de 1831. Dom Pedro I D'Alcântara de Bragança e Bourbon (JC, 14/04/1831).

No dia seguinte, 15 de abril de 1831, o *Jornal do Commercio* publicou uma pequena nota sob o título “Partida do ex-imperador”.

Ontem pela manhã fizeram-se à vela deste porto para a Inglaterra a corte inglesa *Velage* e a charrua francesa *La Seine*; a primeira transporta o Sr. Pedro de Alcântara de Bragança, sua esposa, o marquês e a marquesa de Loulé, o marquês de Cantagalo, o barão da Saúde e outras pessoas de sua comitiva; e a segunda S.M. Fiedelíssima com seu séqüito e outras pessoas às nove horas da manhã, estas embarcações já não era avistadas da cidade, assim como a corveta *Amélia* e o brigue que transporta as bagagens (JC, 15/04/1831).

No mesmo dia, Plancher divulgou nota emitida pelo Palácio do Governo na qual a Regência Provisória agradecia e convocava a população para comemorar o evento de 7 de abril, respeitar a Lei e as autoridades constituídas. Ao término da nota conclama-se a todos para saudar o Imperador Constitucional D. Pedro II.

Compatriotas! Está ultimado o primeiro e mais perigoso período da nossa tão necessária como gloriosa revolução. O Ex Imperador acaba de sair do Porto desta Capital, retirando-se para a Europa: uma embarcação de guerra Nacional o acompanha até largar as águas do Brasil. Os nossos inimigos são tão poucos, e tão fracos, que não merecem consideração: com tudo o Governo vela sobre eles como se fossem muitos e fortes. Mas se nada temos a temer dos nossos inimigos, devemos temer de nós mesmos, do entusiasmo sagrado do nosso patriotismo, do amor pela liberdade e pela honra Nacional, que nos pôs as armas nas mãos. Vossa nobre conduta, vossa moderação depois da vitória, pode servir de modelo a todos os Povos do Mundo: não lanceis nele a mais pequena mancha; e continuai a dar-vos recíprocos conselhos de sabedoria e generosidade, a Pátria vos abençoará nas gerações futuras e os Povos estranhos reconhecerão a vossa dignidade, até agora deprimida por quem devia levantá-la. **O Brasil, hoje livre, vai mostrar que é muito diferente do que poderia ser. A Lei começa a reinar entre nós: respeitai o seu poder, e as Autoridades que o exercem. Contra os abusos e contra os crimes, tendes o direito de petição exercitai-o, deixando às Autoridades o prover do remédio legal. Somos Livres: sejamos justos. Viva a Nação Brasileira! Viva a Constituição! E Viva o Imperador Constitucional Dom Pedro II.** Palácio do Governo, 13 de abril de 1831. Marquês de Caravelas, Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Visconde de Goiana (JC, 15/04/1831, p. 1, grifo nosso).

Como bom comerciante, Plancher anunciou na mesma edição do dia 15 de abril do *Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio* “[...] Amanhã vender-se-á em casa de É. Seignot-Plancher a carta de despedida do ex-Imperador Litografiada segundo o original do próprio punho de D. Pedro” (*JC*, 15/04/1831, p. 3).

Em 21 de abril, catorze dias após a abdicação de D. Pedro I, o periódico eliminou o adjetivo *Novo* e passou a se denominar *Diário Mercantil ou Jornal do Commercio* e em 1º de setembro de 1831 eliminou também a denominação *Diário Mercantil* retornando ao seu título original *Jornal do Commercio*.

O jornal que foi criado com o objetivo de superar o caráter efêmero dos periódicos da época, não só atingiu seu objetivo como desempenhou importante papel na educação da nação, na formação da opinião pública e na direção da vida política e do processo de construção do Estado imperial. O *Jornal do Commercio*, “[...] de fato, participou ativamente da agitação que produziu o 7 de Abril, [...]. O Imperador entrara no caminho do absolutismo e Pedro Plancher não hesitou em ficar ao lado da causa nacional brasileira [...]” (PACHECO, 1917, p. 111).

Pierre Plancher, ora defendendo, ora criticando o governo, por meio de seu periódico, influenciou a formação do povo brasileiro e participou da construção do Estado Nacional.

4.4 O retorno de Plancher à França

Após a informação, em 1830, da queda do regime francês que o fez exilar-se em terras brasileiras e da abdicação de D. Pedro I, em 1831, Plancher decidiu retornar à França. A preparação para seu retorno começou com uma publicação, em 27 de junho de 1832, pedindo aos assinantes em débito para “[...] se apresentarem ao escritório desta folha para pagarem o que devem” (*JC*, 27/06/1832).

Em 9 de junho do mesmo ano a livraria, a tipografia e o *Jornal do Commercio*, foram vendidos para Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot, por meio de um contrato que estipulava um prazo de permanência de Plancher na administração do jornal para colaborar com os novos proprietários que não

possuíam experiência no ramo. Plancher cumpriu o que exigia o contrato até janeiro de 1834. No mês seguinte, em 4 de fevereiro, vinte meses depois de ter vendido o *Jornal do Commercio*, o fundador do periódico despediu-se dos seus novos donos para retornar à França. Nesse mesmo dia o diário publicou uma carta-artigo, assinada por Plancher, intitulada “Aos Brasileiros”:

Ao deixar, talvez para sempre, esta Terra bem aventurada, em que durante dez anos gozei a mais benévola hospitalidade, levo comigo as mais ternas saudades de toda Nação Brasileira, e de Vós, em particular, amados Fluminenses, que acolhestes com benignidade a minha indústria, e generosos recompensastes os meu trabalhos, e as numerosas publicações que empreendi, **contribuindo quanto me era possível para a propagação das luzes**, e o desenvolvimento da Arte Tipográfica nesta Côrte. No meu coração nunca se há de apagar a lembrança destes dez anos que passei no meio de Vós; e na minha existência se houveram alguns dias de amargura, outros mais faustos largamente me indenizaram, entre os quais reputo os mais felizes esse últimos, em que, na ocasião da minha partida, recebi tantos testemunhos de amizade, e lisongeiros expressões de sentimento. Fluminenses! tenho duas Patrias: a que me viu nascer nunca me fará esquecer da outra que me acolheu; e sempre hão de meus olhos voltar-se para este belo Torrão Brasiliense, em que estão reunidas as minhas mais vivas afeições: sempre hão de meus votos, até o último sopro de vida, acompanhar a marcha franca e leal do Governo que preside aos aos vossos destinos, e para a minha velhice, se a sorte não permitir que eu torne a visitar vossas amenas praias, o que mais venturoso posso esperar, será o saber que, debaixo de vosso Jovem e Interessante Monarca, livres, e ditosos, chegastes ao cume do esplendor a que pela Natureza o vosso próprio gênio fostes reservados (PACHECO, 1917, p. 112, grifo nosso).

Dez anos depois de seu desembarque no Brasil, quando foi acusado de revolucionário e falsário, Plancher regressou à sua terra natal, e, possivelmente satisfeito com os resultados de suas atividades, durante aquela década. Uma intensa atividade cultural e um espírito empreendedor haviam marcado sua passagem pelo império brasileiro. O fugitivo da repressão dos Bourbons, retornou a França, retomou suas atividades de livreiro e editor, e, tornou-se assessor do *Jornal do Commercio*. Plancher faleceu a 18 de setembro de 1844, em Paris, aos 65 anos, e foi sepultado no cemitério de Père Lachaise. No tempo que lhe restou de vida manteve correspondência com Villeneuve e foi colaborador do *Jornal do*

Commercio, conseguindo os direitos de folhetins de autores importantes, como Alexandre Dumas, Eugène Sue e muitos outros.

Em 1927 na edição comemorativa ao centenário do *Jornal do Commercio*, Félix Pacheco homenageou Pierre Plancher dizendo que ele foi um amigo do Brasil e prestou valiosos e reais serviços, não só como impressor, livreiro e editor, mas também como formador de oficiais tipógrafos, como importador de obras clássicas francesas e como divulgador de autores nacionais. Pacheco afirmou ainda que Plancher exerceu notável influência no jornalismo brasileiro com as atividades comerciais que desenvolveu a partir da criação d'*O Spectador Brasileiro* e do *Jornal do Commercio*, que mantinha o orgulho de o ter como seu fundador (SANDRONI, 2007).

Pierre Plancher, na realização, de suas atividades comerciais, como livreiro, editor e tipógrafo, sempre buscou disseminar informações com conteúdos voltados à educação. Na verdade, não se pode negar a contribuição do francês, Plancher, ao desenvolvimento do comércio cultural, no Rio de Janeiro e à imprensa brasileira no início do século XIX.

5 CONCLUSÃO

Compreender que a realidade educacional, por si só, não é suficiente para responder as questões acerca de sua constituição nos faz perceber que o estudo, nesse caso especificamente, da educação brasileira, no início do século XIX, exige uma compreensão do contexto social, econômico e político uma vez que esses delineiam, em qualquer tempo, o direcionamento das organizações educacionais.

No Brasil, após o processo de independência a grande necessidade era organizar e consolidar o Estado nacional, tarefa que durou toda a primeira metade do século XIX. Para isso era preciso definir o conceito de cidadão brasileiro, delimitar o território nacional e estabelecer as regras para orientar o convívio social. Nesse cenário a instrução começou a ser vista como meio importante para cumprir parte desses objetivos.

Não havia, porém, um sistema de ensino organizado que cumprisse tal missão. Na verdade a educação nacional não possuía uma direção, estava entregue ao Ministério do Império que tinha como função primordial a política. À imprensa, coube, naquele momento, grande parte dessa tarefa. Disseminando idéias ilustradas ou conservadoras a imprensa do início do século XIX, no Brasil, empreendeu, dentro dos limites possíveis, um debate sobre a direção política da recente nação.

Como ocorria em outras partes do mundo, a imprensa representou naquele momento o meio mais eficaz para a possível materialização dos objetivos iluministas de organizar a sociedade a partir de novas idéias, assim como na Europa, onde os periódicos, desde o século XVIII, se colocavam como grandes disseminadores das luzes, ou seja, da cultura e da liberdade. Vistos como características fundamentais ao processo rumo à civilização passaram a defender a importância da periodicidade como instrumento regular para a contribuição no processo de civilização desejada.

Nas primeiras décadas do século XIX, a tipografia representou uma tentativa de formar e educar uma sociedade em transição e em construção, num contexto de contradição entre liberdade de expressão e censura de imprensa, embalados pelo desejo de iluminar os espíritos e criar um homem novo para um novo modelo de organização social. Uma sociedade se desvinculando do modelo absolutista de governo, ou pelo menos, uma parte de seus membros tentando fazê-lo.

Partindo do pressuposto que a educação é a expressão da própria organização dos homens em suas dimensões social, política e econômica, o presente trabalho procurou mostrar como o *Jornal do Commercio*, um periódico destinado à área mercantil, participou dessa tarefa educativa, informando e, certamente, formando a opinião pública, influenciando as idéias políticas daquele princípio de século, mesmo não sendo partidário do jornalismo revolucionário.

O *Jornal do Commercio*, fundado em 1827, nunca esteve ligado à educação propriamente dita, contudo, teve grande influência nos rumos políticos que o Brasil tomou no início da década de 1830, quando se extinguiu o reinado de D. Pedro I, pois, seu fundador o livreiro, tipógrafo e impressor francês, Pierre Plancher, o utilizou como veículo de disseminação do pensamento liberal francês no interior dos debates acerca do processo de construção do Estado nacional brasileiro.

A análise dos anúncios, principalmente de obras francesas, dos artigos dos colaboradores do jornal e, dos editoriais escritos pelo próprio Plancher, permitiu conhecer e avaliar que o jornal empreendia manobras para inculcar seu próprio pensamento acerca da forma de governo que considerava necessária para o Brasil. Essas manobras revelaram-se ainda, na constante substituição de títulos do periódico, sempre que o editor-proprietário percebia-se em situação embaraçosa com o governo ou com os partidos políticos.

O *Jornal do Commercio*, no período estudado, não mobilizou nenhum debate acerca da necessidade de organização escolar, destinava seus escritos ao público letrado. Ainda assim, valores e opiniões, difundidos pelo periódico, eram disseminados também entre a população analfabeta, pois a leitura em voz alta era uma prática comum tanto em âmbito doméstico como público.

A imprensa periódica passou a fazer parte do dizer e do agir social no século XIX, porém junto com isso surgiu a preocupação sobre o que ela deveria ou não dizer. O controle sobre a circulação de idéias era necessário na perspectiva daqueles que desejavam conter comportamentos rebeldes, haja vista, o reconhecimento da força que os impressos poderiam exercer sobre a formação da opinião, poder conhecido pelo desempenho da tipografia no período revolucionário francês. Controlar a circulação de idéias era uma tentativa de padronizar os comportamentos, idéias e pensamentos. O próprio Imperador D. Pedro I não só utilizou-se dos jornais como escreveu muitos dos artigos publicados nos periódicos subsidiados pelo governo.

O *Jornal do Commercio*, por sua vez, não integrou o jornalismo revolucionário, pois, seu editor e proprietário o francês Pierre Plancher defendia a inserção de novas idéias à forma de governar, contudo desde que essas não comprometessem a manutenção do governo estabelecido. O que incomodava de fato, Plancher era o governo absolutista e para expressar essa posição política utilizava seu periódico divulgando notícias dos insucessos ocorridos com outras nações onde essa forma de governo existia.

A contribuição educativa que o *JC* empreendeu ocorreu de maneira muito mais tranqüila do que outros periódicos contemporâneos a ele. Na verdade o *JC* sempre procurou manter-se em equilíbrio entre as facções jornalistas revolucionárias e os partidos políticos, mesmo porque, dependia desse equilíbrio para manter sua atividade comercial, uma vez que, permanecia em solo brasileiro em regime de exílio.

Uma das principais maneiras, utilizadas pelo francês Plancher, de realizar a tarefa educativa que anunciava necessária, ocorreu por meio da venda de obras, precipuamente as liberais francesas, cujos conteúdos eram fundamentais para direcionar o pensamento político da elite dirigente a fim de inserir a recente Colônia emancipada na nova classe consolidada em outras partes do mundo: a burguesa. Outra maneira foi por meio de artigos que publicava ou permitia que fossem publicados em seu periódico, onde expressava suas opiniões acerca dos acontecimentos nacionais e estrangeiros.

Assim como jornais os proprietários, redatores, articulistas e colaboradores dos jornais já dominavam o conhecimento sobre o desempenho relevante

exercido pela tipografia na educação e na formação da opinião pública, e por isso esforçavam-se para realizar esse feito em território brasileiro. Assim, promoviam, entre outras ações, o alicerce de um povo instruído, educado e trabalhador e, no caso particular do *JC*, um povo ordeiro. Nesse sentido, ora defendendo, ora criticando os atos do Imperador, o *JC* influenciou, ativamente, a constituição do cenário social daquele início de século, como fizeram tantos outros periódicos no rastro dos precursores europeus. Um exemplo do mesmo período foi *O Universal* (publicado em Minas Gerais de 1825 a 1842) que, por meio de um redator partidário das idéias liberais, via a imprensa como uma grande formadora da opinião pública e também cumpriu o papel de educador do povo pois, para *O Universal* acima de tudo estava o princípio de que não existe povo livre sem imprensa livre, assim como não há povo civilizado sem uma imprensa forte e um sistema organizado de instrução.

O Jornal do Commercio, segundo periódico fundado por Plancher, mesmo tendo apoiado o movimento que conduziu à abdicação do primeiro Imperador brasileiro, sempre procurou conciliar suas idéias com as do governo e a dos partidos políticos. Pierre Plancher defendia o liberalismo constitucional, rejeitava as formas tomadas na Revolução Francesa e as rebeliões de escravos e valorizava os autores do iluminismo. O apoio monárquico que possuía possibilitou seu comércio livreiro, editorial e tipográfico e assim mediou o conhecimento das “novas idéias” políticas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX quando o jornalismo se transformou em principal veículo propagador da cultura ilustrada europeia e o Primeiro Reinado encontrava-se em crise em virtude das ações absolutistas do Imperador Pedro I. A imprensa de oposição liderava um movimento liberal contra tais ações do Imperador e utilizava os periódicos como instrumentos para divulgar idéias sobre a necessidade de lutar contra a situação. Pierre Plancher, por meio do *Jornal do Commercio* colaborou e participou, juntamente com os periódicos oposicionistas, na intensificação das publicações onde a formação da opinião, contra o Imperador e suas ações absolutistas, tornaram-se necessidade conduzindo-o à abdicação.

Pode-se afirmar que as ações do redator-proprietário do *Jornal do Commercio* colaborou com o desenvolvimento da imprensa e com o importante processo civilizatório, no Brasil, no início do século XIX. Contudo, como muitos de

sua época, Plancher preocupava-se com a formação de uma elite para governar o povo. Em seu periódico, naquele período, não se encontrou notas ou publicações com algum interesse na educação daqueles que compunham a camada inferior. Quando escrevia sobre os escravos, por exemplo, o fazia apenas para expor o quanto os repudiava, afirmando que eram trabalhadores sem dedicação e sem talento e que o resultado de seus trabalhos causava muito mais prejuízo que lucro. As idéias liberais que defendia iam de encontro às idéias de um bom burguês preocupado com a manutenção da ordem, ainda que desejasse mudanças na organização social. O fato de ser admirador de Napoleão confirmava essa direção em sua atividade.

Pensar que o Brasil pudesse seguir os passos da França, naquele momento, era também evidência de certa confusão teórica e prática. Uma nação recém saída da condição de colônia dando os primeiros passos num modelo agrário-comercial, totalmente dependente dos recursos estrangeiros e do trabalho escravo não poderia ser comparada com uma sociedade industrial avançada, como sua terra natal.

Pierre Plancher foi, sem dúvida, um grande empreendedor no mercado de bens culturais e isso o transformou em um profissional respeitado em seu meio. As obras que editou ou publicou e os periódicos que fundou contribuíram para a disseminação da cultura e da informação, todavia, não pode ser confundido com um revolucionário ou um partidário da luta em favor da emancipação das camadas inferiores e sim, um liberal conservador que desejava mudanças na sociedade, desde que, essas não pusessem em risco a manutenção de uma ordem estabelecida, onde a classe burguesa pudesse legitimar o seu poderio.

6 REFERÊNCIAS

FONTE PRIMÁRIA

JORNAL DO COMMERCIO – outubro de 1827 a dezembro de 1831. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. R.J. (Edição fac-similar).

FONTES SECUNDÁRIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889)** História e Legislação, Tradução de Antonio Chizzotti, 2 ed. Ver. São Paulo, EDUC, 2000.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M.H. C. (Orgs.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 173- 187.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Momentos decisivos. v.I. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira. A geração de instrumentos de pesquisa em História da Educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 241- 252.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Imprensa e Educação: limites e possibilidades dos jornais. In: CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa: as**

influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha, MG: Edufu, 2004. p. 45- 74.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro das sombras**: a política imperial. 2. ed. ver. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 2003.

CARVALHO, Maria Lígia Rosa. *Jornal do Commercio*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Imperial**. (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 419- 421.

CASPARD, Pierre; CASPARD, Penélope. Imprensa pedagógica e formação contínua de professores primários. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 33- 46.

CINQUE, Fernanda Regina. **A educação no pensamento de Hipólito José da Costa: a ação pedagógica do *Correio Braziliense* no processo de independência do Brasil**. Maringá, 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat Marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1977.

DEAECTO, Marisa Midori. Um editor no quadro político do primeiro império: O caso de Pierre Seignot-Plancher (1824-1832). In: COGGIOLA, O. (Org.). **Caminhos da história**: Coletânea de Trabalhos apresentados no Simpósio Internacional Os Rumos da História. São Paulo: Xamã, 2006. p. 149-162.

_____; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda (Orgs.). Imprensa e Educação em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Um estudo a partir

do jornal O Universal (1825/1842). In: **Educação elementar: Minas Gerais** na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 11- 65.

FENELON, D. F. **50 textos de história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Pesquisa em História: Perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREYRE, G. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp; T. A. Queiroz, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. t. 2, v. 1. São Paulo: Difel, 1985.

IPANEMA, Marcelo de. **Legislação de imprensa** – Leis de Portugal e Leis de D. João, Rio de Janeiro: Aurora, 1949.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo. Mestre Jou, s/a.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência 1821- 1823**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MELO, José Marcos de. **A opinião do jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREL, M. Revoluciones y libros: el comercio político de la cultura en el imperio de Brasil. **Istor Revista de Historia Internacional**, Cidade do México, v. 9, 2002 . p. 8-29.

_____. **Cipriano Barata: o panfletário da independência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio e Janeiro: DP&A, 2003.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Imprensa. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) **Dicionário do Brasil Imperial**. (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 361- 365.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11- 31.

PACHECO, Felix. **Hum francez-brasileiro, Pedro Plancher: subsídios para a história do “Jornal do Commercio”**. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio. 1917.

_____. **Plancheriana: anotações ao catálogo dos livros editados em Paris pelo fundador do Jornal do Commercio, antes de sua vinda para o Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1930.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**: Fundação Carlos Chagas. São Paulo. nº 104. p. 144-161. jul. 1988.

_____. **The Spectador, o teatro das luzes**. Diálogo e Imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política no Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RENAULT, Delso. **O Rio antigo nos anúncios de jornais (1808-1850)**. Prefácios de Afonso Arinos de Melo Franco e Américo Jacobina Lacombe. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**. A organização escolar. 17ª edição, ver e ampliada, SP, 2003.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro imperial**. 2. ed. Prefácio de Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. **Liberdade de imprensa**. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 1998.

SANDRONI, Cícero. **180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007**: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **A vida de D. Pedro I.** 2 vol. São Paulo. Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1972.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil imperial.** (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANNA, Hélio. **D. Pedro I jornalista.** São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005

_____; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.). **Brasil 500 anos:** tópicos em história da educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LITERATURA DE APOIO

AGUIAR, Pinto de. **A abertura dos portos do Brasil.** Salvador: Progresso, 1960.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História moderna e contemporânea.** São Paulo: Ática, 1981.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** 4. ed. Brasília: UNB, 1963.

BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo:** entre o iluminismo e a revolução francesa. São Paulo: Unesp, 1996.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. v. 4. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

CASTRO, T. de. **José Bonifácio e a unidade nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

CONTIER, A. D. **Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)**. Petrópolis, RJ: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

DARNTON, Robert. **Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Edusp, 1996.

DESAULNIERS, Julieta B. Ramos. A formação via impresso. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 127- 153.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: _____; LOPES, Eliane M. Teixeira; VIEIRA, Cynthia Greive Veiga. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

_____. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. In: In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 133- 150.

_____. (Org.). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. (Org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

INÁCIO, Marcilaine Soares (et al.). **Escola, política e cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2006.

JORNAL DO COMMERCIO. **Felix Pacheco: dados e informações para o estudo da vida e da obra do grande brasileiro.** Rio de Janeiro. 1952.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita.** História do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002.

MARX, K., ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Liberdade de imprensa.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária.** São Paulo: Edusp, 1989.

MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz (Orgs.). **História e Imprensa - representações culturais e práticas de poder.** 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história 1500-2000.** Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).** v. 363. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

_____. **A Gazeta do Rio de Janeiro** (1808- 1822): cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

OLIVEIRA LIMA, Manuel. **Dom João VI no Brasil, 1808-1821**. 2. ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1945. (Coleção Documentos Brasileiros).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Edusp, 1996.p. 195-223.

ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 21-48.

PORTELLA, Joaquim Pires Machado. Chegada da Família Real Portuguesa à Província da Bahia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 65, p. 5-11, 1882.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUSA. Octávio Tarquínio de. **Evaristo da Veiga**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (Orgs.). **Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro**. Pelotas: Seiva, 2005.

TERROU, F., ALBERT, P. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**.(1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. t. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

_____. **D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimo às suas biografias**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

ANEXOS

ANEXO A - Catálogo das obras editadas e publicadas por Pedro Plancher em Paris, antes da sua vinda para o Brasil.

Notas extraídas do dicionário bibliográfico de J. M. Quérard “*La France Littéraire*”, por Felix Pacheco (1917).

AIGNAN (Et.)

De la Justice et de la police, ou examen de quelques parties de l’instruction criminelle, considérés dans leur rapport avec les mœurs et la sûreté des citoyens. *Paris*, PLANCHER, 1817, in-8, 1 fr. 50 c. (QUÉRARD – *La France Littéraire*, vol. 1^o, p. 18, 2^a columna).

ANDRÉOSSY (Le Comte F.).

Voyage à l’embouchure de la mer Noire, ou Essai sur le Bosphore et la partie du Delta de Tharce, comprenant le système des eaux qui abreuvent Constantinopla; precede de considérations générales sur la géographie physique; avec um atlas composé d’une carte nouvelle du Bosphore et du canal de la mer Noire, et de plusieurs autres nouveaux dessins. *Paris*, PLANCHER 1818, in-8 et atlas de 9 pl., 15 fr. pap. vel. 30fr. (QUERARD – id., 1^o vol., p. 60, 1^a col.) .

ANGLES.

Almanach critique et littéraire de Paris pour l’an de grace 1817; contenat ce qui s’est passé de plus singulier à Paris en 1816, quant aux évènements, aux hommes et à la littérature; avec dès couplets analogues à ces diverses singularités, sur lês différents crocodiles vivants, sur lês voleurs em l’air, sur lês jongleurs de toute espèce; suivis de visions d’um juif, etc. *Paris*, PLANCHER 1816, in-18, 1 fr. 50c. . (QUERARD – id., 1^o vol., pags. 64-64.) .

AUGIER.

Les crimes d’Avignon, depuis les cent jours, par un Vauclusien. *Valence, Dourille et Paris*, PLANCHER, 1818. In-8 de 60 pg. (Quérard – Vol. 1^o, p. 128, 1^a columna.

AZAIS (P. Hyac.)

Jugement philosophique sur J. J. Rousseau et sur Voltaire. *Paris*, PLANCHER, 1817, in-8, 1 fr. 50 c. (Quérard – Vol. 1°. P. 143, 1^a columna).

BEER (Mich.)

Des quatre concordats de M. de Pradt, ou Observations sur un passage de cet ouvrage. *Paris*, PLANCHER, 1819, in-8 de 40 p., 1 fr. (Quérard – Vol. 1, p. 298, 1^a col.)

BERTHEVIN (Jules-Jul-Gab.)

Procès du maréchal Ney, duc d'Elchingen, etc., contenant un Précis historique, *Paris*, PLANCHER, 1815, in-8. (Quérard – Vol. 1°, p.303, 1^a col.)

BOUSSUET.

Discours sur l'histoire Universelle – avec un précis historique sur la vie de l'auteur par portier – *Paris*, PLANCHER, 1816, 2 vols. In-8, 10fr. (Quérard – 1° vol., p. 428, 1^a col.)

BOURG (E. Th.)

De l'Empereur et du Comte de Lille ou réfutation de l'écrit de M. de Châteaubriand, ayant pour titre: De Bonaparte et des Bourbons. *Paris*. Delaunay, Plancher, 1815, in-8, 1 fr. 50c. – Napoleon considéré general, premier consul, empereur, prisonnier à l'île d'Elbe et à Saint-Helène, ou vie impériale de ce grand capitaine. *Paris*, PLANCHER, 1821, in-8°, 8 fr. (Quérard, 1° vol., p 468, 1^a col.)

BRAVES (Manuel des),

ou Vistories des armées françaises em Allemagne, em Italie, em Egypte, etc., et dédié aux membres de la Légion d'Honneur. *Paris*, PLANCHER, 1817, 4 vol. in-12 avec. Fig., 12 fr. (Quérard – Vol. 1°, p. 162, 1^a col.)

BARGINET (Alex. P.)

Lettre à M. le Vicomte de Chateaubriand, etc., sur l'affaire de M. Magalon, suivie du Rapport sur les prisons, par M. Alex. De Laborde. *Paris*, PLANCHER, 1823, in-8. (Quérard, vol. 1°, p. 183, 2^a col.).

BATEMAM (Th.)

Abrégé des maladies de la peau, classées d'après système nosologique du docteur Willan; trad. De l'anglais par G. Bertrand et ajout de notes. Paris, PLANCHER, 1820, in-8, 6 fr., avec fig. col., 7 fr. (Quérard, v. 1^o, p. 213, 1^a col.)

BEAUPOIL DE SAINT-AULAIRE (Ed.)

Le cri de l'armée française, ou du Licenciement en 1816, et l'Organisation de la nouvelle armée. Paris, PLANCHER, 1818. In-8 de 48 p., 1 fr. 25 c. (Quérard, vol. 1^o, pag. 244, 1^a col.).

BRODIE (B. C.)

Traité des maladies des articulations, ou observations pathologiques et chirurgicales sur ces maladies; trad. De l'anglais par L. Marchant. Paris, PLANCHER, 1819, in-8, 4 fr. 50 c. (Quérard – Vol. 1^o, 522, 2^a col.)

BROGLIE (le due de)

Opinion (son) sur le projet de loi relative à l'ouverture d'un crédit éventuel de cent millions, pour l'exercice de 1823. Paris, PLANCHER, 1823, in-8, de 56 pag.; ou Paris, Boucher, 1823, in-8 de 32 pag. (Quérard – Vol. 1^o, p. 244, 1^a col.)

CARNOT (Jos. Fr. Cl.)

Code (le) d'instruction criminelle et le code pénal mis en harmonie avec la charte, la morale publique, les principes de la raison, de la justice et de l'humanité. Paris, PLANCHER, 1819, in-8, 2 fr. 50 c.

CARNOT (le Comte Laz., Nic., Marg.)

Correspondance inédite de Carnot avec Napoléon, pendant les cent jours. Paris, PLANCHER, 1819, in-8.

CHATEAUBRIAND (le vic. Fr., Aug. de)

Chateaubriantina, ou Recueil de pensées, maxims, réflexions de M. de Chateaubriand, entremêlées d'anecdotes curieuses, et précédées d'une notice

biographique sur l'auteur avec dês notes historiques, littéraires et critiques, propres à faire connaître l'esprit de ses ouvrages.

Par Cousin d'Avallon. Paris, PLANCHER, 1820, 2 vol. in-18, avec portraits, 3 fr.

Comberousse (Fr. Isaac-Hyacinthe de)

- Revue politique en l'année 1817. Paris, Plancher; Delaunay, 1817, in-8, 6 fr.

- Lettres dauphinoises, ou Correspondance politique et littéraire. Par l'auteur de la Revue politique en 1817. N° I. Paris, Delaunay, Plancher, L'huillier, 1817, in-8, de 32 pag., 1 fr.

CONSTANT DE REBEQUE (Benjamin).

Collection complete des oubrages publiées sur le gouvernement representative et la constitution actuelle, terminée parune table analytique, ou Cours de politique constitution. Paris, PLANCHER (Bechet aîné), 1817 à 1820, 4 vol. in-8 part. In-8, 32 fr.

- Elections (des) prochaines. Paris, PLANCHER, DELAUNAY, 1817, in-8 de 16 pags.

- Entretien d'un électeur avec luimême. Paris, PLANCHER, DELAUNAY, 1817, in-8 de 16 pags.

- Lettres (deux) â M. Odillon-Barrot, avocat à la Cour de cassation, sur l'affaire de Wilfrid-Regnault. Paris, PLANCHER, DELAUNAY, (Bréchet aîné), 1818, 2 part. in-8.

CORBIÈRE (Edouard)

Elégies brésiliennes, suivies de Poésies diverses, et d'une Notice sur la traite des noirs. Paris, PLANCHER. Brissot-Thivars, 1823, in-8, 3 fr.

COUPE DE SAINT-DONAT (le chef. A. A. D. M.)

Mémoires pour server à l'histoire de Charles XIV, Jean, roi de Suède et Norwège. Paris, PLANCHER, 1820, 2 vol. in-8, 12fr.

COURT DE GOBELIN (Ant.)

Histoire naturelle de la parole, ou grammaire universelle à l'usage des jeunes gens. Nouv. Édit., avec um Discours préliminaire et dês Notes, par M. lê Comte Languinai. Paris, PLANCHER, 1816, in-8 avec 3 pl., 6 fr.

COUSIN.

- Chateabriantina, ou Recueil de pensées, maximes, réflexions de M. de Chateaubriand, entremêlées d'anecdotes curieuses et précédées d'une Notice biographique sur l'auteur, avec dès Notes historiques, littéraires et critiques, propres à faire connaître l'esprit de ses ouvrages. Paris, PLANCHER, 1820, 2 vol. in-18, portr., 3 fr.
- Fontanesiane, ou Recueil dès opinions, pensées et réflexions de M. de Fontanes. Paris, Plancher, 1820, in-18, 1 fr. 25 c.
- Genlisiana, etc. Paris, PLANCHER, 1820, in-18, 1 fr. 50 c.
- Pradiada, precede d'une Notice biographique sur la vie et les écrits de cet écrivain politique. Paris, PLANCHER, 1820, in-18, 1 fr. 50 c.
- Staëlliana, ou Recueil d'anecdotes, bons mots, maximes de Mme. De Staël-Holstein, paris, PLANCHER, 1820, in-18, 1 fr. 50c.

CREVEL (Alex.)

Essai philosophique sur le grand art de gouverner un Etat, de lever les impôts, de rendre un peuple heureux, d'assurer la prospérité d'une nation et la stabilité d'un empire. Paris, PLANCHER, 1817, in-8, 3 fr.

- Médecine (la) politique, ou Système physique et moral des corps politiques démontrant les causes des révolutions, etc. Paris, PLANCHER, 1817, in-8, 3 fr.
- Voeux (les) du peuple dédiés à MM. Les députés en 1818. Paris, PLANCHER, 1818, in-8.

CROSS (John.)

Paris et Montpellier, ou Tableau de la médecine dans ces deux écoles; trad. De l'ang. Par El. Revel. Paris, PLANCHER, 1820, in-8, 4 fr.

CUISIN (J. P. R.)

Numero (le) 113, ou les Catastrophes du jeu, histoire véritable. Séc. édition. Paris, PLANCHER, 1815, in-12.

- Triomphe (le) des royalistes et de la cause sainte, ou la Chute du tyran, Paris, PLANCHER, 1815, in-8, 1 fr. 50 c.

DARU (le comte P. Ant. Noel Bruno)

Discours sur la liberte de la presse prononcé à la Chambre de Paris, etc. Paris, PLANCHER, 1822, in-8 de 44 pags.

DENYS DE MONTFORT (P.)

Vocabulaire (Petel-) à l'usage dês alliés, renfermant les noms d'une partie des choses les plus essentielles à l'avie, em plusiers langues, etc. Paris, PLANCHER, 1815, in-8 de 16 pags.

DESQUIRON (Ant. Touss)

Camile, tragédie em 5 actes. Paris, PLANCHER, 1817, in-8; 2 fr.

DURAND (Ch.)

Marseille, Nimes et sés environs em 1815. Paris, PLANCHER, 1818, 3 part. in-8, 6 fr.

DUVERGIER DE HAURANNE (J. Mar.)

Discours improvise sur le project d'adresse au Roi. Paris, PLANCHER, 1823. in-8 de 16 pag.

DUVERNE.

Lettre à Mme. Dupin, avocat, suivie de as Consultation sur cette question: Le gouvernement peut-il expuler les étrangers? Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 40 pag.

FENELON (Franç. De Salignac de Lamotte).

Aventures de Telémaque, Paris, PLANCHER, 1817, 2 vols., in-36, 2 fr. 50 c.

GASSIER (J. M.)

Marie Caroline des Deux – Siciles, duchesse de Berri, ou Précis historique sur cette princesse, depuis as naissance, etc., suivi de la Description des fêtes, etc. Paris, EYMERY; DELAUNAY; PLANCHER, 1816, in-8, de 64 pag 1. fr. 50 c.

GERARD (le general).

Discours sur la loi relative aux finances. Paris, PLANCHER, 1822, in-8 de 8 pag.

GILBERT (Ant. P. Mar.)

Description historique de l'église royale de Saint-Denis, avec des détails sur la cérémonie de l'inhumation de Louis XVI et de Marie-Antonette, reine de France. Paris, PLANCHER; EYMERY; DELAUNAY, 1815, in-12 de 100 pag.

GIRARDINI (le Comte Cécile-Stanislas Xavier de).

Opinion qui devait être prononcée dans la discussion du projet de loi relatif au crédit de 100 millions. Paris, PLANCHER, 1823, in-8, 60 c.

- Opinion sur la proposition de M. de La Bourdonnaye, e tendant a exclure M. Manuel de la Chambre des deputes. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 8 pag.75 c.

GOURGAND (Le Baron Gaspard).

Campagne (la) de 1815, ou Relation des opérations militaires qui ont eu lieu em France et em Belgique, pendant les cent jours; écrit à Sainte-Hélène. Londres, J. Ridgway, 1818, in-8, avec une carte, 12 fr.; ou PARIS, Mongin Aine 1818, in-8; et Paris, PLANCHER, 1818, in-12.

GUERARD (Mme.)

Altamor, ou les cinq Frères, histoire asiatique, manuscrit trouvé, dans les ruines de Delby, lors de la prise de cette, par Thomas Koulikan, em 1739-1820, 3 vol. in-12, 1 fr. 50 c. – Sec. Édition, augmen. d'une Notice par B****, Paris, PLANCHER, 1821, 3 vol., in-12; 1 fr. 50 c.

GUILLOT (E. M.)

Jacobinisme (le) réfuté, ou Observations critiques sur le Memoire Juillet 1814. Par M. F. M. G.*** de M. Carnot, adressé au roi, em Paris, PLANCHER; DELAUNAY; PELICIER. 1815, in-8 de 64 pag., 1 fr. 50 c.

Hutteau

Analyse de la vente du Comte d'Avignon, par la reine Jeanne au Pape Clément VI, pour répondre aux Protestations du Pape Pie VII dans le concordat de 1817, au sujet de ce comte. Paris, Plancher, 1818, in-8.

Jarry de Maucy (L. A. J.)

Lettre à M. le Vicomte de Chateaubriand, sur l'application à faire en politique des maximes du christianisme, telqu'il étât à son origine. Paris, Plancher; Delaunay, 1817, in-8 de 48 pag.

Johnson (Sam.)

Vallon (le) fortuné, ou Rasselas (par Johnson) et Dinarbas (as suite par miss Corn. Knight); trad. De l'angl. Par M*** C*** (Mac-Carthy). *Paris*, PLANCHER, 1817, 3 vol. in-12, 7 fr.

JUBE (le general Auguste)

Lettre d'un Français à lord Stanhope, et Réflexions sur l'événement arrivé à lord Wellington, dans la nuit du 10 au 11 Février. *Paris*, PLANCHER, 1818, in-8 de 20 pages.

LABEAUMELLE (Vic. Laur. Suzanne Moïse Anglivel de), ancien chef de bataillon au service de France, aujourd'hui general au service de l'Empereur du Brésil; né à la Nogarède, près de Mazères (Ariège) le 21 Septembre 1772. – Coup-d'oeil sur la guerre d'Espagne, de 1808 à 1814. *Paris*, PLANCHER, 1823, in-8, 2 fr.

LABLEE (Jacq.)

Écarté (l') ou Aventures d'une joueuse. *Paris*, PLANCHER, 1822, 2 vol. in-12, 5 fr.

LABORDE (le Comte Alexandre Louis Jos. De)

Réponse à un passage du discours de M. Martignac, à la séance du 5 Mars, au sujet l'emprunt de cent millions. *Paris*, PLANCHER, 1823, in-8, de 12 pages.

LA FONTAINE (Jean)

Fables choisies mises en vers français. *Paris*, PLANCHER, 1818, 2 vol. in-18.

LA FONTAINE (Aug.)

Silvius et Valéria, ou lè Pouvoir de l'amour; trad. De l'Allem. (par Mme. El. Voïart). *Paris*, PLANCHER, 1819, 2 vol. in-12, 4 fr.

LAMEZAN (le bar de)

Allemagne (l') fédérative considérée dans ses rapports avec l'Europe. *Paris*, PLANCHER, 1818, in-8, 5 fr.

LAUMIER (Charles Lazare)

Histoire de la révolution d'Espagne, em 1820; precede d'um aperçu du règne de Ferdinand VII, depuis 1814, et d'um Précis de la révolution de l'Amérique du Sud. Par Ch. L... *Paris*, PLANCHER, LE NORMAND, 1820, in-8, Sec. édition augm. d'une table analytique et raisonnée. *Paris*, PLANCHER, LEMONNIER, 1820, in-8, 6 fr.

Rélation circonstanciée de l'affaire de Thouars et de Saumur, precede d'une Notice biographique sur le general Berton. *Paris*, PLANCHER, 1822, in-8 de 48 pag., 1 fr. 80 c.

LEREBOURS (P. R.)

Répartition (De la) de l'impôt foncier et du cadastre. *Paris*, PLANCHER; DELAUNAY, 1818, in-8, e fr.

LOEVE-VEIMARS

Inévitabilité (de l') d'une guerre prochaine avec l'Angleterre, présentée comme conséquence de la guerre d'Espagne. *Paris*, PLANCHER, 1823, in-8 de 68 pg.

MADIER DE MONTJAU (Paulin)

Pétition adressée à la Chambre des Deputes par Madier de Montjau...; suivie de considerations constitutionnelles, par M. A. Jay. *Paris*, PLANCHER; CORRIARD, 1820, in-8 de 34 pg., 1 fr.

MADISSON (James)

Manifeste du gouvernement américain (10 Février, 1815) au Cause et caractere de la dernière guerre d'Amérique avec l'Angleterre (ouvrage imprime à Washington, à um million d'exemplaires); traduit de l'Anglais sur la XIe edit., par l'auteur de la "Décadence d'Angleterre" (M. Ch. Malo). *Paris*, PLANCHER; EYEMERY; DELAUNAY, 1816, in-8, 2 fr. 50.

MAGALON (J. D.)

Derniers (Les) moments de S. A. P. Mgr. le duc de Berry. PLANCHER, 1820, in-8 de 16 pg.

MALITOURNE (Armand)

Traité du mélodrame par M. M. A. A! A! *Paris*, DELAUNAY; PELICIER; PLANCHER, 1817, in-8 de 80 pg.

Facétie composée em société avec M. J. Adere et Abel Hugo.

MALO (Charles)

Panorama d'Angleterre, ou Ephémglérides anglaises, politiques, littéraires et philosophiques, *Paris*, PLANCHER, 1817-1818, 2 vol. em tout 3 vol. in-8, orne de grav., 15 fr.

MONGLAVE (François-Eugène Garay de), ancien officier supérieur; d'abord au service du Brésil, ensuite du Portugal, membre de plusieurs academies françaises et étrangères, fondateur de l'Institut historique, à Paris, et son secrétaire perpétuel; né à Bayonne (Basses Pyrénées) le 5 Mars 1796.

Histoire des Missionnaires dans le Midi de la France.

- Lettres d'un marin à um hussard. *Paris*, PLANCHER, 1819, in-8 avec une grav., 2 fr. 50c.

-

MONNIN (J. J. L. G.)

Lettre (première) sur le patriotisme, à MM. les deutes. *Paris*, PLANCHER, 1817, in-8 de 24 pag., 1 fr.

- Lettres (première et deuxième) d'um prolétaire à MM. électeurs de 1817. *Paris*, PLANCHER, 1817, in-8 de 16 e 32 pag., 1 fr. 50 c.

-

MONTRAVEL (le Comte de)

Voyage d'un officier français prisonnier en Russie, sur les frontières de cet empire, du cote de l'Asie; observations interessantes sur les moeurs, les usages et lê caractere des habitants de la rive gauche du Wolga, près la meer gaspienne. (Publié par M. Huc, employé à la poste aux lettres). *Paris*, PLANCHER; Delaunay, 1817, in-8, 3 fr.

ODELEBEN (le baron d')

Rélation circonstanciée de la campagne de 1813 em Saxe, trad. De l'Allem., sur la seconde édition, par M. Aubert de Vitry. *Paris*, PLANCHER, 1817, 2 vol., in-8, 10 fr.

O'MEARA (Barry-Edward)

Documents particuliers (em forme de lettres) sur Napétoleón, sur plusiers actes jusqu'ici inconnus ou mal interpretés, et sur le caractere de différents personnages qui ont marque sous son règne, tels que Tayllerand, de Pradt, Moreau, etc., d'après des données fournies par Napoléon lui-même et par des personnes qui ont vécu dans son intimité. (Trad. De l'Anglais). *Paris*, PLANCHER, 1819, in-8, *Bruxelles*, J. Maubach, 1819, in-8 de 149 pag.

Complément du Memorial de Saint-Hélène. Napoléon en exil. Rélation contenant les opinions et les réflexions de Napoléon sur les événements les plus importants de sa vie durant trois ans de as captivité, et orne d'um fac-simile, recueillies par Barry E. O'Meara, son dernier chirurgien, terminées par une Notice historique sur la mort de Napoléon, le nom de toutes les batailles qu'il a commandées en personne, son testament, la dernière lettre que le general Pichegru a adressé Anglaterre après son débarquement em France, et plusieurs pièces officielles qui n'ont jamais été imprimées ou sont peu connues. IIIe édition. *Paris*, PLANCHER, 1823, 2 vol. in-8; ou *Mad. Seignot*, 1823, 4 vol. in-12, 10 fr. IVe édit. *Paris*, Béchét ainé; Lecoïnte et Durey; Bossange frères; Rovet, 1824, 2 vol. in-8. 12 fr.

MEHEE DE LA TOUCHE (Jean Claude Hyppolithe)

Extrait des mémoires inédites sur la révolution française. *Paris*, PLANCHER, 1823, in-8, 2 fr. 50.

Cet extrait a rapport à la catastrophe du duc d'Enghien. Méhée s'est efforcé de rendre à Savary, duc de Rovigo, toute la part que répudiant celui-ci dans l'affaire de l'infortuné dec d'Enghien.

Cet écrit à été une seconde édition la même année.

PERIER (Casimir)

Opinions sur la liberte de la presse, prononcée dans la séance du 13 Décembre 1817. *Paris*, PLANCHER, 1818. in-8 de 8 pg.

PERREAU (Jean André et d'après d'autres Jean-Anne).

Elements de législation naturelle, destines à l'usage des eleves de l'Ecole centrale du Panthéon. Nouv. édit. corr. Et augm. d'une notice historique. *Paris, Madame Seignot* - PLANCHER DE LANOE, 1834, in-4.

RADCLIFFE (Anne Ward, dame)

Chateaux (Les) d'Athlin et de Dunbayne; trad. Par l'auteur des Mémoires de Cromwel, etc. *Paris*, PLANCHER, 1819, 2 vol. in-12, 5 fr.

RÉALLIER-DUMAS (J. F. J.)

Mémoire sur la Corse. *Paris*, Plancher, 1819, in-8 de 70 pg.

REDARÉS (J. M. M.) de Saint Remy.

Rois (Des) et de la nécessité de conserver Napoléon sur lè throne de France. *Paris*, PLANCHER, EYMERY, 1815 in-8 de 20 pg.

REGNAULT-WARIN (Jean Baptiste Joseph, Innocent, Philadelphie)

Mal (Le) et le remède des cours, où l'on prouve, contre M. de Chateaubriand: 1°, que les élections de 1816 ont été libres; 2°, que les députés sont élus légalement; 3°, et que la représentation nationale est légitime. *Paris*, PLANCHER, EYMERY, 1815, in-8 de 68 pg., 1 fr.

- Pour et contre, ou Embrassonsnous! Mémoire ádresse au Roi. *Paris*, PLANCHER, 1815, IN-8 DE 32 PG.

- Rapport sur l'état de la France, fair au Roi dans son conseil, etc., par M. de Chateaubriand. Réfutation par M. Regnault-Warin citoyen français. *Paris*, PLANCHER, 1815, in-8, 2 fr.

- Esprit de madame de Staël-Holstein. Analyse philosophique du genie, du caractère, de la doctrine, et de l'influence de ses ovrages. *Paris*, PLANCHER, 1818, 2 vol. in-8, 10 fr.

- Homme (l') au masque de fer. IV édition augmentée, 1° d'une dissertation historique sur l'existence et la captivité de l'homme au masque de fer; 2°, des passages supprimés par la censure; 3°, du testament moral de ce prisonnier célèbre, et ornée de son portrait, peint longtemps avant sa longue détention. Paris, PLANCHER, EYMERY, DELAUNAY, 1816, 4 vol. in-12, 9 fr.

- Mémoires et correspondance de l'Impératrice Joséphine. Paris, PLANCHER, 1819, in-8, 4 fr. 50 c. (Obras apocryphes)

- Biographie héroïque. Paris, PLANCHER, 1818, in-12, 3 fr. Formant le tome VI du Manuel des braves.

- Cinq mois de l'histoire de France, ou Fin de la vie politique de Napoléon. Paris, PLANCHER, 1815, in-8, 6 fr., papier nélin, 12 fr.

- Nouvelle (La France ou les hommes et les choses au XIX siècle, premier cahier (et unique). Paris, PLANCHER, 1815, in-8 de 32 pg., 755 c.

Rey – ex-payeur des troupes françaises en Toscane.

- Lettres à M. le Comte de Marcellus, député du département de la Gironde, recueillies et publiées par M. M. Rey et E. P. Paris, PLANCHER, 1818, in-8 de 68 pg.

Rey de Montaimont (Gabriel)

Adresse aux deux Chambres et à la nation française, touchant l'occupation du trône, ou le seul moyen de sauver la patrie. Paris, PLANCHER; l'auteur, 1815, in-8 de 24 pg.

ROBERTS (Wilhelm)

Problème historique. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 96 pg., 2 fr.

Rouargne (A. C. A.) alors imprimeur à Paris, ancien officier.

Tyran (le) déchu, ou le napoléonisme refuté. Sec. Édition. Paris, PLANCHER, DELAUNAY, 1815, in-8 de 16 pag., 1 fr.

Une constitution et point de constitution, ou mon vote libre sur l'Acte additionnel aux constitutions du 22 Avril 1815, soumis à la Sanction du peuple français. Paris, PLANCHER, et DELAUNAY, 1815, in-8 de 16 pag., 50 c.

ROUSSEL (Pierre Joseph Alexis), d'abord avoué à Epinal, puis connu principal à la grande chancellerie de la Légion d'Honneur, né à Epinal (Vosges), en 1757, mort à Paris en 1823.

Annales du crime et de l'innocence, ou Choix des causes célèbres anciennes et modernes, réduits aux faits historiques, Par M. M. R*** et P. V., anciens avocats. Paris, LEROUGE, 1813, 20 tomes in-12, 40 fr. Avec PLANCHER, VALCOUR. – Deux (les croisées, vaudeville en un acte et en prose, *Paris*, an IX (1801). AVEC PLANCHER VALCOUR.

SAINT AUBIN (Camille)

Réflexions sommaires sur le rapport fait par M. Roy, au nom de la commission centrale, sur les comptes des exercices des années 1815, 1816, 1817 et 1818 tendent à démontrer que la différence entre le résultat final des comptes présentés par la comisión au lieu d'être réelle, n'est qu'apparente. Paris, Poulet; Plancher, 1819, in-8 de 36 pag., 1 fr. 25 c.

- Siège de Dantzick en 1807, precede d'une Introduction sur les événements qui ont amené les Français devant cette ville; et d'un Précis sur l'histoire de Dantzick, orné et d'une carte; rédigé sur le journal du siège, et par le maréchal Lefèvre et sur les mémoires authentiques de plusieurs officiers généraux. Paris, PLANCHER, 1818, in-8, 4 fr.

Publié sous le nom de nibutnias, anagramme de Saint Aubin.

SAINT-AULAIRE (Edouard de) et non Beaupoil de Saint-Aulaire, comme il a été imprimé par erreur dans notre premier volume; ancien officier d'infanterie, tué en duel à Paris, en 1818.

Courrier (le) des Chambres, session de 1817. Paris, PLANCHER, 1817-18, 6 numéros formant un vol. in-8 de près de 400 pag., 7 fr. 50 c.

- Cri (le) de l'armée française, ou du Licenciement en 1816, et de l'organisation de la nouvelle armée. Paris, PLANCHER, DELAUNAY, 1818, in-8 de 48 pag., 1 fr. 25 c.

- imanowa ou la Fille de Moscou, trad. De l'angl. (1818)

- Oraison Funebre de M. le Duc de Feltre, pair et maréchal de France, exMinistre de la Guerre. *Paris, les march. De nouv.*, 1818, in-8.

La publication de cet pamphlet fut la cause de deux duels, et par suite celle de la mort de Saint-Aulaire.

Sur la nécessité d'abroger les anciennes lois rendues contre le duel, à l'occasion de celui entre MM. (barbier), Dufay et Saint-Morys. Par l'auteur du "Cri de l'armée". Paris, de l'impr. De Renadière, 1818, in-8 de 40 pag.

L'auteur de cet opuscule ne pouvait quere prévoir que, dans la même année, lui même succomberait victime d'un combat singulier.

On doit encore à cet écrivain vuelques brochures politiques, publiées sur le voile de l'anonyme et vuelques traductions de l'anglais.

SAUQUAIRE-SOULIGNE (Martial)

Le Petit Livre à quinze dols, ou la politique de poche, à l'usage dès gens qui n'ont pas de richesses. Par le père Michel, devenu auteur sans le savoir. *Paris*, POULET FILS; PLANCHER, 1818 12 vols., in-18, 9 fr.

SCHILLER (Jean Frédéric Christophe)

Greistercher (der), ou les Visions, trad. De l'allemand par A. de m. *Paris*, MAD. SEIGNOT, 1822 in-12.

SCOTT (Walter)

Guy Mannering, astrologue; nouvelle écossaise. Trad. de l'anglais sur la troisième édition, par Jos. Martin. *Paris*, PLANCHER, EMERY; DELAUNAY, 1816, 4 vol., in-12, 12 fr.

Premier ouvrage de W. Scott traduit en français. Cette traduction est encore devenue depuis celle de m. Defaucoupret, ou au moins lui a servi de modèle.

Sheffer (Charles-Antoine), écrivain politique, né à Dordrecht, en Hollande, en 1795.

Allemagne (l') et la Révolution, traduit de l'allemand (1819).

- Annales statistiques des Etats Unis, traduits de l'angl. (1820)

- État (de l') de la liberté en France. *Paris*, de l'impr. De Gillé, 1818, in-8 de 80 pag.

L'autorité crut voir dans cet écrit une atteinte portée à la puissance de Louis XVIII, et l'auteur, sur la réquisition du Procureur du Roi, fut traduit au tribunal de police correctionnelle, et condamné par un jugement du 2 Janvier 1818, à trois mois de prison, deux cents francs d'amende, un an de surveillance et mille francs de

cautionnement. On contesta, en outre, à M. Scheffer ses droits de citté em france, quoique as famille l'habita depuis longtemps. Il dut appeller de ce jugement, et déclarer qu'il défendait ses droits de français, titre qu'il se croyait la réunion qui avait eu lieu antérieurement de la Hollande à la France, quoique lês événements politiques et militaires eussent depuis separe les deux pays. Cette cause ayant été reprise, au mois de frévrier devant la Cour royale, et plaidé par m. Merilhou avec cette supériorité de talent que tout lê monde lui connaît, M. Scheffer obtint d'abord qu'il serait jugé comme français, mais cette décision fut suivie d'un arrêt bien plus sévère que celui du premier tribunal. La cour royale condamma l'accusé à un an d'emprisonnement, à cinq ans de surveillance, et enfin à trois mille francs de cautionnement.

Dans l'impossibilité de satisfaire à un tel arrêt, il se decida, avant qu'il ne lui fut signifié, à sortir de france, et se retira à bruxelles.

Il a été publié à la suite de l'un de ces deux arrêts;

Plaidoyer prononcé par M. Mérilhou avocat, à l'audience du tribunal de police correctionnelle de paris, lê 17 janvier 1818, pour M. Ch. Ant. Shceffer, auteur de l'ouvrage intitulé: De l'état de la liberte em France, prévenu d'écrits sédicieux; suivi de la défense prononcé par l'accusé. *Paris*, PLANCHER; Delaunay; 1818, in-8 de 80 pag., 1 fr. 50 c.

Peu de mois après, M. Esnault, auteur d'une Histoire de Russie, publiée em 1829, érpuva à son tour l'animadversion tout aussi arbitraire de M. le procureur du Roi, et une condamnation pour avoir reproduit et défendu, dans une brochure intitulée: "Réflexions sur le procès de M. Scheffer", lês principes manifestés dans l'ouvrage incriminé.

Observations relatives au project de loi sur le recrutement. Paris, de l'impr. De Poulet, 59, 1818, in-8 de 52 pag., 1 fr. 50 c.

On a encore du même plusiers bruchures, politiques publiées sous le voile de l'anonyme.

Seignot

Adresse aux français sur les malheurs de la patrie. Paris, de l'impr. de Le Normant, 1815 in-8 de 32 pag.

SERIEYS (Antoine)

Carnot; sa vie politique et privée, contenant des particularités intéressantes qui n'ont jamais été imprimées; suivi d'un précis de la conduite de Robert Lindet à la Convention nationale. *Paris*, PLANCHER; EYMERY; DELAUNAY, 1816, in-12, avec un portrait, 2 fr. 50 c.

- Histoire de Marie-Charlotte Louise, reine des Deux-Siciles, ouvrage présenté à S. A. R. Mgr. Le Duc de Berry, orné du portrait de cette princesse, donné par S. M. elle-même à S. A. Madame la duchesse d'Orléans. *Paris*, PLANCHER, PETIT, etc., 1816, in-12, avec le portrait 3 fr.; sur pag. Vel., 6 fr.

- La Harpe peint par lui-même; ouvrage contenant des détails inconnus sur sa conversion, sur son exil à Corbeil, en 180; ses jugements sur les écrivains les plus distingués de son temps, etc.; terminé par une exposition impartiale de la Philosophie de XVIII^e siècle, par un membre de l'Académie française. Par M^{***}, *Paris*, PLANCHER, 1817, in-18.

- Règne (Le) de Louis XVII, contenant des détails sur la régence de Monsieur; diverses particularités, etc. Par un ancien professeur d'histoire. *Paris*, PLANCHER, 1817, in-8, 3 fr.

SERRE (Le comte Pierre-Hercule de)

Opinions sur la loi de haute police par MM. Le comte Lanjuinais, pair de France, Tournemine, Royer-Collard, Le Voyer d'Argenson, de Serre, le baron Pasquier, tous cinq députés. *Paris*, PLANCHER, 1815, in-8 de 32 pag. Reimpr. dans la même année.

SAULIE

Introduction au procès Doumerc; mémoires sur les liquidations militaires, renfermant des notions secrètes sur le principe du procès des prévenus dans cette affaire. *Paris*, PLANCHET, 1818, in-8 de 66 pag.

STAELLIANA, ou Recueil d'anecdotes, bons mots, maximes, pensées et réflexions de madame la baronne de Staël-Holstein; enrich de notes et de quelques pièces inédites de cette femme célèbre. Par Cousin, d'Avalon. *Paris*, PLANCHER, 1820, in-18.

SARRUGES (l'abbé)

Lettres sur l'incendie de Moscou, écrites de cette ville au R. P. Bouvet. Sec. édition. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 48 pag., 1 fr. 25 c.

La préface de cette édition diffère de celle de la précédente.

Opuscule intéressant. Ce qui a décidé à le faire réimprimer c'est l'apparition de l'écrit du comte Rostopchine.

TALLEYRAND-PERIGORD (Charles Maurice de)

Motion de M. l'évêque d'Autun sur la proposition d'un emprunt, faite à l'Assemblée nationale, par le premier ministre des finances, et sur la consolidation de la dette publique (27 Août 1789). Sec. édit. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 32 pag.

- Motion de m. l'évêque d'Autun, sur les biens ecclésiastiques (10 Octobre 1789). Deuxième édition. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 40 pag.

- Opinion de M. l'évêque d'Autun sur la question des biens ecclésiastiques, en 1789. Deuxième édition. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 16 pag.

- Opinion de M. l'évêque d'Autun sur les banques et sur le rétablissement de l'ordre des finances, prononcé à l'Assemblée nationale, le vendredi 4 Décembre 1789, et imprimé par son ordre. Deuxième édit. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 48 pag.

- Proposition faite à la Chambre des pairs par le prince de talleyrand, dans la séance du jeudi 23 janvier 1817. Paris, PLANCHER, 1822.

- Discours prononcé à la Chambre des pairs à l'occasion du décès de M. le Comte boulier, évêque d'Evreux, dans la séance du mardi 13 Novembre 1821. Paris, *Madame* SEIGNOT, 1821, in-8 de 16 pag.

- Discours sur le projet de loi relatif aux délits de la presse. Paris, PLANCHER, 1822, in-8 de 8 pag.

- Opinion sur le projet d'adresse en réponse au discours du Roi à l'ouverture de la session (séance du lundi 3 Février 1823), *Paris*, Baudoim frères, 1823, in-8 de 12 pag; ou Paris, *les mêmes*; PLANCHER, 1823, in-8 de 8 pag. 75 c.

TERNAUX (le baron Guillaume-Louis)

Discours sur la loi relative aux finances. Paris, PLANCHER, 1823, in-8 de 12 pag.

- Opinion (son) contre le rapport de la commission nommée pour examiner la proposition de M. de la Bourdonnaye, tendant à expulser M. Manuel (M. de la

Bourdonnaye, rapporteur). Paris, *Baudoin frères*; PLANCHER, 1823, in-8 de 8 pag., 75 c.

TERRENEUVE (F)

Grenoble et Lyon; l'Isère et le Rhône. Paris, PLANCHER, 1818, in-8.

THÉREMIN (Charles)

Etat (De l') présent de l'Europe et de l'accord entre la légitimité et le système représentatif. Paris, PLANCHER; EYMERY, 1816, in-8, 3 fr.

Noblesse (De la) féodale et de la noblesse nationale. Par M. Paris, PLANCHER, 1817, in-8 de 77 pag. 1 fr. 50 c.

THIERSE (Léon)

Manuel des braves, ou Victoire des armées françaises en Allemagne, Espagne, Russie, France-Hollande, en Belgique, en Italie, en Egypte, etc., dédié aux membres de la Légion d'Honneur. Paris, PLANCHER (Masson), 1817 et ann. Suiv. 7 vol. In-12 avec une cart., 21 fr. (Avec M. Eugène B. (Ballent).

Palais-Royal (le) en miniature. Seconde dit. Paris, PLANCHER, 1819, in-18.

TRAVERS (Benjamin)

Oeuvres chirurgicales d'Astley Cooper, président de la Société medico-chirurgicale de Londres, et chirurgien de l'hôpital de Guy; et de Benj. Travers. Traduites de l'angl. sur la deuxième édition par G. Bertrand. Paris, *Madame SEIGNOT*, 1822, 3 vol. In-8 avec 22 planches gravées, 14 fr.

TRUGHY BASOUCHE (J. B.)

Considération sur le retour de Napoléon, ou Examen de tout ce qui s'est passé à Paris du 6 au 20 Mars 1815. Paris, DELAUNAY, PLANCHER.

VOIART (Anne, Elisabeth, Elise, Petit Pais, dame)

Silvius et Valéria, ou le Pouvoir de l'amour; trad. De l'allemand. d'Aug. Lafontaine. Paris, PLANCHER, 1819, 2 vol. In12, 4 fr.

VOLTAIRE

Oeuvres complètes, d'après l'édition de Beaumarchais, augmentées de pièces inédites ou inconnues et de la Biographie de Voltaire. Paris, PLANCHER, 1817 et ann. suiv., 44 vols. in-12.

(Edition dirigée par M. Regnault-Warin).

VOYER D'ARGENSON (Ch. Marc-René), député du Haut-Rhin, né à Boulogne, près Paris.

Opinions sur la loi de haute police, prononcée aux deux Chambres par MM. Voyer d'Argenson, Lanjuinais, Tournemine, Royer-Collard, etc. Paris, PLANCHER, 1815, in-8 de 32 pag.

Cette brochure à eu trois éditions dans l'année.

WILLAN.

Abrégé pratique des maladies de la peau, trad. de l'anglais par Baterman. Paris, PLANCHER, 1820, in-8, 6 fr.

WILSON (Sir Robert Thomas)

Puissance politique et militaire de la Russie en 1817, attribuée à Sir Robert Wilson (trad. de l'anglais par M. Ch. Malo). Paris, PLANCHER; DELAUNAY; ROUSSEAU, 1817, in-8 avec une carte, 3 fr. 50 c.

ANEXO B - Publicações de Pierre Plancher no Brasil⁶⁴

1º *O Spectador Brasileiro*, journal politico, commercial, e literario, publica-se tres vezes na Semana: a assignatura he de 10\$800 por anno. O Spectador apparece todos os dias durante o tempo em que as Camaras Legislativas estão abertas, e a assignatura então he de 18\$000.

2º *Constituição do Império do Brasil*, 1 volume.

3º *Do Imperio do Brasil*, pelo Coronel Labaumelle, e traduzido pelo Padre Luiz Gonçalves dos Santos, 1 volume 8º.

4º *Guia da Conversação Brasileira e Francesa*, 1 volume. [G. Harmonière -1824].

5º As folhinhas de algibeira e de porta para 1825.

6º As folhinhas de algibeira e de porta para 1826.

7º *A Pauta d'Alfandega*, augmentada com huma taboa de todos os artigos nas linguas Portugueza, Franceza, e Ingleza, 1 volume em 4º. Esta obra tão importante para o Comercio tem sido impressa pela primeira vez pelo editor.

8º *Parecer da Comissão de Fazenda ou Budget das Finanças*, 1 volume in 4º. Todos os Governos da Europa fizerão imprimir o seu Budget: essa obra faltava ao Brasil, a Camara dos Deputados tendo proposto a impressão a Plancher, este impressor obteve a propriedade desta obra por 160 exemplares que apresentou gratis aos Srs. Senadores e Deputados.

9º As folhinhas de algibeira e de porta para 1827.

⁶⁴ Notas extraídas da biografia de Pierre Plancher **Hum francez-Brasileiro**, produzida por Felix Pacheco em 1917, p. 43.

10º *Ultimos momentos de Sua Magestade a Imperatriz*, ou colleção de tudo que tem sido impresso na occasião da molestia e morte de Sua Magestade, 1 volume.

11º *Colleção das Leis e Decretos do Império do Brasil* desde a feliz época da sua Independencia; obra dedicada a Assembléia Legislativa; precedido de hum discurso preliminar, e terminada por huma taboa alfabetica e arresoadada por hum Brasileiro, 1 volume, in 4º. Esta he igualmente a primeira vez que as Leis do Brasil tem sido impressas em obras seguida, e com huma taboa alfabetica e arresoadada das materias, o que existia até hoje só apresentava folhas avulsas, e impressas em typo tão differente, que aquella obra não offerecia interesse algum aos curiosos, ou homens de Lei.

12º *O Propagador das Sciencias Medicas*, Journal de Medicina, cujo proprietario he igualmente o principal Redactor. Recebe-se as assignaturas nas casas de M. Sigaud, Medico, rua do Cano, e de Plancher, Impressor. Esta obra apparece mensalmente em brochura de 10 a 12 folhas de impressão. Preço da assignatura 12\$000 por ano.

13º *Almanak para negociantes do Imperio do Brasil -1827*

Outros títulos⁶⁵

14º Lucas José Alvarenga (1826) - Primeira novela brasileira *Statira e Zoroastes*, de Pequena novela de estilo francês contemporâneo da ficção didática que buscava divulgar as idéias sociais e políticas do liberalismo (HALLEWELL, 1985, p. 69).

15º *Leituras de economia política ou direito econômico e constituição social*, de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1827).

⁶⁵ (DEAECTO, 2006, p. 159).

16º *Narração histórica do procedimento do governo de Lisboa desde o regresso do senhor infante D. Miguel Regente* (1828).

17º *Dictionario das ruas do Rio de Janeiro* (1828).

18º *Guide de l'étranger dans cette capitale* (em português, francês e inglês-1828).

19º *Funções do casamento de sua magestade imperial o Senhor Dom Pedro I com a sereníssima senhora princeza Amélia...* [ieb] (1830).

20º *Historia da revolução do Brasil, com peças e facsimile da propria mão de Dom Pedro, por hum membro da...* [ieb] (1831).

21º *Repertorio systematico pelas materias, e ordem alfabética de toda legislação novíssima do Imperio do Brasil* (1831).

22º *Historia de Napoleão, segundo as memórias authenticadas escriptas ou dictadas por elle mesmo*, traduzida por Joaquim Teixeira de Andrade (1832).

23º *Código dos juízes de paz, ou colleção geral de todas as leis, decretos, resoluções, provisões...*[bfd], o *Manual do jury*, de Francisco de Paula Almeida Albuquerque [bfd] (1833).

24º *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, promovida em 1824, de Ignacio Alvares Pinto de Almeida (1831). O documento registra as primeiras alterações do estatuto que dera origem, em 1827, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, primeiro órgão em defesa da indústria e que mais tarde receberia o nome de Centro Industrial do Rio de Janeiro.

ANEXO C – Carta-artigo de D. Pedro I sobre publicação que levou o *Spectador Brasileiro* ao encerramento.

“Sr. Redator –

“Ferveu-me o sangue nas veias, quando vi o Suplemento do *Espectador* n.º 55, pelo modo por que o Sr. D. A. J. ataca a Câmara dos Digníssimos Senhores Deputados e, segundo me pareceu, estes ataques são fortíssimos e para que saiba como se conversa desaforadamente, tenha paciência, e até para que o público saiba, de inserir o seguinte, que me aconteceu.

“À noite, na forma do meu costume, fui passear à Praça da Constituição, junto do pelourinho, e ouvi, apesar de levar os ouvidos cheios de algodão, em consequência das grandes dores que neles tinha, provenientes (sic) da grande vozeria da Câmara dos Deputados, que falavam lá, como se diz, pelas tripas do último sacerdote com que Diderot queria enforcar o último rei... do Sr. Custódio Dias; ora, porque há de aquêlê padre réquiem falar a outro mais mansamente ainda? Esse não é tão mau como o Sr. Cunha matos, que não tem caráter nem brio, e o Sr. Lino, que é um médico macho e mais alguma coisa; mas o que mais me scandalizou foi ouvir dizer que o Sr. Queirós Carreira se deitada do cavalo abaixo para não marchar para o Sul, pois era tão humano que não gostava de ver sangue e antes queria ser chacreiro (sic), na chácara que comprara à conta dos seus ordenados, e que o Sr. José Clemente Pereira, com mais algumas becas, devia ir para instrutor de recrutas, para que eles fossem mais bem disciplinados para os corpos aonde não existiam soldados que não fossem bisonhos. Que o Sr. Xavier Ferreira tinha, como constava em cartório aqui na Corte, roubado seu tio no Rio Grande e quando lhe foram penhorar os trastes, deu à penhora uns calções verdes e um casaco amarelo com que trabalhava na botica, metendo gato por lebre. E o Sr. Batista Pereira era um revolucionário, por dizer que o Ministro da Guerra era daqueles que não havia castigo que se lhe desse.

Ao ouvir esta última falta de respeito a um representante do povo soberano, tirei o algodão dos ouvidos, virei-me para eles e disse-lhes eu:

- “Senhores desavergonhados, ando aqui sòmente para ouvir o que Vossas Mercês falam, e saibam que vou contar à Polícia imediatamente, para que sejam mui àsperamente castigados, por se atreverem ao que se atreveram”.

“Os faladores, que viram a minha resolução, deitaram-se-me aos pés, pediram-me perdão”. A isto, começa a ajuntar-se gente, eu, temendo algumas bordoadas, por ser de noite, corro, dão-me um “pega ladrão”, que se não salto na Rua do Lavradio, por cima do morro de Santo Antônio, davam-me cabo da pele.

“Ora, eis aqui o que se tira de defender ao defensores da liberdade”.

“Exmo. Sr. Redator, ando à pesquisa, para ver se topo alguns dos tais sujeitos, que um pareceu-me o autor da carta, porque os outros disseram ‘Sr. Domingos’ e tão depressa os tope ou saiba quem são, vou logo direitinho com um requerimento à Câmara dos Augustos e Digníssimos Senhores Deputados, porque lá no Senado é que ele dizia estarem os que ‘viraram a casaca’, que não passavam de dois, pois assim se expressa como convém uma participação ao governo por andar mais ativo e se mostrar constitucional às claras, quero dizer, em obras e não com palavras. Agora mesmo parto a ver se encontro alguns dos tais, que primeiro hei-de conversar com ele um pouco, para ver se descaie depois fazê-lo agarrar pela Polícia”.

“Perdoai, Sr. Redator, encher tanto o seu jornal, mas assim convém para conter êstes e outros que se atrevam a falar mal, em qualquer parte que seja do Império”. Sou, de Vossa Mercê, atento venerador – Manuel Joaquim Pinto Ferreira (VIANNA, 1967, p. 112-113).

ANEXO D – Carta escrita por D. Pedro I, antes de partir para Europa.

Tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessária a minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo senão a glória para mim e felicidade para minha Pátria: Hei por bem, usando do direito que a Constituição Me Confere no Capítulo 5, Art. 150, Nomear, como por este Meu Imperial Decreto Nomeio Tutor de Meus Amados e Prezados Filhos, ao muito Probo, Honrado e Patriótico Cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, Meu verdadeiro Amigo. Boa Vista, 6 de abril de 1831. Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. [...] Eu assim o espero confiado nos Serviços que de todo o meu coração diz ao Brasil e em que a Augusta Assembléia não deixará de querer aliviar-me desta maneira um pouco as saudades que me atormentam, motivadas pela separação de meus caros filhos e da Pátria que adoro (SANDRONI, 2007, p. 65).

ANEXO E - Documentos comprobatórios do retorno de Pierre Plancher à França em 1834.

1) ANÚNCIO DE LEILÃO DOS BENS DE PLANCHER – “Leilão de liquidação que faz Frederico Guilherme amanhã, 21 do corrente, na casa e por conta do Sr. Plancher Seignot rua do Ouvidor n. 95, dos trastes, espelhos, piano, quadros, relógios, prata, diversos artigos de ouro, etc.; pertencentes ao dito Sr. Que se retira para França [...] (JC, 01/10/1917 *apud* PACHECO, 1917, p. 112).

2) CARTA DE DESPEDIDA - Ao deixar, talvez para sempre, esta Terra bemaventurada, em que durante dez annos gozei a mais benevola hospitalidade, levo comigo as mais ternas saudades de tona Nação Brasileira, e de Vós, em particular, amados Fluminenses, que acolhestes com benignidade a minha industria, e generosos recompensastes os meu trabalhos, e as numerosas publicações que empreendi, contribuindo quanto me era possível para a propagação das luzes, e o desenvolvimento da Arte Typographica nesta Côrte. No meu coração nunca se ha de apagar a lembrança destes dez annos que passei no meio de Vós; e na minha existência se houveram alguns dias de amargura, outros mais faustos largamente me indenisaram, entre os quaes reputo os mais felizes esse ultimos, em que, na occasião da minha partida, recebi tantos testemunhos de amizade, e lisongeiros expressões de sentimento. Fluminenses! tenho duas Patrias: a que me vio nascer nunca me fará esquecer da outra que me acolheu; e sempre hão de meus olhos voltar-se para este bello Torrão Brasiliense, em que estão reunidas as minhas mais viva affeições: sempre hão de meus votos, até o ultimo sopro de vida, acompanhar a marcha franca e leal do Governo que preside aos aos vossos destinos, e para a minha velhice, se a sorte não permitir que eu torne a visitar vossas amenas praias, o que mais venturoso posso esperar, será o saber que, debaixo de vosso Jovem e Interessante Monarcha, livres, e ditosos, chegastes ao cume do esplendor a que pela Natureza o vosso próprio gênio fostes reservados (JC, , 01/10/1917 *apud* PACHECO, 1917, p. 112).

3) LISTA DOS PASAGEIROS QUE SEGUIRAM VIAGEM PARA O HAVRE NA GALERA SÃO VICENTE - HAVRE DE GRACE – Gal. São Vincent, de 247 tons., Cap. Laborde: carga 8.590 couros carregados por Riedy e Comp., miudezas por diversos; passageiros Antonio José Peixoto Junior, João Manoel Pereira da Silva, os Franceses Paulo Domere, The Alexandre Lanuier, Pedro Plancher, Joanna Seignot e Emilio Seignot (*JC*, 01/10/1917 *apud* PACHECO, 1917, p. 112).

4) CARTA ENVIADA POR PLANCHER, EM 13/05/1834 AOS NOVOS PROPRIETÁRIOS DO *JORNAL DO COMMERCIO*, - NOTICIANDO SUA CHEGADA NA FRANÇA “Senhores. Depois de 87 dias de travessia, chegamos enfim extenuados de fadiga e quase mortos de fome e sede. Deus nos livre dos navios gascões! E das belas palavras dos seus capitães...! Para vos dar uma idéia da nossa viagem, peço-vos que vos lembreis que o St. Vincent, durante cinqüenta dias, fazia de 26 a 36 polegadas de água por hora, que a equipagem e os passageiros bombeavam extenuados e que para completar nossa miséria tínhamos víveres apenas para sessenta dias no máximo; e ainda, que víveres! O vinho estava azedo, os biscoitos cheios de gorgulho, o bacalhau podre, etc. etc. Nós ficamos felizes por ter levado algumas provisões de vinhos e alimentos”